



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FERNANDO LANA FERREIRA

**“A GENTE TEM QUE FALAR SOBRE RACISMO AGORA?”:
SOBRE PSICOLOGIA, RACISMO E ANTIRRACISMO**

Belo Horizonte

2020

FERNANDO LANA FERREIRA

**“A GENTE TEM QUE FALAR SOBRE RACISMO AGORA?”:
SOBRE PSICOLOGIA, RACISMO E ANTIRRACISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Orientadora: Professora Doutora Claudia Mayorga.

Belo Horizonte

2020

| | |
|-------|--|
| 150 | Ferreira, Fernando Lana. |
| F383g | “A gente tem que falar sobre racismo agora?”: |
| 2020 | [manuscrito] : sobre psicologia, racismo e antirracismo. / Fernando Ferreira. - 2020. |
| | 165 f. |
| | Orientadora: Claudia Andréa Mayorga Borges. |
| | Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. |
| | Inclui bibliografia. |
| | 1.Psicologia - Teses. 2.Ética - Teses. 3.Racismo - Teses. 4.Antirracismo - Teses. I.Mayorga, Claudia. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título. |



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

**“A gente tem que falar sobre racismo agora?” Sobre Psicologia,
Racismo e Antirracismo**

FERNANDO LANA FERREIRA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 30 de março de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Claudia Andrea Mayorga Borges - Orientador
ufmg

Prof(a). Lisandra Espindula Moreira
UFMG

Prof(a). Paula Rita Bacellar Gonzaga
UFSB

Belo Horizonte, 30 de março de 2020.

Agradecimentos

Agradeço aos meus amigos Ricardo Castro, Larissa Borges e Juliana Dutra pelas importantes aulas e experiências de vida que dividimos. Obrigado pelos beijos e abraços de cada reencontro. Agradeço ainda por toda a força e incentivo que deram quando eu ameaçava esmorecer.

Mila Rodrigues: espero que a senhorita leia esta dissertação. Agradeço por ter ficado ao meu lado desde sempre. Obrigado por acolher minhas inseguranças e meus medos. Foram muitos. Você dava conselhos preciosos logo após rir de minhas queixas, ajudou a destruir meu projeto inicial e a reconstruir um novo. Obrigado por todas as conversas e por ter me empurrado para que eu chegasse até aqui. Você foi um verdadeiro ipê, daqueles raros que florescem o ano todo. Obrigado por tudo. A parte legal deste trabalho é toda por sua culpa.

À professora Dra. Lisandra Moreira, por todas as recomendações preciosas e conversas descontraídas que tivemos nos últimos anos. Agradeço ainda a todas as minhas companheiras e companheiros do Conexões de Saberes. Obrigado por todas as dicas que deram para que minha pesquisa percorresse este caminho.

À minha estimada professora orientadora Dra. Cláudia Mayorga, que dedicou seu tempo para tirar minhas dúvidas, dar conselhos, a ouvir minhas inesperadas intempéries e por compreender as minhas dificuldades. Não teria conseguido sem seu suporte.

Aos professores da graduação: Ana Carolina Teixeira, Humberto Oliveira, Fábio Dias, Patrícia Coelho, Luciana Assunção, Eliziana de Paula, Onair Zorzal e Camila Abreu. Obrigado por cada ensinamento e por cada dica dada fora da sala de aula. Obrigado por terem dividido um pedacinho de suas histórias de vida.

Bruna Rissi, obrigado pela amizade reestabelecida nos últimos anos. Obrigado pelas palavras de estímulo e por ter me ajudado a acreditar que a minha jornada poderia contribuir com a superação do racismo. Obrigado pela sua postura confiante e por me incentivar a continuar sonhando com outros projetos. Você foi uma importante luz nestes últimos meses.

À Sabrina Martins, pelo apoio em momentos difíceis, pela cumplicidade, pelas dicas repentinas que ajudaram na construção deste texto. Agradeço também pelas risadas, mesmo quando as coisas pareciam tão caóticas.

Gostaria de agradecer às minhas incríveis amigas Marcela Fernanda, Cissa Gonçalves e Lucimar Antunes, por terem me escutado em momentos difíceis que passei nos últimos anos, pelas trocas, pelos diálogos, pelos desabafos.

Às minhas amigas Juliana Antunes, Marielle Costa e Adelina Nunes, obrigado por todas as horas de conversas que tivemos, pelos ensinamentos, por terem conversado sobre experiências de vida tão significativas e por terem compartilhado as dificuldades experimentadas durante suas pesquisas.

Márcio Chagas, obrigado por ter dedicado seu tempo para conversarmos sobre o racismo neste país. Você me ensinou lições muito importantes e deu testemunho de que o silêncio não deve ser considerado uma opção diante das injustiças raciais.

A todos aqueles que responderam minhas mensagens eletrônicas, me aconselharam e que me encorajaram nos últimos anos. Obrigado a Mônica Santana, Carla Akotirene, Duval Guimarães, Maria Helena Zamora e Rodney William.

Queria expressar minha gratidão a todas as psicólogas entrevistadas por proporcionarem encontros inesquecíveis. A participação de cada uma foi fundamental para que este trabalho fosse realizado. Vocês disseram palavras esperançosas em relação a este estudo e espero que nossos diálogos sirvam como fonte de reflexão para outras profissionais.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio disponibilizado durante o mestrado.

À minha irmã, por todas as lutas que venceu e que serviram de exemplo para que eu acreditasse que era possível almejar patamares mais altos.

À minha mãe e ao meu pai, dois brasileiros negros que tiveram que superar as injustas barreiras características de nossa sociedade para que eu chegasse até este ponto. Não há como agradecer suficientemente pelos seus esforços.

“Quando a luz passa, ela não pede para ficar: ela segue seu caminho e ilumina mentes.

Feliz daquele que pode se beneficiar dessa luz.”

(Eliane Potiguara; 2004, Metade cara, metade máscara)

Resumo

Ferreira, F. L. (2020). "A gente tem que falar sobre racismo agora?": Sobre Psicologia, racismo e antirracismo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Esta dissertação tem como objetivo investigar a atuação de psicólogas em uma demanda muito importante: o combate à discriminação racial no Brasil. Entendemos que para participar desta empreitada as profissionais deveriam sair da graduação preparadas para encarar este desafio, mas pesquisas demonstram que esta não é a realidade. Muitas psicólogas sem formação sobre o tema realizam atendimentos de baixa qualidade, menosprezam o sofrimento causado pelo racismo e em alguns casos, sabotam o enfrentamento à discriminação racial propositalmente (Santana, 2017; Benedito, 2018). Estas lamentáveis situações ferem uma importante Resolução do Conselho Federal de Psicologia, que afirma que as profissionais devem contribuir com seu conhecimento para eliminação do racismo. Para analisar o envolvimento das psicólogas com este compromisso, realizei entrevistas semiestruturadas com quinze profissionais – onze negras, duas brancas e duas indígenas – selecionadas por reconhecerem que o racismo interfere em nossas práticas laborais ou na vida dos brasileiros que atendemos. Portanto, elas precisam lidar com os efeitos da discriminação racial em suas atividades profissionais ou pesquisas. As narrativas destas interlocutoras confirmam que o racismo não foi um tema abordado na formação de maneira que pudesse respaldar uma prática profissional capaz de combater as consequências da discriminação racial. Os relatos demonstraram também que muitas profissionais foram estimuladas a aprimorar seus conhecimentos sobre o racismo após compreenderem os efeitos do preconceito em suas próprias vidas ou na reconstrução de suas identidades raciais. As entrevistas foram analisadas utilizando a Consciência Linguística Crítica (Fairclough, 2016) e os resultados geraram três categorias: *1. a experiência pessoal com o racismo*, *2. Psicologia e formação das profissionais* e *3. conexões para uma sociedade antirracista*. Em suma, a pesquisa demonstra uma expressiva participação de psicólogas negras no combate ao racismo. As profissionais demonstraram preocupação com os diferentes mecanismos de discriminação racial, afirmando que o racismo possui uma dimensão estrutural que precisa ser enfrentada. Elas mencionaram que os professores da graduação consideravam o racismo uma questão irrelevante, pensamento típico de grande parte da população brasileira. No entanto, as psicólogas afirmaram exatamente o contrário: defenderam enfaticamente que o preconceito e a discriminação devem ser combatidos e que uma formação profissional que incorpore as discussões sobre o tema pode contribuir sobremaneira para uma sociedade antirracista.

Palavras-chave: Psicologia, Ética, Racismo, Antirracismo

Abstract

Ferreira, F. L. (2020). "Do we have to talk about racism now?": About Psychology, racism and anti-racism. Masters Dissertation, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

This dissertation aims to investigate the role of psychologists in a very important demand: the fight against racial discrimination in Brazil. We understand that to participate in this endeavor, professionals should leave the graduation prepared to face this challenge, but research shows that this is not the reality. Many psychologists with no training on the topic perform low-quality care, disregard the suffering caused by racism and in some cases sabotage the face of racial discrimination on purpose (Santana, 2017; Benedito, 2018). These deplorable situations hurt an important resolution of the Federal Council of Psychology (*Resolução do Conselho Federal de Psicologia*), which states that professionals should contribute with their knowledge to eliminate racism. To analyze the involvement of the psychologists with this commitment, I conducted semi-structured interviews with fifteen professionals – eleven black, two white and two Indigenous – selected for recognizing that racism interferes in our labor practices or in the lives of the Brazilians we serve. Therefore, they need to deal with the effects of racial discrimination on their professional activities or research. The narratives of these interlocutors confirm that racism was not an issue addressed at graduation in such a way as to support a professional practice capable of combating the consequences of racial discrimination. The reports also showed that many professionals were encouraged to improve their knowledge of racism after understanding the effects of prejudice on their own lives or in rebuilding their racial identities. The interviews were analyzed using Critical Linguistic Awareness (Fairclough, 2016) and the results generated three categories: *1. the personal experience with racism*, *2. Psychology and training of professionals* and *3. connections to an anti-racist society*. In short, the research shows an expressive participation of black psychologists in the fight against racism. Professionals have expressed concern about the different mechanisms of racial discrimination, stating that racism has a structural dimension that needs to be addressed. They mentioned that undergraduate teachers considered racism an irrelevant issue, a thought typical of much of the Brazilian population. However, the psychologists have said exactly the opposite: they emphatically argued that prejudice and discrimination must be combated and that vocational training that incorporates discussions on the subject can contribute greatly to an anti-racist society.

Key words: Psychology; Ethic, Racism, Anti-racism

Resumen

Ferreira, F. L. (2020). "Ahora tenemos que hablar sobre racismo?": Sobre psicología, racismo y antirracismo. Disertación de Maestría, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Esta disertación tiene como objetivo investigar la actuación de psicólogas en una demanda muy importante: el combate hacia la discriminación racial en Brasil. Entendemos que, para participar de este trabajo, las profesionales deberían salir de la graduación preparadas para enfrentar este desafío; sin embargo, las investigaciones han demostrado que esta no es la realidad. Muchas de las psicólogas sin formación sobre el tema realizan atendimientos de baja calidad, menosprecian el sufrimiento causado por el racismo y en algunos casos, sabotean a propósito el enfrentamiento a la discriminación racial (Santana, 2017; Benedito, 2018). Estas lamentables situaciones dañan una importante Resolución del Consejo Federal de Psicología (*Resolução do Conselho Federal de Psicologia*), que afirma que las profesionales deben contribuir con su conocimiento para la eliminación del racismo. Para analizar la participación de las psicólogas en este compromiso, realicé entrevistas semiestructuradas con quince profesionales – once negras, dos blancas y dos indígenas – seleccionadas por reconocer que el racismo interfiere en nuestras prácticas laborales o en la vida de los brasileños que atendemos. Por lo tanto, ellas necesitan lidiar con los efectos de la discriminación racial en sus actividades profesionales o en sus investigaciones. Las narrativas de estas interlocutoras confirman que el racismo no fue un tema abordado en su formación de manera tal que pudiese respaldar una práctica profesional capaz de combatir las consecuencias de la discriminación racial. Los reportes también demuestran que muchas de las profesionales fueron estimuladas a mejorar sus conocimientos sobre el racismo después que comprendieron los efectos del prejuicio en sus propias vidas o en la reconstrucción de sus identidades raciales. Las entrevistas fueron analizadas utilizando la Consciencia Lingüística Crítica (Fairclough, 2016) y los resultados generaron tres categorías: *1. la experiencia personal con el racismo*, *2. Psicología y formación de las profesionales* e *3. conexiones para una sociedad antirracista*. Resumidamente, la pesquisa demuestra una participación expresiva de psicólogas negras en el combate hacia el racismo. Las profesionales manifiestan preocupación con los diferentes mecanismos de discriminación racial, afirmando que el racismo posee una dimensión estructural que necesita ser enfrentada. Ellas mencionaron que los profesores de la graduación consideraban el racismo como una cuestión irrelevante, un pensamiento típico de la gran parte de la población brasileña. No obstante, las psicólogas afirmaron exactamente lo contrario: defendieron enfáticamente que el prejuicio y la discriminación deben ser combatidos, y que una formación profesional que incorpore las discusiones sobre el tema puede contribuir de sobremanera para una sociedad antirracista.

Palabras-llave: Psicología, Ética, Racismo, Antirracismo

Lista de Figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Não fique em silêncio / Silêncio. | 141 |
|---|-----|

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Perfil das participantes | 77 |
|---|----|

Lista de Siglas

- ABRAPSO** - Associação Brasileira de Psicologia Social
- ADC** - Análise de Discurso Crítica
- CFP** - Conselho Federal de Psicologia
- CLC** - Consciência Linguística Crítica
- CNA** - Congresso Nacional Africano
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- NEAB** - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
- ONU** - Organização das Nações Unidas no Brasil
- ONUBR** - Nações Unidas no Brasil
- SEPPPIR** - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- SUS** - Sistema Único de Saúde
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TEN** - Teatro Experimental do Negro
- UFMG** - Universidade Federal de Minas Gerais
- UnB** - Universidade de Brasília
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 13 |
| 1.1. Democracia Racial Brasileira..... | 22 |
| 1.2. Método | 31 |
| 2. Dimensões do Racismo | 40 |
| 2.1. Racismo Individualista | 43 |
| 2.2. Racismo Institucional..... | 51 |
| 2.3. Racismo Estrutural | 62 |
| 3. Psicologia, Racismo cotidiano e práticas antirracistas | 77 |
| 3.1. Relatos sobre as experiências pessoais com o racismo | 79 |
| 3.1.1. Construção da Identidade | 80 |
| 3.1.2. Relação com o cabelo..... | 84 |
| 3.1.3. Racismo e o trabalho das psicólogas | 87 |
| 3.2. Relatos sobre a Psicologia e a formação das profissionais..... | 92 |
| 3.2.1. Formação em Psicologia..... | 93 |
| 3.2.2. Atuação das Psicólogas para a eliminação da discriminação racial | 97 |
| 3.2.3. Participação dos Conselhos de Psicologia | 102 |
| 3.2.4. Compreensão dos efeitos de um Racismo Estrutural..... | 104 |
| 3.3. Relatos sobre a luta antirracista..... | 108 |
| 3.3.1. Mudança na formação profissional das Psicólogas | 109 |
| 3.3.2. Ações Afirmativas | 111 |
| 3.3.3. Brancos..... | 114 |
| 3.3.4. Passado Coletivo | 121 |
| 3.4. Resultados e discussões | 124 |
| 3.4.1. Análise da Categoria 1 – A experiência pessoal com o racismo..... | 125 |
| 3.4.2. Análise da Categoria 2 – Psicologia e formação das profissionais | 129 |
| 3.4.3. Análise da Categoria 3 – Conexões para uma sociedade antirracista | 133 |
| 4. Considerações Finais | 138 |
| Referências Bibliográficas | 151 |
| Anexos I e II – Roteiro das Entrevistas e TCLE | 162 |

1. Introdução

Você já ouviu falar no “Caso Ari”? Eu não conhecia a história de Arivaldo Alves até bem pouco tempo. Ele foi o primeiro doutorando negro no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília [UnB] e à época, o programa já havia completado vinte anos de existência. A entrada de Ari tornou-se muito relevante porque ele foi reprovado em uma disciplina obrigatória no primeiro semestre do doutoramento, algo que jamais havia acontecido naquele departamento (Carvalho, 2005).

Percebendo que seus trabalhos tinham sido avaliados de forma injusta, Ari iniciou uma longa disputa para provar que estava sendo alvo de uma perseguição racial. Os professores que ficaram ao lado do doutorando foram severamente hostilizados, mas graças aos esforços para que aquela estranha reprovação fosse analisada, a UnB reconheceu que uma ação de discriminação racial havia sido realizada contra o estudante. Isso motivou debates para a criação de políticas de ações afirmativas para negros e indígenas naquela instituição (Carvalho, 2005, p. 239).

Infelizmente, esse grave evento que poderia evidenciar o racismo dentro das instituições de ensino superior é bastante inexplorado. Ao mesmo tempo, as discussões públicas sobre as cotas passaram a acontecer com maior frequência após o Caso Ari. Apesar de muitas provas, o Movimento Negro precisou se empenhar para explicitar os históricos efeitos da discriminação racial no Brasil (Mayorga & Prado, 2010, p. 46).

À época, muitos autores publicaram livros escatológicos afirmando que a implantação de ações afirmativas nas universidades promoveria uma tensão entre brancos e negros, e que uma guerra racial no país seria inevitável. No entanto, as primeiras experiências de ações afirmativas no Brasil já comprovavam um aumento inédito do índice de entrada e de diplomados indígenas e negros no ensino superior no país (Munanga, 2011, p. 67).

Embora questionadas, as ações afirmativas podem ser justificadas a partir da noção de justiça reparativa, pois os órgãos do governo são obrigados legalmente a eliminar todas as formas de marginalização. Além do mais, o Estado brasileiro contribuiu enormemente para a opressão racial de negros e indígenas, razão pela qual ele está moral e juridicamente obrigado a criar

soluções para resolver problemas gerados por ele mesmo (Moreira, 2016, p. 142).

Dito isso, é importante destacar que sou cotista autodeclarado negro pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG]. A minha turma, que começou o mestrado em 2018, foi a primeira que contou com ações afirmativas na pós-graduação deste setor. O meu maior desafio dentro desta respeitável instituição de ensino sempre foi refletir como eu poderia contribuir para a construção de uma sociedade antirracista.

A primeira obra que li para compreender o racismo foi *Você conhece aquela? a piada, o riso e o racismo à brasileira*. O autor Dagoberto José Fonseca, doutor em ciências sociais, discorre com olhar científico sobre nossas piadas racistas. Eu ainda estava na graduação e aquele texto me encantou. Dentre tantas boas lições, ele demonstrou-me que as mensagens “despretensiosas” contidas nesses discursos irônicos atijam preconceitos, estereótipos e discriminação. Ao mesmo tempo, essas falas ajudam a denunciar de maneira irrefutável o racismo em um país que insiste em defender uma falsa imagem de harmonia racial (Fonseca, 2012, p. 12).

Durante a leitura do livro de Dagoberto, um episódio incomodou-me bastante. O autor lançou mão da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Frantz Fanon para ressaltar o caso de um estudante de medicina negro do serviço de ginecologia que evitava tocar as genitálias de suas pacientes, pois uma delas já havia declarado que sentia pavor só de pensar em ser tocada por um homem de pele escura (Fonseca, 2012, p. 112). Como não conhecia a obra e principalmente o escritor, questionei-me como esse tal Fanon poderia saber daquilo?

Ao descobrir que Fanon era negro, da Martinica e de toda sua história de vida, a declaração sobre o estudante de medicina já não parecia tão absurda. Até aquele momento, eu estava pensando que um intelectual chamado Frantz Fanon só poderia ser branco e que sua experiência não poderia certificar aquele acontecimento. Alguns anos depois repeti o mesmo equívoco ao supor que a socióloga negra France Winddance Twine – autora de *Racism in a Racial Democracy* – seria um homem branco.

Não creio que minhas suposições tenham relação apenas com o meu desconhecimento de quem seriam esses autores. Minhas atitudes nesses dois instantes me obrigaram a reavaliar meus preconceitos e a perceber que em

sociedades sexistas e racistas como a brasileira, somos levados a acreditar que inteligência e intelectualidade são atributos quase que exclusivos de homens brancos (Figueiredo, 2002, p. 104; Mamigonian & Bissigo, 2018, p. 79; Munanga, 1986, p. 72; Nascimento, 2008a, p. 27).

Na mesma época em que examinava o livro de Dagoberto Fonseca, eu também lia um livro de Sérgio Pena – médico, branco, doutor em genética. O livro foi intitulado de *Humanidade sem raças?*. Com uma análise histórica sobre o racismo, o autor apresentava questões relevantes, como o fato do racismo ser uma estrutura capaz de discriminar e oprimir. Aprendi com o livro que assim como qualquer estrutura, o racismo não havia surgido milagrosamente pronto. Ele afirmava na obra que a ciência teve um papel fundamental para a construção dos alicerces racistas e que isso contribuiu para que sistemas discriminatórios como o *apartheid* e o nazismo fossem concebidos (Pena, 2008, pp. 17-18).

Nas conclusões de sua publicação, Pena (2008, pp. 58-59) frisa o argumento central defendido em sua obra: que a existência de distintas raças humanas não é um conceito que pode ser defendido por nenhuma ciência. Porém, destacou que a noção das raças ainda existe como construção social. O autor afirmou ainda que deveríamos buscar a construção de uma sociedade desracializada, na qual a singularidade das pessoas fosse celebrada e valorizada.

Alguns anos depois, tive chance de ler um livro organizado por importantes pesquisadores e fiquei encucado por Sérgio ter participado com dois artigos daquele exemplar. Os organizadores idealizaram um livro com um conjunto de textos declarando que as ações afirmativas que estabeleceriam cotas raciais nas instituições federais de ensino superior produziram uma sociedade polarizada entre brancos e negros. O livro de 2007 contém 46 pequenas publicações problematizando a efetivação das Políticas de Ação Afirmativa e do Estatuto da Igualdade Racial¹ (Fry, Maggie, Maio, Monteiro & Santos, 2007, p.17).

Sérgio Pena escrevera dois manuscritos para este livro: o primeiro foi *Receita para uma humanidade desracializada* e logo em seguida é apresentado

¹ O Projeto de Lei 73/99 discutia a proposta de cotas no Ensino Superior. Já o Projeto de Lei 3.198/2000 visava instituir o Estatuto da Igualdade Racial em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor.

Ciências, bruxas e raças. Nesses textos o autor também afirmou veementemente que raças não existem do ponto de vista da genética ou da biologia e sustentou com segurança que “certamente, a humanidade do futuro não acreditará em “raças” mais do que acreditamos hoje em bruxaria” (Pena, 2007, p. 45). Por fim, o autor proclama que deveríamos nos esforçar para instituir uma sociedade desracializada, utilizando as descobertas da genética moderna para alcançar este objetivo. De forma mais contida que os demais colaboradores do livro, ele declara o seu pessimismo em relação às consequências das medidas políticas que estavam sendo discutidas naqueles anos:

Alguns certamente vão tentar rejeitar essa visão, rotulando-a de elitista e reacionária. Mas, como ela é alicerçada em sólidos fatos científicos, temos confiança em que, inevitavelmente, ela será predominante na sociedade. Talvez isso não ocorra a curto prazo aqui no Brasil, principalmente se o Congresso cometer a imprudência de aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, o qual forçará os cidadãos a assumir uma identidade principal baseada na cor da pele (Pena, 2007, p. 47).

Outros escritos nesse livro me surpreenderam ainda mais. José Roberto Pinto de Góes² demonstrou certa indignação quando afirmou que o Conselho Nacional de Educação estaria se lixando para a lei, pois o órgão não estava lendo atentamente as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais³ e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ele faz uma pergunta interessantíssima que ironicamente, poderia ter sido respondida se nossas Relações Étnico-Raciais tivessem sido analisadas corretamente. Ele argumenta que:

É dito que o 13 de maio “será tratado como dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição”. Essa coisa de simbólico, deixa pra lá, o espaço não permite comentários. Mas que provas existem de uma política de eliminação física de “afro-brasileiros” depois de 1888? Não se deve ensinar uma coisa dessas na escola (Góes, 2007, p. 198).

Talvez seja difícil responder satisfatoriamente a questão levantada pelo autor. Se ele buscava uma autorização legal do Estado brasileiro para extermínio de toda a população negra, realmente não seria possível apresentá-la. Mas um

² O texto original foi publicado no jornal O Globo, 16 de agosto de 2004.

³ A expressão relações étnico-raciais designa uma forma peculiar de relações intergrupais que circunscreve, via de regra, relações de poder assimétricas nas quais o grupo dominante reserva para si a maior parte das recompensas, os melhores empregos, moradias, o controle de recursos e as posições de poder mais importantes (Blalock, 1982, p. 1).

evento ocorrido em 1911 reserva uma das mais importantes declarações da história desse país e que é, infelizmente, rigorosamente ignorada. O cientista brasileiro João Baptista de Lacerda foi escolhido para representar o país em um congresso sobre raças na cidade de Londres. Nessa importante reunião Lacerda garantiu categoricamente que não haveria mais negros no Brasil nas primeiras décadas do século XXI.

Lacerda tinha a esperança que a população branca nacional aumentasse pelo processo imigratório de europeus. Ele presumia e anunciava publicamente que em 2012 o Brasil seria composto por 80% de brancos; 17% de índios; 3% de negros mestiços e 0% de negros (Lacerda, 1912, p. 97). Incomodado por ter sido questionado sobre sua morosa previsão para um domínio branco em território brasileiro, o Delegado do Brasil naquele congresso se defendeu dizendo que:

Suppunha eu haver de se dar a extinção do Negro e do Índio daqui a um seculo, devendo este facto coincidir com o predomínio da raça branca *latina sobre outras raças brancas no Brasil*. Aliás esta suposição era traçada com perfeita clareza e sem ambiguidades. A ninguém de claro entendimento e bôa fé seria licito, porém, inferir daquela conclusão que o predomínio do branco sobre o negro, no Brasil, SÓ SE DARIA DAQUI A UM SÉCULO (Lacerda, 1912, p. 93, grifos do autor).

Como o governo brasileiro não deixou explícita sua fórmula para que os negros desaparecessem, torna-se propício lembrar também a Lei 7.967 de 18 de setembro de 1945⁴. Criada durante o mandato de Getúlio Vargas, a lei descrevia a política imigratória do Brasil. Segundo o documento, o intuito era descrever uma orientação racional e definitiva, para atender o duplo objetivo de proteger os interesses do trabalhador nacional e de fortalecer a imigração como fator de progresso do país. No início do Capítulo I, o decreto afirmava que:

Art. 1º Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional (Brasil, 1945).

A dúvida de José Roberto Pinto de Góes sobre a eliminação do povo negro brasileiro é interessante, assim como a formação acadêmica do dono da

⁴ Essa determinação só seria revogada décadas mais tarde pela Lei 6.815 de 1980.

questão. O livro traz uma abreviada biografia de cada autor que ajudou na construção desta publicação. Na ocasião, Góes era historiador e professor de uma importante universidade estadual do país. O estudioso teria dúvidas sobre um plano nacional para extermínio dos negros brasileiros se tivesse lembrado o discurso de Lacerda naquele representativo congresso em 1911?

A fala do historiador contribui para a introdução do mito da democracia racial brasileira, uma perspectiva que faz parte fundamental da ideologia nacional. Esse mito⁵ assegura que o Brasil, ao contrário de todos os outros países, conseguiu fundar uma nação livre de racismo (Munanga, 2017, p. 38; Paixão, 2005, p. 288; Schwarcz, 2012, p.41). Esta desastrosa concepção contribui para que várias pessoas menosprezem a discriminação racial em um país incontestavelmente racista.

Essa ideologia pode interferir na percepção da população sobre a discriminação racial que privilegia uns e deprecia outros. Em algumas ocasiões, mesmo os sujeitos historicamente discriminados podem ignorar que são prejudicados na dinâmica racial, alegando inclusive que o racismo é algo do passado, exclusivo do período escravocrata (Ferreira, 2009, p.72; Schwarcz, 2017a, p.116).

Sobre esta situação, Mazama (2009, p. 113) afirma energicamente que apesar de os africanos e seus descendentes espalhados pelo mundo tenham se libertado fisicamente da escravidão, muitos ainda continuam engajando-se de forma inconsciente em ações compatíveis com a ideologia racista de supremacia branca, uma vez que negam que exista um processo de discriminação racial em suas sociedades. Ela utiliza o valioso trabalho de France Winddance Twine (1998) para lembrar que embora a população negra brasileira sofra um grave processo de opressão baseado em raça, o Brasil ainda é visto por muitos como um paraíso racial. Os argumentos mais comuns, usados aqui e em outros lugares, para negar a presença de racismo e de uma supremacia branca incluem:

- 1) aceitação implícita da branquidade como norma ideal; 2) negação da raça como categoria socialmente relevante; 3) negação da raça como realidade física e louvação da mistura racial; 4) negação da existência

⁵ Vale realçar que para os antropólogos, mito não significa falsa ideologia. Representa a expressão simbólica de um conjunto de ideias que organizam a vida social de uma determinada comunidade (Guimarães, 2012, p. 57, nota de rodapé).

de uma especificidade cultural africana e louvação da mistura cultural; 5) corte espacial (“não aqui”); 6) corte temporal (“não mais”). Tal negação tem a trágica consequência de tornar virtualmente impossível resistir à supremacia branca. O resultado final e previsível são indivíduos que perderam de vista sua história e depreciam sua cultura enquanto valorizam, acima de tudo, uma cultura estrangeira (Mazama, 2009, p.113).

Ao recordar os meus primeiros estudos sobre racismo, percebo que fui ajudado por Sérgio Pena e Dagoberto Fonseca a chegar a uma importante constatação. À época, olhei para minha condição de homem brasileiro negro e que pouco sabia sobre racismo. Já tinha mais de trinta anos, era um estudante no Ensino Superior e racismo não deveria ser um assunto tão novo para mim. Desde esse momento passei a me dedicar aos estudos sobre o racismo e a refletir sobre o combate a este contínuo tipo de discriminação.

Dito isto, é importante pensarmos como a Psicologia tem se dedicado no combate ao racismo. O antropólogo Kabengele Munanga (2014, p. 9) defende que “a psicologia brasileira é uma área que teria muito a contribuir na produção do conhecimento sobre o racismo e suas consequências na estrutura psíquica tanto dos indivíduos vítimas como dos discriminadores”. Ele afirma que a discriminação racial deve ser objeto de análises interdisciplinares e cabe a cada área implicada dar a sua contribuição, dentro de sua especificidade.

Ao abordar esta questão, Munanga põe em xeque uma das bases da Psicologia nacional: a ciência. Romaro realça que as psicólogas⁶ devem exercer a profissão utilizando as técnicas, conhecimentos e princípios reconhecidamente fundamentados na *ciência psicológica*, na *ética* e na *legislação profissional* (2014, p.18, grifos meus). Como profissionais, teríamos aprendido o suficiente para participarmos na construção de uma sociedade antirracista?

Esta questão é muito relevante, pois é imperativo que a Psicologia nacional não deixe de produzir conhecimento científico para combater o racismo à brasileira, dado que o Conselho Federal de Psicologia [CFP] estabeleceu princípios de atuação às suas profissionais em relação ao preconceito e à discriminação racial há quase duas décadas. A Resolução 018/2002 garante que

⁶ O CFP estudou, no começo da década de 2010, dados do cadastro do Conselho Federal de Psicologia e constatou que as mulheres constituem 89% da categoria. Por esse motivo, tentarei usar sempre que possível a palavra psicóloga para honrar o expressivo número de mulheres na profissão. Para mais informações sobre esta pesquisa, ver *Quem é a Psicóloga Brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho* (2013) ou *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres* (2013).

as psicólogas e os psicólogos colaborarão na criação de condições que visem eliminar a opressão e a marginalização do ser humano. Certifica que as psicólogas atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo. Declara que o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer. Afiança também que as psicólogas, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo (CFP, 2002).

Mesmo assumindo este significativo compromisso com a sociedade no começo do século, o próprio Conselho preocupou-se com o fato de que a grande maioria das psicólogas ainda permanece distante das discussões sobre a discriminação racial, deixando assim de combater as causas e as implicações do racismo nacional (CFP, 2017, p. 17).

Psicólogas desinformadas sobre os efeitos do racismo podem realizar atividades desastrosas. Elisa Nascimento (2003, p. 198) destacou a experiência de uma mulher negra que era atendida com descaso por sua terapeuta branca, que acreditava que as situações de racismo narradas pela cliente eram apenas um complexo de inferioridade. Até que um dia, depois de muita insistência, a psicóloga rendeu-se às queixas da usuária⁷ e pediu a ela a indicação de uma leitura para compreender o assunto.

No relato acima, a psicóloga admitiu sua inabilidade com o tema no momento em que pediu um livro para a usuária de seus serviços. Podemos supor que ela não pesquisou sobre as relações étnico-raciais na graduação e que este fato afetou profundamente o seu atendimento. É preciso reconhecer que, de maneira consciente ou não, esta psicóloga buscou a única alternativa que lhe restava para conseguir realizar aquele atendimento: o aprimoramento profissional.

Maiara de Souza Benedito presenciou situações similares durante sua pesquisa de mestrado. Ela entrevistou três psicólogas que trabalhavam em

⁷ O Código de Ética Profissional de 2005 identifica os sujeitos que buscam os serviços de Psicologia como **usuários ou beneficiários**. As palavras cliente e paciente não são nem mencionadas no documento. Eu utilizei as expressões cliente e paciente apenas quando elas estavam explicitadas nos textos que eu li ou na fala das interlocutoras. Para saber mais sobre a polissemia de termos utilizados nos serviços de saúde para identificar os usuários, recomendo o texto *Clientes, cidadãos, pacientes: sobre as múltiplas lógicas de cuidado na atenção à saúde*, publicado por Mary Jane P. Spink em 2015.

dispositivos de saúde públicos e privados na região metropolitana de São Paulo. Ela realçou que:

As explicações encontradas mostram um fato preocupante: a falta de ferramentas para que os profissionais brancos, que atuam na clínica psicológica, sejam capazes de acolher os sofrimentos atribuídos ao racismo, além da atual busca por psicólogas e psicólogos negros, em razão de poderem cumprir uma função que deveria caber a todos os profissionais da área, conforme os pressupostos do Código de Ética (Benedito, 2018, p. 72).

Mônica Santana (2017) entrevistou nove psicólogas inseridas nos serviços de saúde de um município paulista para saber como elas lidavam com as relações étnico-raciais em suas atividades. Os diálogos confirmaram a ausência de discussões sobre a temática durante a formação de suas interlocutoras. Além disso, a pesquisadora destacou falas que tentavam invalidar a necessidade de se combater o racismo.

Um psicólogo afirmou que “todos sofrem preconceito, e acho que incorporar essa ideia de que negros e índios são as maiores vítimas seria perigoso”. Outra profissional contou que os brancos também sofrem racismo. Quando questionada se já havia visto um branco sofrer racismo, ela respondeu “nunca vi, mas vou insistir nessa minha ideia de que a gente tem de parar com isso que só o negro sofre preconceito!”⁸ (Santana, 2017, p. 80).

Indispostos a falar sobre o tema, estes profissionais fizeram praticamente uma releitura do mito da democracia racial brasileira: ao invés de afirmarem que não haveria como existir racismo no país por sermos todos iguais, disseram que todos são discriminados exatamente por sermos iguais.

É importante frisar que as questões raciais deveriam ser cuidadosamente examinadas pelas psicólogas organizacionais, pois a raça dos candidatos continua sendo levada em conta na decisão de contratação de novos empregados (Bento, 2002, p. 105; Santos, 2013, p. 231; Santos & Schucman, 2015, p. 121). Santana ressaltou a fala de uma entrevistada, que recordou que:

Lembro do exemplo de uma amiga que trabalhava no RH: ela falou que é uma tristeza, selecionou o candidato bom, o melhor e quando indicou ele para o cargo de chefia, mesmo com perfil um pouco acima do solicitado pela vaga o cara não contratou porque ele era negro: o negro não. [O chefe disse], eu quero outra opção, e ela [a psicóloga] foi bater de frente, perdeu o emprego (Santana, 2017, p. 86).

⁸ A entrevistadora fez questão de frisar que estava falando sobre discriminação racial e não sobre outras formas de discriminação. Estas duas considerações são de profissionais brancos.

Em vista disso, a séria questão levantada por autores como Guimarães (2009, p. 67) ressurgirá neste trabalho. Há alguma possibilidade de se combater o racismo, quando se nega as evidências de que a ideia de raça continua a impactar amplamente as oportunidades de vida de algumas pessoas enquanto privilegia as de outras?

1.1. Democracia Racial Brasileira

Há quase duas décadas atrás, Guimarães (2001) publicou um interessante artigo para demonstrar a origem da expressão “democracia racial”, uma vez que muitos estudiosos das relações-raciais brasileiras se incomodam com a ausência do conceito nas obras de Gilberto Freyre, apontado como o suposto criador da locução. No artigo *Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito*, o autor discute por quais motivos a expressão passou a representar perfeitamente um pensamento que conceitos anteriores como sociedade multirracial de classes ou relações harmoniosas não foram capazes de exprimir⁹.

Aparentemente, o termo foi utilizado pela primeira vez por Arthur Ramos em 1941, durante um seminário de discussão sobre a democracia no mundo pós-fascista. Roger Bastide utilizou a expressão em março de 1944, contando sobre uma visita feita a Gilberto Freyre em Recife. Provavelmente ela começou a ser utilizada pelos intelectuais na década de 1940 e representava uma tradução livre das ideias de Freyre sobre a democracia nacional (Guimarães, 2001).

Freyre já falava desde os anos de 1930 em democracia social para representar as relações raciais brasileiras. A partir de uma conferência na Universidade da Bahia em 1943, Freyre começa a utilizar uma locução sinônima em seus escritos: democracia étnica. A expressão democracia racial só apareceria na literatura acadêmica e para o restante do mundo em 1952 em *Race and Class in Rural Brazil*. O escritor e antropólogo Charles Wagley escreveu na introdução de sua pesquisa patrocinada pela Organização das

⁹ Donald Pierson empregou “sociedade multirracial de classes” em *Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial* de 1971. Marcos Chor Maio conta em sua tese de doutorado intitulada de *A História do Projeto UNESCO. Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil* que a UNESCO dizia que tínhamos em nosso solo “relações raciais harmoniosas”.

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura [UNESCO] que “o Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial” (Guimarães, 2001).

A ideia de que o Brasil era uma sociedade sem barreiras raciais, ou pelo menos, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de negros a cargos oficiais ou de prestígio já era uma ideia bastante difundida, precipuamente nos Estados Unidos e na Europa. Esta convicção alicerçou a construção mítica de um estranho lugar – uma sociedade sem preconceitos e discriminação racial. A visão de abolicionistas brasileiros, americanos e europeus de que a escravidão brasileira havia sido menos sofrível e mais humana também auxiliou na criação da narrativa de que o nosso país seria um paraíso racial (Guimarães, 2001).

Regimes racistas promovidos por governos promoveram verdadeiras tragédias nos últimos séculos. O nazismo alemão marcou sobremaneira a história da humanidade e foi extinto com o fim da Segunda Guerra Mundial. Durante este regime, os judeus foram vítimas dos campos de concentração e de extermínio (Brito, Lopes & Vala, 2015, p. 193).

Estabelecido pela força militar e policial, o regime de segregação racial na África do Sul era singular e brutal¹⁰. Alicerçado no conceito de raça, o *apartheid* oprimia de forma integral a maioria negra, criando permanentes barreiras para impedir o acesso dos negros à propriedade, profissões mais qualificadas, ao estudo nas universidades “abertas”, habitação em complexos urbanos, etc. (Pereira, 2012).

A economia daquele país foi marcada pela escravidão por 250 anos e por outro sistema de exploração por outros 100. O governo sul-africano contou com a cumplicidade internacional e garantiu o poder político, econômico e militar aos brancos, determinando assim a história do país desde a segunda metade do século XVII¹¹. Desde as primeiras visitas dos portugueses, passando pelas

¹⁰ O *apartheid* da África do Sul foi instituído, ironicamente, pouco depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração da UNESCO. Publicados no fim da década de 1940, os dois documentos condenavam veementemente a ideia de raça (Brito, Lopes & Vala, 2015, p. 193).

¹¹ O regime só foi revogado após décadas de conflitos entre a população negra e o Estado. As legislações discriminatórias perderam força e foram destituídas em 1994. Ao chegar à presidência da África do Sul, Nelson Mandela e o partido político Congresso Nacional Africano [CNA] poderiam realizar metas consideradas irrealizáveis durante muitos anos: almejavam revogar as imposições do *apartheid* e implantar uma “**democracia não racial**” (Carlin, 2009, p. 24, grifos do autor).

colonizações holandesa e britânica, a vida da população do país sempre esteve atrelada aos interesses dos europeus (Pereira, 2012).

O restrito controle da população branca sobre as riquezas do país e o domínio dos meios de produção essenciais se converteram na base de seu poder político e caracterizaram toda a história de desigualdade do país. O regime implantado em 1948 apenas formalizou o sistema de servidão vigente (Pereira, 2012). Historicamente, a discriminação era tão aberta que o antigo hino nacional nomeado de *Die Stem*¹² louvava a Deus e celebrava o domínio daquela parte do continente pelos brancos (Carlin, 2009, p. 52).

A segregação racial americana em espaços públicos foi batizada com o nome de uma música. No fim do século XIX, os estados sulistas começaram a promulgar uma série de leis para promover divisões raciais. Os casamentos inter-raciais e a miscigenação foram proibidos; os transportes públicos para brancos e negros também foram separados. Estas leis ficaram conhecidas como *Jim Crow* graças a uma canção homônima escrita por Daddy Rice na década de 1830. A composição ficou popular em todo o país e passou a ser utilizada em espetáculos que caricaturavam os negros como tolos, preguiçosos e despreocupados com o amanhã (Borges, 2007).

O regime escravocrata estadunidense e as separações entre brancos e negros deveriam ter terminado com o fim da Guerra Civil do país, mas a maioria dos estados do sul tentou limitar a liberdade e a autonomia dos antigos escravos após a batalha. Estas primeiras normas discriminatórias ficaram conhecidas como *Black Codes* e funcionaram de 1866 a 1876. Todas elas foram revogadas pelo governo federal, mas os esforços em defesa dos direitos da população negra foram abandonados com a eleição do presidente Rutherford B. Hayes em 1877 (Borges, 2007, pp 21-22).

Por conseguinte, quase todos os estados sulistas restringiram o direito de voto aos negros. Quando os negros conseguiam votar, seus votos eram roubados, desviados para outros candidatos ou nem mesmo contabilizados. Sem contar que a organização terrorista Ku Klux Klan matou milhares de afro-

¹² *Die Stem* (O Chamado) era uma sombria canção de guerra. Uma parte do hino pedia para que Deus guardasse a terra sagrada do país e outra prestava tributos aos “desbravadores” que cruzaram a África do Sul esmagando a resistência negra (Carlin, 2009).

americanos nos anos que se seguiram, inclusive com linchamentos públicos às mãos de uma sociedade branca favorável à segregação¹³ (Borges, 2007).

As legislaturas do *Jim Crow* e do *Apartheid* proibiam a mistura entre as pressupostas raças superiores e inferiores. Bairros, escolas, instituições de saúde e lazer eram todos segregados e aqueles que eram vistos como inferiores tinham seus direitos cívicos e econômicos ceifados, contribuindo para a profunda miséria destas populações (Brito, Lopes & Vala, 2015, p. 193).

Com um cenário internacional superalimentado por discriminação e flagrantes tragédias, não foi difícil para o Brasil consolidar sua imagem de um estranho lugar sem racismo. O 1º Congresso do Negro Brasileiro realizado de 9 a 13 de maio de 1949 no Rio de Janeiro foi um evento político importante, pois prometia ser diferente de outras convenções de natureza acadêmico-científica que estudavam as consequências do racismo no país. Os Congressos Afro-Brasileiros de Recife (1934) ou de Salvador (1937), por exemplo, expuseram o negro como um simples objeto para a ciência (Nascimento, 2008b, p. 133).

Os intelectuais do Teatro Experimental do Negro [TEN] presentes na reunião realizada no fim da década de 1940 criticavam que os letrados tomavam o negro como material de pesquisa e ignoravam os problemas concretos da população afrodescendente. De forma corriqueira, deixavam de examinar o negro como um ser humano e dedicavam-se nos aspectos “exóticos” de sua cultura. A esperança era de que neste evento, o próprio afrodescendente seria o protagonista para discutir e tratar os assuntos de seu interesse, mantendo-se disposto à aliança com os demais pesquisadores. A meta era que os negros participassem na posição de agente e não de objeto para os estudiosos (Nascimento, 2008b, pp. 133-134, grifos da autora).

Mas o que os conferencistas e os participantes presenciaram foram debates e disputas políticas muito ríspidas e de questionável valia. Um grupo liderado por Luis de Aguiar Costa Pinto, Edison Carneiro e Darcy Ribeiro tentou dar uma direção acadêmica ao Congresso, já que para eles o negro não teria queixas políticas ou sociais plausíveis. Costa Pinto afirmou alguns anos depois

¹³ A segregação racial oficial em solo estadunidense acabaria na década de 1960 (Brito, Lopes & Vala, 2015, p. 193).

em seu livro *O negro no Rio de Janeiro*¹⁴ (1953) que os movimentos negros tinham uma falsa consciência diante da discriminação de cor, pois na verdade o preconceito seria causado por estruturas econômicas e não raciais. O sociólogo afirmou também que o movimento afro-brasileiro estimulava um perigoso racismo às avessas (Nascimento, 2008b, p. 137).

Costa Pinto sabia que sua participação no Congresso do Negro Brasileiro e no Comitê de Raças da UNESCO era importante para que ele conseguisse receber o financiamento para realização de seus estudos. Ele abandonou sua aparente posição de aliado do Movimento Negro assim que sua obra anteriormente citada foi publicada com os auxílios financeiros da UNESCO (Nascimento, 2008b, p. 137).

Grupos que defendiam interesses particulares bem distintos dos objetivos almejados pelos organizadores do Congresso interferiram sobremaneira na confecção do documento final do evento. Sugeriram, por exemplo, que a UNESCO estudasse as tentativas bem-sucedidas de solução efetiva dos problemas de raça no Brasil, com o objetivo de *recomendá-las aos países que tivessem tais problemas*. Indicava que o nosso governo deveria se empenhar no combate contra os *restos* de discriminação de cor ainda existentes em algumas repartições sociais (Nascimento, 2008b, p. 137, grifos meus).

A Declaração Final parecia rejeitar qualquer indício de que o Brasil fosse uma nação que promovia separatismo racial. Ao mesmo tempo em que o documento apontava de forma explícita a necessidade de uma verdadeira integração da população negra em nossa sociedade, a plena inserção desta parcela do povo suscitava o temor de um “racismo às avessas”. A declaração parecia pedir desculpas de si mesma repetidamente, chegando a dar mais destaque à aversão aos supostos efeitos do racismo negro do que ao combate à discriminação (Nascimento, 2008b, p. 140, grifos da autora).

A aprovação deste documento pode ser entendida como um tipo de estratégia política do movimento negro para denunciar a vigência da teoria da democracia racial. O documento indicava que não se poderia cometer o erro de contrariá-la de forma aberta ou radical. O teor do texto comprovava a atitude paternalista dos cientistas ao assumir o direito de julgar a Declaração Final como

¹⁴ Uma cópia eletrônica do livro pode ser acessada na Biblioteca Digital de Obras Raras, pelo link: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/47/1/276%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf;276>

separatista e capaz de desagregar a unidade do povo brasileiro (Nascimento, 2008b, p. 141).

A aprovação do documento respaldou o início das pesquisas patrocinadas pela UNESCO. O trabalho de Costa Pinto viraria um clássico da sociologia sobre as relações raciais no Rio de Janeiro, fato irônico por duas razões. A primeira é que o autor se apropriou de vários pensamentos dos intelectuais do Movimento Negro. Embora tenha convivido agudamente com militantes da estatura de Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, Costa Pinto usurpou todas as denúncias de que o negro era considerado apenas parte do folclore e um mero figurante da história de nosso país. O autor nem mesmo menciona a participação do TEN na organização do 1º Congresso do Negro Brasileiro (Nascimento, 2008b, p. 143).

A segunda galhofa do estudioso é que ele afirmou que era contrário à realização do Congresso, pois sentia que o encontro era motivado por uma “falsa consciência”, “racismo às avessas” de uma “elite intelectual burguesa e pigmentada”. O sociólogo detratou o movimento negro e o TEN em especial. Além disso, vários documentos originais do Congresso que foram emprestados a Costa Pinto jamais foram devolvidos (Nascimento, 2008b, p. 143).

Guerreiro Ramos e outros intelectuais negros denunciaram os métodos e o teor depreciativo da pesquisa de Costa Pinto. Um ano após a publicação de seu trabalho, o sociólogo respondeu estas acusações afirmando em um importante jornal carioca que: “duvido que haja biólogo que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório” (Nascimento, 2008b, p. 144).

Apesar de toda esta disputa, os estudos sobre relações-raciais brasileiras patrocinados pela UNESCO na década de 1950 estimularam o debate em torno do racismo no país. A fantasiosa ideia da democracia racial avalizada na pesquisa de Charles Wagley foi contestada por outros. Florestan Fernandes e Roger Bastide, por exemplo, não encontravam problemas em conciliar a veracidade do “preconceito de cor” ao ideal da “democracia racial”. Guimarães (2001) salientou que à época, as expressões já possuíam uma existência contraditória e que os dois pesquisadores tentaram demonstrar que as

perspectivas do preconceito e da democracia deveriam ser analisadas de forma simultânea e não excludentes.

Bastide buscava consolidar a visão de democracia racial não como uma suposta prova de ausência de preconceito, mas como um ideal de igualdades de direitos a ser construído. Com isso, ele aspirava que a noção de democracia social e étnica de Freyre se traduzisse genuinamente na vida dos brasileiros e não somente nas contestáveis igualdades de expressão cultural, artística e popular (Guimarães, 2001). Sobre o preconceito racial brasileiro, Fernandes e Bastide abonaram que:

“Nós brasileiros”, dizia-nos um branco, “temos preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto o preconceito racial está arraigado no nosso meio social”. Muitas respostas negativas que dizem não haver preconceito racial no Brasil explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por esta fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial. Contudo, uma vez posto de lado esse tipo de resposta, que não passa de uma ideologia, a mascarar os fatos, é possível descobrir a direção em que age o preconceito (Bastide & Fernandes, 1955/2008, p. 155).

Freyre não parecia muito preocupado com o uso da locução democracia racial. Inclusive, demonstrava certa aversão ao termo pela contradição que evocava. O polímata pernambucano manteve-se longe das discussões sobre a sentença enquanto ela conseguia representar a inexistência de preconceitos e discriminações em nosso território. No entanto, quando os olhares se voltaram para as guerras de libertação na África nos anos 1960, com o crescimento ideológico da negritude e do movimento por reformas de base, Freyre voltou a utilizar a expressão para contrapor-se aos ideais igualitários das esquerdas (Guimarães, 2001).

Em *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças* de 1962, Freyre disse em tom de zombaria que certos diplomatas, jornalistas e políticos estariam comprometidos com o um afroracismo fantasiado de movimento democrático. Ironizou ainda que o povo brasileiro não poderia ser segregacionista, pois teria que seguir a mística da **branquitude**, ou da **negritude** ou da **amarelitude** (Guimarães, 2001, grifos do autor). Em contrapartida, inconformado com os tradicionais eufemismos usados para se identificar o *homem-de-cor* no Brasil e na insistência na utilização de termos como *morenidade*, Abdias do Nascimento afirmou que:

Há alguns “cientistas” que de fato ajudam a construir toda uma carreira com a fabricação de novos eufemismos deste porte. Um dos exemplos mais convincentes se encontra no internacionalmente famoso historiador Gilberto Freyre, fundador do chamado *lusso-tropicalismo*, a ideologia que tão efetivos serviços prestou ao colonialismo português. A teoria luso-tropicalista de Freyre, partindo da suposição de que a história registrava uma definitiva incapacidade dos seres humanos em erigir civilizações importantes nos trópicos (os “selvagens” da África, os índios do Brasil seriam documentos viventes deste fato), afirma que os portugueses obtiveram êxito em criar, não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas, tanto na África quanto na América (Nascimento, 1978a, p. 42).

Depois de 1964, no contexto histórico de uma rescisão do Brasil com a democracia, as esquerdas já haviam amadurecido totalmente a noção de que a democracia racial era mais do que um ideal: era um mito racial. Segundo Guimarães (2001), “o mito da democracia racial” foi usado primeiramente como um modelo político por Florestan Fernandes na sua tese de titular da Cadeira de Sociologia da Universidade de São Paulo, intitulada *A integração do negro na sociedade de classes*.

Ao mesmo tempo em que o país testemunhava a ruptura do pacto democrático em 1964, era possível observar intelectuais e ativistas negros se opondo ao mito da democracia racial como compromisso social e político (Guimarães, 2001). Obviamente, esses ativistas enfrentaram muitas dificuldades ao se posicionarem desta forma. No livro *Memórias do exílio*, Abdias do Nascimento comparou o espaço que recebera para falar sobre as questões raciais nos Estados Unidos e no Brasil, afirmando que:

Uma grande diferença é que, aqui nos EUA, o valor do meu trabalho foi reconhecido, é coisa que não posso negar. Parti com 54 anos, sempre como um marginal. Por exemplo, a única vez que recebi um convite para falar em universidade brasileira foi em 13 de maio de 1968, no Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Vejam as condições: o diretor da faculdade proibiu que a palestra fosse realizada no salão principal, forçando-nos logo para a ilegalidade. Então falei no pátio da escola, com ameaças de todos os lados, até professores se metendo para acabar com a conferência, com esse “negócio de negros” (meu tema era a negritude). Na base dessa conferência, aliás, um grupo de estudantes negros criou uma organização, a qual certamente não durou muito tempo (Nascimento, 1978b, p. 48).

Desde o fim da década de 1970, os movimentos negros brasileiros são motivados pelas resistências do movimento negro internacional, como o pan-africanismo do estadunidense W.E.B. Du Bois, afro-centrismo do senegalês Cheikh Anta Diop, anticolonialismo do martiniquense Frantz Fanon e do

quilombismo de Abdias do Nascimento. O mito da democracia racial foi acusado sistematicamente durante toda a década de 80 como um dogma da supremacia branca no país (Guimarães, 2001).

Alguns estudos acadêmicos que questionavam a ausência de racismo no Brasil acabaram criando memoráveis locuções para simbolizar o mito da democracia racial. Além do já mencionado *racismo em uma democracia racial* de Twine, o termo *racismo cordial* ganhou muitos holofotes por ter sido difundido pela Folha de São Paulo. Já Roberto DaMatta usou a sentença *racismo à brasileira* para ressignificar nossas relações-raciais. Eram indícios de que a democracia racial brasileira estava definitivamente sendo debatida no terreno que o movimento negro sempre tentou colocá-la – no contexto do racismo e não de harmonia¹⁵ (Guimarães, 2001).

O mito da democracia racial brasileira foi desde sempre uma vanglória, com a exata significação descrita por Hobbes em *Leviatã* – uma glória que pode ser chamada de vã. O mito seria a simulação ou suposição de nossas harmoniosas capacidades de convívio, mesmo sabendo que não as temos¹⁶.

Por fim, acho importante sinalizar que Guimarães considerou descomedido o discurso de muitos militantes da década de 1990, pois utilizavam o termo genocídio para referirem-se a violência contra os negros no país (Guimarães, 2001). O termo surgiu na década de 1940, graças às tragédias que aconteceram durante a Segunda Guerra Mundial¹⁷. A palavra foi criada para se referir a quaisquer atitudes que visem o assassinato de membros de um determinado grupo, que causem danos à integridade física ou mental dos mesmos; que impõem deliberadamente a este grupo condições de vida que possam causar destruição física total ou parcial; que estabeleçam medidas que impeçam a reprodução física dos membros deste grupo e por último; que

¹⁵ DaMatta, R. (1981). “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”, relativizando, uma introdução à antropologia social, Petrópolis, ed. Vozes.

Turra, C. & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.

¹⁶ No capítulo *Da Origem interna das moções voluntárias comumente chamadas paixões, e das palavras que a expressam*, Hobbes dedicou-se a conceituar expressões como aproximação, afastamento, paixão, ciúmes, glorificação, confiança, etc. O autor escreveu que a vanglória “é mais comum nos jovens, e é alimentada pelas histórias ou ficções de personagens intrépidos; muitas vezes, **é corrigida pela idade e pela ocupação**” (Hobbes, 1651/2009, p. 51, grifos meus).

¹⁷ Raphaël Lemkin, advogado polonês de origem judaica, criou a palavra em 1944. Ela foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948 (Roudinesco, 2010, p. 76, nota de rodapé).

transfiram à força crianças de uma comunidade para outra. O termo ganhou relevância nos últimos anos porque mesmo neste século, práticas de extermínio estão sendo praticadas no Brasil, atingindo especialmente os jovens negros de baixa renda (Vergne, Vilhena, Zamora & Rosa, 2015). As Nações Unidas no Brasil [ONUBR] lançaram no fim de 2017 uma campanha que:

quer chamar atenção para o fato de que cada perda é um prejuízo para o conjunto da sociedade. Segundo dados recentemente divulgados pelo UNICEF¹⁸, de cada mil adolescentes brasileiros, quatro vão ser assassinados antes de completar 19 anos. Se nada for feito, serão 43 mil brasileiros entre os 12 e os 18 anos mortos de 2015 a 2021, três vezes mais negros do que brancos. Entre os jovens, de 15 a 29, nos próximos 23 minutos, uma vida negra será perdida e um futuro cancelado (ONUBR, 2017).

Concordo que a palavra genocídio pode causar alguma perplexidade, mas creio que o significado da expressão não está tão distante da realidade que vivenciamos. Ao mesmo tempo, os defensores da nossa harmonia racial ainda tentam atenuar as consequências do racismo no Brasil e acredito que isto seja o mais preocupante, pois eles negligenciam a exclusão e perecimento contra a maior parte da população.

1.2. Método

Em alguns momentos desta jornada, foi preciso lembrar qual era o escopo primordial da minha pesquisa e como ele foi construído. Meu propósito principal foi influenciado pela minha experiência como brasileiro negro, psicólogo, ciente da urgência em se combater o racismo no país e conhecedor da Resolução 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia.

Meu objetivo geral foi compreender **por que não estamos estudando sobre o racismo na formação em Psicologia?** A suposição de que não estudamos sobre o assunto durante a formação acadêmica era uma pressuposição baseada em minha experiência e sua veracidade carecia de comprovação.

A segunda questão que tentei investigar foi baseada exclusivamente na Resolução 018/2002. Se o Conselho Federal de Psicologia explicitou que suas profissionais deveriam utilizar o seu conhecimento para promoverem reflexões

¹⁸ Fundo das Nações Unidas para a Infância.

sobre o preconceito, se o Conselho espera que suas profissionais contribuam para a eliminação de todas as formas de discriminação racial, ***os cursos de graduação em Psicologia já teriam condições de instruir adequadamente suas futuras profissionais para contribuírem na luta antirracista?***

Prestes a graduar-me, uma de minhas colegas brancas me perguntou sobre o que eu esperava fazer ao receber o diploma. Assim que verbalizou sua dúvida, ela mesma deu a resposta: “Ah! Você gosta de estudar sobre os negros, né?”.

Eu jamais havia falado que gostava de estudar sobre os negros, mas carregava, com muita frequência, livros que abordavam o racismo. Portanto, a fala de minha companheira de sala foi bastante importante, pois sugeriu que o objetivo dos estudos sobre o assunto era analisar somente a população negra. Era como se todos os efeitos do racismo, os privilégios da população branca, as responsabilidades do Estado ou as relações de poder envolvidas nesta dinâmica fossem irrelevantes. Ela indicava assim, já no fim do curso, incontestável desconhecimento sobre o tema.

Graças a situações como esta, tentei analisar uma terceira questão durante o mestrado: ***o engajamento na luta contra a discriminação racial das psicólogas dependeria da identidade racial das mesmas?*** Era evidente que eu precisaria de outras profissionais para tentar responder as questões anteriormente expostas.

Concluimos que examinar as experiências de psicólogas que lidavam com questões raciais em suas atividades profissionais ou de pesquisa seria o mais valioso. Há Comissões de Psicologia e Relações Étnico-Raciais em algumas regionais do Conselho de Minas Gerais e pretendíamos entrevistar participantes desses grupos. Entretanto, em 2019, a agenda de muitas psicólogas esteve cheia de eventos preparatórios para as eleições de conselheiras federais e regionais de Psicologia e não foi possível seguir com este planejamento.

Por isso, tentamos montar o quadro de psicólogas que seriam entrevistadas utilizando a técnica bola de neve. Vinuto (2014, p. 203) aponta que o funcionamento da amostragem em bola de neve começa com a escolha de um informante inicial, nomeado semente, a fim de encontrar algumas pessoas com o perfil adequado para a pesquisa dentro de uma população mais ampla. Em

seguida, solicita-se que a pessoa indicada pela semente indique um novo contato a partir de sua própria rede pessoal e assim sucessivamente.

O quadro da amostragem pode aumentar a cada entrevista, se este for o interesse do pesquisador. Este quadro tornar-se-á saturado quando as pessoas não conseguirem indicar novos contatos ou quando elas pararem de expressar novas considerações para a análise (Vinuto, 2014).

A utilização da bola de neve atendeu as expectativas de forma parcial. A lista de prováveis interlocutoras iniciada com Rita¹⁹ é um bom exemplo para ilustrar minhas dificuldades. Rita indicou Simone e Marlene. Marlene indicou Dandara e outras três psicólogas, mas eu não conseguia combinar horários para realizar as entrevistas com estas últimas. Com estes atrasos, o prazo para fazer as entrevistas poderia ficar seriamente prejudicado. Em outros casos, as profissionais indicadas não se reconheciam inseridas na luta antirracista ou declararam receio de serem reconhecidas, mesmo que seus nomes reais fossem ocultados.

Assim, decidimos convidar algumas profissionais e pesquisadoras que eu havia conhecido em seminários em que tivemos a oportunidade de dialogar sobre o racismo no país. Já havia conversado satisfatoriamente com a maioria delas sobre o que eu pretendia pesquisar e a disponibilidade para a entrevista foi prontamente confirmada por quase todas.

Consegui entrevistar quinze profissionais de Psicologia (11 negras, 2 indígenas, 2 brancas). Quase todas elas trabalham nas mesmas regiões em que foram criadas e que se diplomaram em Psicologia. Suas cidades estão dispersas em quatro diferentes estados do país. Utilizei um aplicativo que faz chamadas de voz e vídeo para entrevistar seis destas profissionais²⁰.

Pelas minhas experiências discutindo racismo em congressos e reuniões, já imaginávamos que muitas das minhas entrevistadas seriam mulheres negras, pois geralmente são elas que estão palestrando, discutindo e ouvindo sobre o tema nesses eventos. Essa informação é muito importante, pois ainda veremos

¹⁹ Os nomes das entrevistadas foram substituídos por pseudônimos para que suas reais identidades fossem preservadas. As interlocutoras escolheram os nomes. Também evitei o uso de nomes de instituições e de municípios, com o intuito de dificultar a identificação das profissionais.

²⁰ Utilizei o aplicativo Duo para realizar estas entrevistas. Em consulta ao *site* do aplicativo, encontramos: "Videochamadas com alta qualidade e simplicidade para *smartphones*, *tablets*, computadores e *Smart Displays*". Disponível em: <https://duo.google.com/intl/pt-BR/about/>. Acessado em: 30/12/2019.

que há muitas profissionais desinteressadas com o enfrentamento ao racismo no Brasil.

Conheci Akim em um desses congressos. Recém-formado, ele foi o único homem que entrevistei. Sua companheira de apresentação ainda estava na graduação²¹. Aqueles dois jovens negros motivaram-me profundamente, pois frisaram a ausência de discussão sobre racismo em nossas salas de aula. Infelizmente, apenas eu e o mediador da conversa estávamos presentes para debater aquelas reflexões.

Eles criaram um grupo de estudos para que tivessem a chance de discutir sobre a questão quando perceberem a insuficiência de debates sobre o racismo no currículo da universidade que frequentavam. Entrevistei duas profissionais negras que participavam deste grupo – Luísa e Júlia. Assim como Akim, elas também trabalhavam com atendimento clínico e utilizavam as teorias da psicanálise em seus consultórios. Luísa era recém-formada quando fizemos a entrevista. Júlia, formada há pouco mais de um ano, estava fazendo mestrado.

Luana, mulher negra, graduou-se nesta mesma universidade, mas ela já exerce a profissão há oito anos e é doutoranda. À época da entrevista, ela fazia atendimentos clínicos e professorava em uma instituição de ensino superior. Outra docente que entrevistei foi Rita, profissional negra com mestrado, psicóloga há sete anos. Além de dar aulas em uma faculdade, Rita trabalha em uma instituição de segurança pública.

Simone, psicóloga branca, é pós-graduada e formada em Psicologia há cinco anos. Simone possui uma rotina de trabalho muito similar a de Rita, pois ela também desenvolve suas atividades em uma faculdade e no setor de segurança pública com privação de liberdade.

Graças aos encontros promovidos pelo Conselho Regional de Psicologia, tive oportunidade de convidar outras cinco profissionais para participarem da minha pesquisa: Maria, Rosa, Dandara, Lility e Marlene – as quatro primeiras são negras e a última é branca. Todas elas fazem mestrado.

Maria trabalha em um dispositivo de cuidado em saúde mental. Também trabalha como psicoterapeuta e está pesquisando os privilégios da branquitude em instituições de ensino. É formada há sete anos. Rosa é psicóloga há cinco

²¹ Os dois propuseram uma discussão sobre a branquitude naquela ocasião.

anos e trabalha em uma instituição de acolhimento a crianças e adolescentes. Ela está estudando a forma como pessoas negras constroem suas identidades.

Dandara graduou-se há dois anos. É psicoterapeuta e seus atendimentos são baseados na abordagem fenomenológica-existencial. Faz parte de um coletivo de mulheres negras de sua cidade e estava debatendo sobre estratégias individuais e coletivas de combate ao racismo com suas parceiras de militância e em sua pesquisa de mestrado.

Para ingressar no mestrado, Lility propôs estudar a violência contra a mulher negra. Ela é psicóloga há dois anos e utiliza instrumentos de tecnologias da informação e de comunicação²² para realizar atendimentos clínicos usando a abordagem fenomenológica-existencial. Marlene também é psicóloga há dois anos. Ela examina, desde seu processo de graduação, os efeitos da Lei 10.639/03 nas escolas. Foi aprovada no mestrado para continuar a discutir esta importante questão. No momento da entrevista, dedicava-se exclusivamente aos seus estudos.

Depois de ter participado desses eventos e aumentado significativamente o meu número de contatos, acabei conhecendo duas psicólogas indígenas. Preciso falar sobre minha trajetória antes de falar sobre elas. Tive uma colega de mestrado chamada Juliana Dutra, que também faz parte do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ela contou-me sobre diversas dificuldades dos Povos Indígenas, como os intermináveis ataques em relação à identidade étnica dessas populações. Esses ataques visam em primeiro lugar, questionar o direito de ocupação desses povos a determinados territórios. Falou também sobre as distintas línguas faladas pelos indígenas brasileiros e de várias lutas que eles precisam travar cotidianamente. Uma de suas importantes considerações, que fez enorme diferença para a minha pesquisa, foi registrada em uma de suas recentes publicações:

o processo de racialização que sofreram os povos indígenas é diferente daquele vivido pelos negros. O Estado produziu mecanismos de controle cultural e social diferentes para cada um desses recortes, sendo necessário compreender e nomear as especificidades da

²² A Resolução 11/2018 instrui sobre a regulamentação da prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias de informação e comunicação.

configuração da racialização e do racismo que sofrem os indígenas para que se possa combatê-lo (Dutra & Mayorga, 2019, p. 121).

Ela havia aberto meus olhos para uma série de problemas e circunstâncias que eu desconhecia completamente. Percebi que eu seria incapaz de falar sobre as experiências dos Povos Indígenas desse país, por mais leituras que eu fizesse sobre o assunto. Por isso, foi um presente ter encontrado Arara e Jurema tão repentinamente. Os depoimentos que elas deram foram muito relevantes para esta pesquisa, pois testificam que há psicólogas que se dedicam sobremaneira no combate ao racismo contra os Povos Indígenas.

Arara é psicóloga clínica e mora em uma importante capital brasileira. Graduou-se há três anos e tem atendido alguns jovens que saíram de suas aldeias para estudar nesta cidade. É a única psicóloga indígena de sua região. Jurema é psicóloga há um ano e tem se esforçado para criar mecanismos de enfrentamento à discriminação dos Povos Indígenas brasileiros. Está trabalhando lado a lado com o Conselho Regional de Psicologia do seu estado nesta empreitada.

Resta falar sobre mais duas profissionais que entrevistei. Ambas são negras e trabalham em serviços de assistência social de suas cidades. Fui apresentado a elas em um importante seminário de Psicologia. À época, Sueli discursou sobre a necessidade de combater o sexismo e racismo em instituições públicas. Ela é psicóloga há sete anos e fazia mestrado quando a entrevistei. Ela pesquisava a ação de coletivos e de jovens militantes negros.

Enquanto isso, Lara falou sobre a importância de um posicionamento antirracista da Psicologia, mas não deixou de questionar a relevância das discussões sobre o tema nos eventos de nossa área de atuação, uma vez que estes diálogos nunca eram realizados nas principais mesas dos congressos. Ela graduou-se há três anos e é mestre em Psicologia. Expôs a discriminação racial sofrida por estrangeiros negros em solo brasileiro. As duas trabalhavam em serviços de assistência social de suas cidades.

Sobre a metodologia, havíamos optado pela utilização de entrevistas em profundidade; entrevistas semiestruturadas com um único respondente. Pareceu-nos ideal este modelo de conversação, pois contribuiria na compreensão detalhada de valores, atitudes, crenças e motivações relacionadas

com o comportamento de nossas interlocutoras em seus contextos sociais (Gaskell, 2003, pp. 64-65).

Entrevistas individuais são indicadas para casos em que os entrevistados podem ser tocados emocionalmente ao falarem sobre determinados assuntos. Um tópico guia deve ser previamente preparado e avaliado para auxiliar na discussão de temas centrais e de situações que a pesquisa almeja investigar. O entrevistador deve usar um gravador de áudio, mas deve ficar despreocupado com o aparelho, pois será utilizado apenas para analisar os diálogos (Gaskell, 2003).

Demo (2009, p. 231) alerta que a pesquisa tradicional, feita dentro de cânones metodológicos de aparência empirista e positivista, valoriza demasiadamente a neutralidade científica, distanciando-nos da prática e não obtendo relevância social para grupos populares que lutam por severas transformações sociais.

O autor ainda frisa que o diálogo não deve ser conduzido com uma posição estereotipada de um avaliador formal, superior, distante. É preciso também autoconhecimento, para que o diálogo seja racionalmente entendido, que a realidade social pesquisada não seja uma incógnita total e que seja respeitada a postura política dos envolvidos nas entrevistas (Demo, 2009, p. 244).

Utilizamos as orientações da Análise de Discurso Crítica [ADC] para avaliarmos as entrevistas. A ADC é uma abordagem que se preocupa com a prática social da qual o discurso é uma parte, coincidindo com o interesse de várias ciências sociais como a psicologia social ou a sociologia. Pode-se recorrer à Consciência Linguística Crítica [CLC], que objetiva explorar a linguagem e a experiência discursiva dos entrevistados para investigar as forças sociais e interesses que as moldam; as relações de poder e ideologias que a investem; seus efeitos sobre as identidades sociais, relações sociais, conhecimentos e crenças; o papel dos discursos nos processos de mudanças cultural e social (Fairclough, 2016).

Realizei as entrevistas entre os meses de agosto e novembro de 2019. Todas as psicólogas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [TCLE], anexado nas últimas páginas desta dissertação. As próprias

entrevistadas declararam o seu pertencimento racial. Eu mesmo realizei a transcrição de todos os diálogos realizados.

Não podemos deixar de salientar que o pesquisador também foi observado racialmente pelas entrevistadas. A interação entre pesquisador e pesquisadas está relacionada com a maneira que a ideia de raça é apropriada por estas pessoas. Todas se olham por meio de uma lente racializada (Cardoso, Costa & Schucman, 2012, p. 17). Em muitos momentos, as psicólogas me identificaram como um homem negro.

Rita de Cássia Fazzi estudou as interações raciais entre crianças de duas escolas de Belo Horizonte. Alguns jovens admitiram que a investigante poderia ser chamada de branquela (2012, p. 167). Eliane Cavalleiro também realizou uma pesquisa em ambiente escolar e contou que funcionárias da escola a chamavam constantemente de “mulata linda”, “crioula bonita” ou de “negra maravilhosa”. Com intuito de “elogiá-la”, algumas ousaram dizer que ela poderia até se passar por branca (2017, pp. 40-41).

Neste instante, farei uma apresentação da estrutura deste texto. Falamos brevemente sobre a construção do mito da Democracia Racial Brasileira. Acredito que este processo de revisão pôde contribuir para a compreensão das consequências desta particular forma de discriminação, tão ignorada em nossa sociedade.

O racismo individualista, institucional e estrutural serão temas do segundo capítulo da dissertação. Creio que estas três diferentes perspectivas são fundamentais para compreendermos o tamanho do desafio que temos e no quanto ele é negligenciado. Almeida (2018, p. 40) realçou que a compreensão destes cenários tão complexos deveria tornar cada um de nós ainda mais responsável pelo combate ao racismo e aos racistas.

A análise das entrevistas estará descrita no terceiro capítulo. Descreverei as experiências profissionais de minhas interlocutoras. Confesso que eu não imaginava, antes da primeira entrevista, o quanto as experiências pessoais de minhas companheiras psicólogas impactavam em suas atividades profissionais. Eu já havia lido algumas outras pesquisas em que psicólogas contavam sobre suas experiências *com* e *contra* o racismo, mas os testemunhos que colhi me impactaram muito mais do que eu previa.

Por último, descreverei as minhas considerações finais no quarto capítulo. Refletirei se os meus objetivos foram satisfatoriamente respondidos e proporei, com a cautela de um jovem acadêmico que entende a complexidade do tema que estuda, ideias para que a Psicologia consiga avançar no combate às formas de discriminação racial.

2. Dimensões do Racismo

No meu primeiro ano de mestrado, precisei ajudar meu filho mais velho a fazer uma tarefa de inglês. Fiquei surpreso com a atividade que a escola havia enviado, pois ele deveria escolher uma data comemorativa estadunidense, fazer um cartaz sobre esta data e falar sobre a festividade escolhida em sala de aula. A escola sugeriu datas como *Halloween*, Dia da Independência e Dia de Ação de Graças.

A primeira coisa que passou pela minha cabeça foi: esta escola jamais enviou qualquer referência ao Dia 20 de Novembro em seu material didático. Por que então, deveríamos dar atenção a um feriado estadunidense? Incomodado com a situação, conversei com meu filho e ao contrário das datas que a escola havia recomendado, concordamos em fazer um trabalho sobre o *Black History Month*²³.

Expliquei-lhe que durante todo o mês de fevereiro, a história dos afro-americanos é homenageada. Traduzi toda a expressão para que ele entendesse que se tratava do *Mês da História dos Negros*. No fim, fizemos um cartaz com o intuito de ilustrar do que se tratava esta celebração.

Confiante de que havia realizado um bom trabalho com meu primogênito, decidi fazer um último ensaio com ele antes da apresentação do trabalho em sala de aula. Ele começou dizendo que falaria sobre o *Mês da História dos Morenos*²⁴. Naquele momento percebi definitivamente o quão importante seria minha participação na educação dos meus filhos. Ele tinha seis anos à época.

Esse caso pode demonstrar como a sociedade nos influencia desde muito cedo. As pesquisas sobre racismo realizadas com crianças brasileiras comprovam isto constantemente. A psicóloga Mara Fernanda Pires revelou uma situação, ocorrida em uma escola de classe média na cidade de Santos, que lhe chamou atenção:

Era uma sala com um pequeno número de crianças, meninas e meninos. Um era negro. Propus que todos desenhassem todo o grupo de amiguinhos. Uma garotinha sentou-se próximo ao menininho negro

²³ Celebrado anualmente no mês de fevereiro nos Estados Unidos e no Canadá e no mês de outubro na Inglaterra, o Mês da História Negra foi criado para rememorar a história e as experiências da população negra (Alexander, 2017, nota de rodapé, p. 273).

²⁴ A palavra “moreno” vem de “mouro” e é usada desde o século XVI para representar as características físicas que os africanos, sobretudo do norte do continente, legaram aos lusitanos (Norvell, 2001, p. 258).

e disse a ele que, como era muito sua amiga, ele seria o primeiro que ela iria desenhar. Ele ficou feliz e curioso, e interrompeu seu próprio desenho para observar o da amiga. Imediatamente ela lhe disse: “Olhe, vou pintar você com lápis cor de pele” (e retirou de sua caixa de lápis de cor um lápis rosa claro...). Seu amigo, surpreso, esticou seu bracinho para a amiga e mostrou “ei, eu não sou dessa cor, eu sou marrom, veja, sou marrom!”. Mas sua amiga, continuando a pintá-lo com o lápis rosa, falou segura: “Não, mas você é meu amigo. Eu nunca vou dizer para você que você é marrom, porque você é meu amigo! Eu nunca vou fazer isso com você”... (Pires, 2014, p. 15).

Aprendemos logo na infância sobre as vantagens e desvantagens do pertencimento racial²⁵. Fazzi (2012, p. 71) realça que crianças negras podem tentar manter uma igualdade de *status* social desde muito jovens, tentando negar sua identidade racial. A pesquisadora, que realizou sua pesquisa em duas escolas de Belo Horizonte, destaca que uma garota entrevistada por ela autodeclarou-se como preta enquanto estavam sozinhas. A mesma criança, mesmo que de forma vacilante, mudou de opinião ao afirmar ser morena, em um contexto em que duas de suas colegas se autodeclararam como branca e morena. A importância social da tonalidade da cor da pele contribui para que se instaure nas relações sociais entre crianças um processo de negociação da classificação racial, sendo possível, até certo ponto, a manipulação destas categorias.

Fazzi (2012, p. 72) sublinha que o atributo moreno disputa a preferência das crianças ao lado do louro, pressupondo a existência de um processo de valorização ou, ao menos, de não desvalorização dos morenos. Ela analisa a cantiga *Açúcar Refinado*, cantada na brincadeira de cordas que provoca o imaginário amoroso das crianças. A repetição constante das categorias *preto*, *branco*, *louro* ou *moreno* ajuda a fixá-las em um sistema de classificação racial múltiplo e não bipolar²⁶.

²⁵ Rita de Cássia Fazzi (2017, p. 87) utiliza o livro *Black Child, White Child – The development of racial Attitudes*, de Judith Porter, para destacar que existem oito mecanismos gerais de transmissão de atitudes raciais para as crianças. (1) família [conversas de adultos na presença das crianças]; (2) sutis pistas comportamentais fornecidas pelos adultos; (3) comentários dos pares [grupos de brincadeira ou da escola]; (4) admiração, por outros, da aparência pessoal da criança [elogio ao cabelo ou à cor dos olhos]; (5) associações culturais e simbólicas de cores; (6) material de leitura infantil estereotipado; (7) meios de comunicação de massa; (8) observação feita pela criança da ocupação racial de papéis sociais [exposição direta ou dos comentários dos adultos, especialmente sobre assuntos veiculados pela televisão]. O livro usado por Fazzi é de 1973.

²⁶ Recordo-me de ter cantado esta cantiga quando era criança. Cantávamos com uma classificação a mais: *preto*, *branco*, *louro*, *moreno* ou *mulato*.

A estudiosa ressaltou que além dessas categorias básicas, as crianças usavam classificações como *marrom-escuro*, *marrom-claro*, *moreno-claro*, *moreno-escuro*, *claro*, *escuro*, *preto claro*, *preto bem escuro* e *negro*. Com menor frequência, mencionavam as categorias índio, mulata²⁷ e misturada. Essa ideia de gradação ajudava essas crianças a criarem expressões comparativas como “*fulano é muito mais escuro que eu*”, “*fulano é um pouco mais claro que eu*”, “*fulano não é muito preto não*” (Fazzi, 2012, p.72).

Observando essa dinâmica escolar, a pesquisadora chegou a colher depoimentos das crianças negras dizendo que gostariam de ser brancas. Estes meninos e meninas reclamavam que seus colegas de sala os ofendiam com xingamentos como *macaco*, *nego preto*, *urubu*, *carvão* e que os seus pares brancos não passavam por isso. Já as crianças brancas reclamaram de terem sido ofendidas por palavras como *leite azedo* ou *loura burra*²⁸. Apesar disso, essas crianças confessavam que preferiam ser brancas a serem negras. Essas situações demonstram que as crianças negras ocupam a posição mais desconfortável e vulnerável, sendo assim um alvo constante de hostilidades e rituais de humilhação (Fazzi, 2012).

A investigante notou que três estereótipos²⁹ eram expressos repetidamente, comprovando o desprestígio dos jovens negros perante os demais colegas: *preto parece o diabo*, *preto é feio* e *ladrão é preto*. Sobre este último estereótipo, a educadora destacou que as crianças participaram de um experimento em que precisavam escolher um boneco para ser o ladrão em determinada brincadeira. Quase todas elas escolheram os bonecos negros, vestidos da mesma forma que outros bonecos brancos. Muitas delas não conseguiam justificar o motivo da decisão (Fazzi, 2012).

²⁷ Gobineau, examinando a miscigenação brasileira, consolidou a ideia que condenava relações interraciais, afirmando que esse ato causaria a perda da pureza do sangue da raça branca. Seres inférteis e incapazes seriam gerados nestes relacionamentos, comprometendo assim o potencial civilizatório nacional. O mestiço foi rotulado de mulato, equivalente ao mulo, animal híbrido e infértil derivado do cruzamento do jumento com a égua ou do cavalo com a jumenta (Carone, 2014, p. 14).

²⁸ Fazzi (2012, p. 135) destacou que uma garota identificada com o nome fictício de Inês explicitou que achava ruim que as colegas a chamassem de burra, não de loura.

²⁹ Se Rita de Cássia Fazzi percebeu na fala das crianças três estereótipos recorrentes, Fernanda Vasconcelos Dias observou durante sua pesquisa, realizada com jovens do 3º ano do Ensino Médio (alguns já tinham 18 anos de idade), que eles propagavam comumente quatro estereótipos: de que o Negro é ladrão, Negro é incompetente, Negro é punição e Negro é preconceituoso (Dias, 2011).

Fazzi (2012, pp. 210-211) destacou também que as crianças declaravam um frágil discurso relativizador que defendia a igualdade de tratamento com princípios de que *somos todos iguais*, que *somos todos humanos* ou que *somos todos filhos de Deus*. Ela adverte que as crianças compartilhavam esse discurso condenando o preconceito racial ao mesmo tempo em que demonstravam atitudes preconceituosas. Assim, este discurso relativizador não possui força suficiente para impedir o desenvolvimento, a cristalização e a estabilização do comportamento preconceituoso durante a infância.

Consuelo Dores Silva (1995) coordenou outra pesquisa em Belo Horizonte que revelou situações similares. As crianças negras eram apelidadas com nomes que as aproximavam de animais como *urubu* e *macaco* ou com nomes que sugeriam que elas eram imprestáveis como *banana podre* ou *banana estragada*. As características físicas dos jovens negros também eram desvalorizadas. Seus cabelos e lábios eram alvos de gozação. Ela sublinha que algumas crianças acreditavam que seria possível escapar destas repetidas humilhações caso fossem brancas.

2.1. Racismo Individualista

Se baseado em uma concepção individualista, o racismo é concebido como um tipo de patologia. Nesta perspectiva, o racismo seria um fenômeno ético ou psicológico, de caráter individual ou coletivo. Poderia ser considerado também como um problema de grupos isolados. Por isso, deveria ser combatido no campo jurídico com aplicação de sanções civis ou penais (Almeida, 2018, p. 28).

Por esta visão, não existiriam instituições ou sociedades racistas, mas sim indivíduos ou grupos racistas agindo isoladamente. Desta forma, a educação e conscientização sobre os males da discriminação racial seriam importantes, uma vez que estamos combatendo comportamentos inapropriados. O estímulo a mudanças culturais também poderia ajudar a combater o preconceito das pessoas. Não há dúvidas de que o racismo deve ser considerado um crime e os responsáveis por praticá-lo devem ser punidos, mas esta visão isolada é limitada, pois carece de história e de reflexão sobre as consequências concretas da discriminação racial (Almeida, 2018, p. 28). É preciso considerar que:

No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos meramente comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem” (Almeida, 2018, pp. 28-29).

Mas estudar as interações entre os indivíduos também tem sua relevância. Vislumbramos algumas interações de jovens no ambiente escolar e o quanto os estereótipos influenciam a vida das crianças brasileiras. Vimos também que interações raciais regadas de xingamentos, humilhações e de hierarquias são apreendidas pelas crianças desde cedo e servirão como base estável para aquisição de novos preconceitos. As pesquisas mencionadas comprovam que os estereótipos são internalizados desde a infância, portanto, antes mesmo do indivíduo possuir habilidades cognitivas que lhe ajudem a decidir racionalmente sobre a aceitação pessoal dos mesmos (Moreira, 2017a, p. 41).

Os estereótipos constituem-se por um conjunto de associações sobre grupos que é conduzida por um processo cognitivo automatizado, sendo eles constituídos por associações simbólicas inseridas no imaginário social. Embora a construção de estereótipos decorra de processos comuns de categorização que faz parte da operação de processos cognitivos, esses esquemas mentais não são apenas cognitivos. Eles também são construídos a partir de valores culturais que os indivíduos absorvem nas operações de socialização (Moreira, 2017a, p. 41).

Os estereótipos proclamam valores culturais que determinam a nossa percepção dos membros de um grupo, percepção que é construída não apenas em função das qualidades reais dessas pessoas, mas a partir das representações e dos interesses materiais dos membros de grupos majoritários. Eles são produções culturais que expressam mais do que generalizações sobre certos grupos sociais: eles disseminam valores culturais responsáveis pela validação das relações sociais entre as pessoas. Estereótipos contribuem para a marginalização de certos grupos, pois são fundamentais na formação de *status* cultural entre os seres humanos (Moreira, 2017a, p. 42).

Os valores culturais podem sustentar diferentes práticas sociais que autorizam a ação de vários tipos de discriminação, sejam as que ocorrem nas interações individuais, sejam as que estão relacionadas com as atividades das

instituições públicas e privadas. Os estereótipos são construções ideológicas que servem a finalidades específicas, sendo que eles têm o papel de endossar concepções de mundo que encobrem as relações de poder existentes dentro de uma determinada comunidade política (Moreira, 2017a, p.42).

Na década de 1950, Lucilla Hermann aplicou um questionário em uma amostra de 580 estudantes brancos de cinco diferentes escolas de São Paulo. As idades variavam de 15 a 44 anos, mas a média sugeria alunos mais jovens, com 19,9 anos. As mulheres formavam 83% dos que contribuíram com a pesquisa. O questionário apresentava um conjunto de estereótipos sobre negros e os respondentes tinham que dizer se consideravam os negros como inferiores, iguais ou superiores aos brancos. Eles passaram pelo mesmo procedimento, comparando mulatos e brancos (Bastide & Bergue, 2008).

Vale a pena realçar que classificações raciais que incluem o termo mulato ainda são usadas regularmente na língua portuguesa. Elas foram criadas pelos europeus durante os processos de escravatura e colonização com o propósito de controlar e proibir o “cruzamento” entre pessoas de diferentes raças. Estas nomenclaturas animais conferiam aos sujeitos que nasciam de relacionamentos inter-raciais (incluindo estupros) a marca de um animal impuro. O termo mulato representava o resultado do cruzamento entre dois animais diferentes (por exemplo, entre o cavalo e a mula), o termo mestiço tinha origem na reprodução canina e a expressão cabrito era utilizada para designar os negros de pele mais clara (Kilomba, 2019, p.19).

A romantização da palavra mulata, processo comum desde o período colonial, transformou as relações de poder e de abuso sexual, praticadas geralmente contra as mulheres negras, em gloriosas conquistas sexuais. Isto contribuiu fundamentalmente para transformá-las em um corpo exótico e mais desejável (Kilomba, 2019, p. 19).

Roger Bastide e Pierre Van den Bergue³⁰ avaliaram os dados obtidos e os estereótipos mais aceitos foram: falta de higiene (aceito por 91% para negros), falta de atrativos físicos (87%), superstição (80%), falta de previdência financeira (77%), falta de moralidade (76%), agressividade (73%), indolência (72%), falta de constância no trabalho (62%), perversidade sexual (51%) e

³⁰ A análise de Roger Bastide e Pierre Van den Bergue foi inserida na segunda edição revista e ampliada de *Branços e negros em São Paulo*. Essa edição foi publicada em 1959.

exibicionismo (50%). Os números demonstraram que na comparação entre negros e mulatos, 269 indivíduos julgaram os dois grupos da mesma forma, 268 foram mais favoráveis aos mulatos e 43 foram mais favoráveis aos negros (Bastide & Bergue, 2008, pp. 296-297).

O grupo mais favorável aos mulatos considera-os superiores aos negros porque os primeiros seriam mais semelhantes aos brancos. Dessa forma, opõe-se menos à miscigenação e em geral é um grupo mais tolerante. Uma série de questões sobre normas de comportamento social também foi realizada³¹. Foi constatado ainda que 62% dos sujeitos pesquisados foram contra um grau de intimidade com negros que ultrapassasse a simples camaradagem (Bastide & Bergue, 2008).

A miscigenação com negros foi reprovada por 77% e com mulatos, por 55%. Quanto aos casamentos, 95% da amostra não se casariam com negros e 87% não se casariam com mulatos claros. Os homens aceitam mais os estereótipos que as mulheres, mas mostraram-se mais dispostos a casar-se com mulatas claras (Bastide & Bergue, 2008).

Bastide e Bergue (2008, pp. 299-300) salientaram também que as mulheres brancas que participaram da pesquisa provavelmente temiam a agressão sexual de parceiros negros. Eles também levantaram a hipótese de que elas estariam mais expostas a uma doutrinação racial por permanecerem por mais tempo que os homens sob a influência da família. Os dois alicerces principais à época seriam: uma etiqueta de “boas maneiras” de caráter racial (oposição à miscigenação) e uma elevada autocensura da expressão verbal de estereótipos (abstenção de tensões raciais e de atitudes abertas de preconceito).

Falando em etiqueta, este seria um bom momento para recorrermos aos estudos de Oracy Nogueira. O autor que traçou um importante paralelo entre o racismo praticado no Brasil e nos Estados Unidos³², afirmou que em solo estadunidense, caracterizado por um racismo de origem, os membros do grupo discriminado são controlados para que sua agressividade não cause intempéries

³¹ Questões como: “*devem as crianças brancas e de cor brincar juntas?*”, “*devem brancos e negros trocar entre si visitas de cortesia?*”, “*você se casaria?*”, “*apaixonar-se-ia por?*”, “*sairia com um negro, com um mulato claro?*” etc.

³² O autor concebeu o conceito de que quando o preconceito é *de marca*, o preconceito se exerce em relação à aparência, ou seja, um grupo será discriminado pelos seus traços físicos, fisionomia, gestos, etc. Quando a discriminação é exercida usando primordialmente a suposição de que o sujeito descende de determinado grupo étnico, diz-se que o preconceito é *de origem* (Nogueira, 2007, p. 292, grifos meus).

aos grupos dominantes. Já no Brasil, terra de um preconceito de marca, a etiqueta de relações inter-raciais foi instituída para controlar o comportamento de indivíduos do grupo discriminador, de modo a impedir ofensas e humilhações aos indivíduos do grupo discriminado (Nogueira, 2007, p. 299).

Em sua obra *Preconceito de Marca: As relações Raciais em Itapetininga*³³, o autor afirma que a etiqueta de relações raciais entre brancos e negros destaca a necessidade de se proteger a susceptibilidade dos últimos. O autor sintetiza esta etiqueta com dois provérbios: “em casa de enforcado não se fala em corda” e “basta bater na cangalha para o burro entender” (Nogueira, 1998, p. 198).

O primeiro ditado, representando o silêncio, apresenta a obrigação do interlocutor em não ofender o sujeito negro. Mesmo que ele não seja espectador, deve-se evitar falar qualquer coisa se houver possibilidade que ele possa tomar conhecimento da ofensa. O segundo, representando o uso de eufemismos, pode ser aplicado nas situações que se torna necessário dar a entender aos negros a inaceitabilidade ou indesejabilidade de sua presença em determinados locais (Nogueira, 1998, p. 199).

Não discordo do autor, ao contrário, desde cedo os brasileiros lançam mão de argumentos para anunciar ausência de preconceito ao mesmo tempo em que conclamam nossa pretensa harmonia racial. Mas acho necessário frisar que o brasileiro tem demonstrado imensa dificuldade em obedecer esta etiqueta ideológica.

O insulto racial é uma das maiores evidências contra a nossa pressuposta solidariedade racial. As palavras “negro” e “preto” passam a ser uma abreviação verbal para toda uma galeria de estigmas referentes a um grupo racial. Em uma sociedade como a brasileira, onde os estereótipos estão bem assentados, é possível proferir ofensas como “*também, olha a cor do indivíduo*”, sem precisar recorrer a outros adjetivos (Guimarães, 2012, p. 183).

Mas isso não impede que grande parcela de nossa população, que não consegue cumprir com a desejável etiqueta do racismo brasileiro, use suas ofensas de forma explícita. Insultos como “*preto safado, sangue de preto, negro sem vergonha, preto vagabundo, você não presta porque tem sangue de preto*”

³³ Este livro é uma reedição de “Relações Raciais no Município de Itapetininga” (1ª edição, 1955).

são desferidos com a finalidade de associar a classificação racial com características desprezíveis (Guimarães, 2012, p. 184).

Guimarães (2012, p. 204) analisou as queixas registradas na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo durante alguns meses de 1997 a 1998 e afirmou que a ideia de inferioridade racial dos negros é expressa principalmente com os estigmas de: 1 – pretensa essência escrava; 2 – desonestidade e delinquência; 3 – moradia precária; 4 – devassidão moral; 5 – irreligiosidade; 6 – falta de higiene; 7 – incivilidade, má-educação ou analfabetismo.

Santos (2013, p. 117) também analisou termos insultuosos entre 2000 e 2007 e chegou a uma classificação similar a de Guimarães. Ressaltou que menções aos animais macaco e urubu são as mais comuns. Ofensas relacionadas à higiene também ocorrem com frequência. Quando se trata de mulheres negras, a afronta é corriqueiramente acompanhada de insulto sexual (piranha, prostituta, etc.).

De acordo com os dados que analisou, Guimarães escreveu que o insulto surge em cinco situações. Em primeiro lugar, quando a relação entre os indivíduos envolvidos está tensa ou desgastada por algum motivo, seja de convivência familiar ou entre vizinhos, seja de ordem contratual ou de qualquer outro tipo. A partir de certo momento, uma das partes resolve utilizar o insulto como forma de humilhar o seu desafeto (Guimarães, 2012, p. 192).

Segundo, quando esgotados os meios de convencimento e o uso de ameaças plausíveis durante uma inesperada disputa, diante da recusa ou falta de consentimento da vítima, a injúria é usada para encerrar a disputa, com a humilhação desta. Quando utilizado, este ato encerra o diálogo e instaura um conflito. O autor destaca que termos como “*nega besta*” ou “*nega metida*” podem ser mencionados quando os membros no grupo estigmatizado parecem querer usurpar uma posição que não é sua (Guimarães, 2012, p. 193).

Em terceiro lugar, quando uma falha involuntária da vítima provoca a ira no agressor. Isso sugere que o ofensor já tivesse uma predisposição racista, uma animosidade gratuita ou motivada por eventos anteriores, que diante de um fato qualquer, se manifesta como insulto. Guimarães (2012, p. 194) ilustra a situação com a seguinte queixa:

“Informa a vítima que na data de ontem colocou seu veículo na vaga privativa de vendedores da empresa em que trabalha, com a intenção

de tirá-lo assim que começassem a chegar os vendedores, sendo que ninguém o avisou e acabou esquecendo. Assim foi procurado pelo gerente, que estupidamente o repreendeu. Que imediatamente procurou tirar o carro da vaga e surpreendeu o referido gerente falando para a primeira testemunha: 'Preto é uma merda, por isso que eu não gosto dessa raça'. Ao tomar satisfações sobre o que dizia, o mesmo não repetiu tais frases, alegando que se a vítima não tivesse gostado que partisse para cima."

Em quarto, quando não há nenhum conflito e a ofensa é a forma utilizada para demarcar a separação racial entre a vítima e o agressor. O insulto funciona como uma reivindicação de segregação racial. O autor cita o caso de um homem que foi indiciado por ter proferido uma injúria racial por telefone. O acusado, que ligava frequentemente para uma corporação oferecendo serviços de assistência médica, foi informado que o gerente da empresa não estava. Ao ser questionado se gostaria de falar com a pessoa que se tornaria a vítima da ofensa, o denunciado afirmou que não falava com preto (Guimarães, 2012, p. 194).

É possível nesta hora contrapor a ideia de que no Brasil não existe racismo e que o nosso preconceito seria apenas contra o pobre, não contra o negro. Tabacof (2017, p. 53) afirma que o preconceito contra o pobre discrimina sobremaneira o negro, mas não é apenas disso que se trata. Existe ainda o problema específico da discriminação racial. Isto pode ser constatado em circunstâncias em que o branco precisa servir o negro. Após participar de uma intervenção que usava sociodrama, ela contou que:

Com a forte emoção gerada pela circunstância, contei a história, há muito não lembrada, do dia em que pedi ao motorista da família, funcionário público, que levasse Miltinho para casa depois de longas horas de trabalho de equipe, uma novidade pedagógica da época. Para minha perplexidade, o motorista disse que não o conduziria, porque ele mesmo era pobre, mas branco, e jamais serviria àquele neguinho. Respondi-lhe que sim, que o faria, porque eu era pequena, mas era a patroa e ele me obedeceria.

História chocante pela atitude dele e pela minha, menina de treze anos que, sem vacilar, para proteger o amigo, apelei à violência de classe para enfrentar a violência do racismo (Tabacof, 2017, p. 49).

Em quinto lugar, o desrespeito acontece quando o ofensor se vê na posição de ser criticado ou repreendido por ter cometido uma falha e com a intenção de reverter esta condição, ataca verbalmente a vítima. Os negros que, no cumprimento dos deveres do cargo, veem-se obrigados a fazer cumprir as normas, estão sujeitos a essa situação. Guimarães (2012, p. 195) menciona o caso de seguranças de um condomínio que ao advertirem um morador sobre

uma possível multa de trânsito, escutaram do acusado: ‘quem são vocês, são uns porqueiras, uns pretos folgados, desclassificados’.

O autor frisa que, exceto no caso do desgaste familiar ou de convizinhos, o conteúdo das injúrias transmite um indiscutível senso hierárquico de superioridade do agressor, ferido pelo comportamento igualitário do ofendido. Através da humilhação, o insulto parece ser utilizado como uma forma de ensinar a subordinação e parece ser usado mais com este objetivo do que como uma arma de conflito (Guimarães, 2012, p. 195).

Merece destaque o fato de que todas as ofensas raciais possuem uma dimensão coletiva, pois atacam uma forma de identidade – as pessoas são ofendidas porque fazem parte de um determinado grupo. A classificação da injúria como um crime dirigido a apenas um indivíduo é questionável, porque a ofensa tem o poder de insultar toda uma comunidade de pessoas. A noção de honra tem uma dimensão coletiva, porque os preconceitos raciais afetam a reputação social de todas as pessoas estigmatizadas (Moreira, 2019, p. 33).

Sansone (1996, p. 210) também escreveu sobre as interações entre brancos e negros. O autor garantiu categoricamente que suas pesquisas demonstravam que as relações raciais no país poderiam ser divididas em duas categorias: áreas duras e moles. Nas áreas duras, a cor das pessoas era importante e conseqüentemente, influenciava nas questões relacionadas a trabalho e particularmente na procura de emprego; no mercado matrimonial e da paquera; e por último, nos contatos com a polícia. Os outros espaços, chamados pelo pesquisador de áreas moles, são aqueles espaços em que ser negro não causaria transtornos e, por vezes, ser negro poderia gerar algum prestígio. O autor cita que os domínios do lazer, em particular o botequim, o dominó, o bate-papo com os vizinhos na esquina, o samba, o carnaval, o São João, as quadrilhas, o forró, etc.

A afirmativa de que existiria uma área mole é bem questionável. Podemos selecionar, por exemplo, a ideia de bom convívio nas festas de São João mencionada por Sansone. Em 2012, uma professora delatou um caso de racismo ocorrido dentro de uma escola em Contagem, Minas Gerais. A avó de um aluno invadiu a instituição para saber quem havia deixado uma “negra horrorosa” dançar na festa junina com seu neto. Essa senhora encontrou a garota de quatro anos e a chamou de “preta feia”. A professora Cristina disse

que ficou indignada com a cumplicidade da instituição diante do caso, pediu dispensa do emprego e fez a denúncia para a família da garota. Segundo Cristina, a diretora da escola se recusou a comunicar o fato ocorrido dizendo que se fosse brigar com toda família preconceituosa não teria mais alunos (Ferreira, 2012).

Nilma Lino Gomes (2005, p. 150) também apresentou outra situação humilhante dentro de uma escola de Belo Horizonte. Ela contou que por falta de parceiro, uma criança negra teve que dançar a festa junina com uma vassoura, pois nenhum colega aceitou dançar com ela. Em outra pesquisa, Ricardo Castro ouviu a seguinte declaração de uma entrevistada negra:

No ensino médio já começou a ficar complicado, porque aquela época que começa assim “ahh, fulano quer ficar com ciclano”. Sabe, esse tipo de coisa. E tipo ninguém queria ficar comigo. Época de festa junina, estava lembrando isso outro dia. Gente, festa junina, eu adorava dançar. Minha vida inteira dancei, fiz aula de dança, amo dançar. Chegava na festa junina eu nunca tinha par. (...). Assim eu sabia que eu era diferente, assim que eu tinha uma cor de pele diferente das outras pessoas. Que eu tinha um cabelo que eu odiava, que meu sonho era que meu cabelo fosse liso (Castro, 2017, p. 180).

Acredito que esses são bons exemplos do quanto nossas relações raciais são marcadas por perversidade, ao mesmo tempo em que são subestimadas por muitos autores. Para encerrar os destaques sobre racismo individual, relembro aqui um dos casos que mais me incomodaram em todas as leituras que fiz sobre o racismo brasileiro. Ao denunciar o estereótipo da mulher negra como sensual e inclinada a prostituir-se, Florestan Fernandes e Roger Bastide³⁴ denunciaram que:

Uma Família do bairro da Glória adotou, por ocasião do nascimento de um filhinho, uma criança preta da mesma idade e de sexo feminino, a fim de cria-los juntos. Os pais disseram que faziam isso para que, mais tarde, o filho não admitisse moléstias venéreas com as mulheres da rua. Ele teria tudo em casa. Mas o menino morreu antes de poder aproveitar-se da menina (Bastide & Fernandes, 2008, p. 183).

2.2. Racismo Institucional

Os estudos sobre o aspecto institucional do racismo marcaram um importante progresso dos estudos sobre a discriminação, pois esta perspectiva denuncia que o racismo não se resumiria apenas a comportamentos individuais,

³⁴ Esta passagem está no capítulo Manifestações do Preconceito de Cor. O texto foi redigido por Roger Bastide.

mas sim como o resultado do funcionamento de instituições. Estas instituições atribuem de alguma forma, mesmo que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça (Almeida, 2018, p. 29).

Mesmo sendo constituídas por formas econômicas e políticas comuns, as sociedades possuem particularidades. Seria errado afirmar que o Estado brasileiro é igual ao francês, pois a história de cada um demonstra que embora sejam irrefutavelmente Estados, os dois não são iguais. O Estado, quando compreendido como uma forma social, se materializa nas instituições (Almeida, 2018, p. 29).

A harmonia dos sistemas sociais depende da habilidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos próprios da vida em sociedade. Absorver neste contexto significa normalizar; no sentido de estabelecer normas e padrões que orientam a ação dos indivíduos. As ações e comportamentos dos sujeitos ganham significados por estarem inseridas em um conjunto de regras institucionais previamente estabelecidas pela estrutura social. As instituições têm a capacidade de moldar o comportamento humano, tanto da perspectiva das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências de seus membros (Almeida, 2018, pp. 29-30).

Desta forma, a desigualdade racial seria um atributo da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas principalmente porque as instituições são lideradas por grupos raciais hegemônicos que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses (Almeida, 2018, p. 30).

Para a compreensão do que é racismo, a ideia de racismo institucional apresenta um salto qualitativo se comparada à concepção individualista. A perspectiva institucional trata o poder como um elemento fundamental das relações raciais. Assim, o racismo passa a ser visto como um mecanismo de dominação. O domínio acontece com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça. Eles servirão para manter a hegemonia de um grupo racial no poder (Almeida, 2018, p. 31).

Regras e padrões que dificultam a ascensão de negros e mulheres, direta ou indiretamente, auxiliam o domínio de homens brancos em instituições públicas (legislativo, judiciário, ministério público, etc.) e em instituições privadas (diretorias de empresas). Este predomínio é auxiliado também pela inexistência

de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, deixando intactos os mecanismos que promovem e sustentam as desigualdades (Almeida, 2018, p. 31).

O racismo institucional é menos evidente, mais sutil e menos perceptível se compararmos com as ações praticadas por pessoas. Porém, ele pode ser muito mais destrutivo, pois suas operações são realizadas por instituições já estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebem menor condenação pública do que o racismo individual (Almeida, 2018, p.p 33-34).

Racismo institucional é um processo indireto e em parte invisível, que poderia ser comparado ao nepotismo ou a uma barreira de ascensão social. A definição compreende os empecilhos e procedimentos de seleção, nem sempre realizados de forma proposital, que servem para colocar em desvantagem membros de minorias étnico-raciais (Amar, 2005, p. 233).

Ao contrário do racismo estatal outrora codificado nas leis, o racismo institucional gera hierarquias através de práticas profissionais, supostamente neutras, dentro de instituições públicas ou privadas, empresas que controlam espaços públicos, serviços, etc. Uma forma de perpetuar esta realidade é transformar as injustiças próprias da discriminação racial em coincidência. Os meios de comunicação vendem seus produtos combinando imagens positivas de brancos de classe média e ao mesmo tempo, usa imagens depreciativas, sexualizadas ou criminalizadas de negros. Embora flagrante, a mídia alega que estas práticas não passam de infeliz coincidência do funcionamento do *marketing* e não reconhece que estas seriam uma evidência de racismo (Amar, 2005, p. 234).

Do mesmo modo, um governo municipal poderia não fornecer transporte público a bairros cuja população é majoritariamente negra e usar como pretexto, inclusive com aval da prefeitura, que se trata de um problema fiscal ou de infraestrutura. Um sistema escolar pode educar somente alunos brancos e alegar que esta preponderância de alunos de apenas uma etnia seria apenas o resultado das notas que obtiveram em um processo de seleção (Amar, 2005, p. 234-235).

Ainda que a presença maciça de aprendentes brancos fosse garantida por notas, caberia às instituições de ensino uma reflexão sobre a questão. Desculpas tecnocráticas do racismo institucional permitem que as organizações não

assumam suas responsabilidades e a bloquear a tomada de consciência da função que exercem na perpetuação e intensificação do racismo (Amar, 2005, p. 235).

O conceito de racismo institucional alerta para o risco de uma excessiva valorização da ideia de que a construção de uma cultura pública fundamentada em valores igualitários resolveria os problemas causados pela discriminação. Esse pressuposto indica que os mecanismos responsáveis pela discriminação têm apenas um caráter individual e que esta atitude poderia ser modificada. No entanto, esta perspectiva ignora o fato de que a discriminação possui uma dimensão coletiva (Moreira, 2017a, p. 131).

A discriminação pode envolver indivíduos, mas pode funcionar também nas instituições sociais. O racismo tem a capacidade de produzir efeitos imediatos na vida das pessoas e ainda influenciar a vida das gerações futuras, pois os mecanismos discriminatórios presentes nas instituições sociais continuam atuando ao longo do tempo (Moreira, 2017a, p. 131).

As relações assimétricas de poder que caracterizam os diversos grupos sociais demonstram que os atos discriminatórios não ocorrem somente nas interações entre sujeitos. Elas acontecem entre membros de grupos que estão posicionados em distintos lugares sociais. Este fato possibilita que membros de segmentos majoritários imponham tratamentos desvantajosos a grupos minoritários com o objetivo de manter seu *status* privilegiado. Estas relações assimétricas podem ocorrer ainda nas interações entre sujeitos sociais e agentes representantes das instituições (Moreira, 2017a, p. 132).

Portanto, as pessoas podem ser vítimas de discriminação institucional, prática desfavorável que tem origem no funcionamento de instituições públicas ou privadas. Ela se manifesta quando seus agentes tratam indivíduos ou grupos a partir dos estereótipos negativos que circulam no plano cultural. A discriminação institucional tem uma natureza mais dissimulada porque não pode ser atribuída à ação de indivíduos específicos (Moreira, 2017a, p. 132).

O racismo institucional tem quatro aspectos discriminatórios muito importantes que não podem ser negligenciados – *estrutural*, *procedimental*, *sistêmica* e *ideológica*³⁵. O primeiro deles indica que a discriminação institucional

³⁵ Adilson José Moreira utiliza a obra *Discrimination Law* de Sandra Fredman para falar do tema. Livro de 2012.

possui um caráter *estrutural* que designa os padrões de participação de grupos minoritários dentro de uma sociedade. Estes padrões podem operar de modo horizontal, configurando uma exclusão total ou quase total de minorias das instituições sociais. Esta condição seria possível porque grupos dominantes controlam o acesso a elas e podem estabelecer seus próprios interesses como prioritários (Moreira, 2017a, p. 134).

O caráter *estrutural* da discriminação institucional pode operar ainda de maneira hierárquica, autorizando a presença de minorias dentro das instituições de forma subordinada ou sabotando os interesses dos grupos discriminados. Em muitos casos os membros do grupo dominante ocupam as posições relevantes, o que permite a subordinação de minorias. Quando minorias raciais ocupam somente funções periféricas, localizadas longe dos cargos de influência, demandas que já são tradicionalmente ignoradas continuarão a ser desconsideradas (Moreira, 2017a, p. 134).

O segundo aspecto é que o racismo institucional possui uma *discriminação procedimental*, que revela um conjunto de políticas e procedimentos que possibilitam a reprodução de uma estrutura de discriminação. Grupos minoritários podem ser propositalmente discriminados por práticas que não são dirigidas abertamente a eles, mas que tem consequências negativas sobre eles porque incidem sobre elementos como nível educacional ou *status* econômico. Com o intuito de excluir minorias de posições de comando, uma instituição pode exigir qualificações não relacionadas com as funções do cargo com o objetivo de excluir estes sujeitos. Grupos minoritários também podem ser vítimas de discriminação institucional pela negação ou pela prestação diferenciada de serviços (Moreira, 2017a, p. 134).

O terceiro aspecto da discriminação racial é o *sistêmico* e ele demonstra que as diferentes atividades das instituições sociais guardam uma relação de interdependência. Este caráter sistêmico pode ser identificado pela forma como instituições distintas que compõem um sistema de interações sociais tratam membros de certos grupos. Uma análise sobre a qualidade de serviços oferecidos para minorias raciais, nas interações entre pessoas dentro de uma escola infantil, com a polícia ou nas instituições de saúde pode comprovar padrões discriminatórios em todas elas (Moreira, 2017a, p. 134).

O quarto e último aspecto do racismo institucional é o *ideológico*. Diferentes órgãos discriminam indivíduos porque existe uma ideologia que legitima todas estas ações. A *ideologia* não interfere apenas na forma como as pessoas agem, mas também no funcionamento das instituições. As ideologias que tentam manter o poder de grupos hegemônicos não são estáticas e são transformadas com frequência. Por isso, as práticas institucionais também terão muitas formas para beneficiar determinados grupos, incluindo a negligência estatal. Este descaso pode ser retratado pelo ambiente hostil para crianças negras dentro de escolas ou pelas corporações policiais que tratam os negros como cidadãos de menor valor. Não é por acaso que o Estado e um sistema judiciário dominado por homens brancos não consideram a morte de uma pessoa negra como algo socialmente importante (Moreira, 2017a, pp. 134-135).

Os agentes dessas organizações, muitas vezes representantes dos grupos majoritários, tratam pessoas de acordo com seus próprios preconceitos e a partir de regras da instituição. Um exemplo clássico de discriminação racial institucional são as prisões arbitrárias de homens negros, pois são baseadas em estereótipos sobre a suposta periculosidade desses sujeitos. As detenções e mortes não são encaradas como práticas racistas, mas sim como consequência natural da atividade rotineira da instituição (Moreira, 2017a, p. 133).

Este comportamento das forças policiais tem sido denunciado em vários lugares do mundo. Não é acidental que uma das definições mais aceitas sobre racismo institucional foi cunhada pelo governo do Reino Unido depois de investigar o assassinato, pela polícia, de um jovem negro britânico chamado Stephen Lawrence. O governo declarou que:

“O racismo institucional consiste no fracasso coletivo de uma organização na prestação de um serviço adequado e profissional a determinadas pessoas em virtude de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que constituem discriminação através de preconceito, ignorância, desconsideração e uso de estereótipos racistas inadvertidos que colocam em desvantagem pessoas pertencentes a uma minoria étnica (Amar, 2005, p. 233).

O filtramento racial é uma das táticas discriminatórias mais discutidas. O termo representa as práticas racialmente tendenciosas de identificação de suspeitos e tem um particular valor na cultura norte-americana, pois se refere a práticas de discriminação do setor de polícia e segurança. É um tipo de ícone da

histórica tolerância americana em relação à impunidade e a arbitrariedade policial em questões relacionadas ao controle de hierarquias raciais (Amar, 2005, pp. 236-237).

O caso *Terry v. Ohio* foi um marco das discussões sobre os procedimentos de identificação de suspeitos pela polícia³⁶. Um detetive chamado Martin McFadden notou dois homens conversando em uma esquina olhando a vitrine de uma loja. Um terceiro homem chegou e entrou na conversa. Suspeitando do comportamento daqueles sujeitos, o detetive agarrou e revistou o Sr. Terry. Após encontrar uma arma, prendeu Terry e seu companheiro, Sr. Chilton (Amar, 2005, p. 250).

No entanto, a Quarta Emenda da Constituição americana assegura que não pode haver “busca e apreensão” sem que exista uma causa provável para esta ação. Causa deve ser entendida como um grupo de indícios verdadeiros e uma explicação legítima para deter e interrogar, com base em investigação ou testemunho direto, não em intuição subjetiva sem credibilidade (Amar, 2005, p. 250).

Na oportunidade, a Corte defendeu a necessidade de permitir que os policiais tivessem discricionariedade – liberdade de *ignorar* ou *reinterpretar* a Constituição. A Corte achou que seria razoável o discernimento de um policial para determinar quem é suspeito e uma possível ameaça pública, com base na aparência. Um professor de Direito na Universidade de Nova York criticou a decisão assinalando que a percepção do detetive McFadden de que Terry era uma pessoa suspeita guardava uma correlação direta com a percepção que o agente tinha sobre raça (Amar, 2005, pp. 250-251, grifos meus).

O detetive demonstrou um comportamento similar ao das crianças que vimos nas entrevistas de Fazzi. Ele afirmou ser “incapaz de dizer” como identificou dois homens negros como suspeitos. McFadden disse também que “não gostou deles” e que “a cara deles tinha alguma coisa de errado”. Amar (2005, p. 251) ressalta ainda que:

O terceiro homem, que também caminhou na frente da loja e falou com Terry e Chilton, não foi detido. McFadden referiu-se repetidamente a esse terceiro homem como “branco” que, embora tivesse um comportamento muito semelhante ao dos demais, aparentemente tinha

³⁶ Este incidente ocorreu em Cleveland, no estado de Ohio, durante o auge dos movimentos pelos Direitos Civis nos Estados Unidos na década de 1960 (Amar, 2005).

a “cara certa” no entender de McFadden, de forma que inicialmente não foi detido.

Ao valorizar a percepção especializada do detetive, a Corte criou uma importante exceção à obrigação constitucional sobre uma justificável causa provável. A Corte declarou inclusive que os agentes não deveriam aplicar o princípio de não-admissibilidade de provas obtidas ilegalmente como previsto na Quarta Emenda no intuito de proteger “minorias impopulares”. Assim, o assédio e as revistas policiais infundadas e sem justificativas contra uma parcela da população estavam formalmente liberados (Amar, 2005, p. 251).

O caso *Delaware v. Prouse*, de 1979, também merece ser lembrado. Parar carros “aleatoriamente” para verificação de documentação de veículos e de condutores era uma prática bastante comum no estado de Delaware. A Suprema Corte decidiu a favor das queixas de um motorista negro e condenou os *procedimentos técnicos* dos policiais. No entanto, a Corte não ousou debater sobre a questão racial envolvida nos procedimentos dos oficiais e reafirmou sua fé na *cegueira racial* dos agentes da polícia (Amar, 2005, p. 252, grifos meus).

Em *United States v. Martinez-Fuente* de 1976, a Suprema Corte discutiu a questão de raça e tentou torná-la ainda menos relevante. O Sr. Martinez-Fuente, cidadão americano e residente na Califórnia, foi repetidamente detido pela Patrulha da Fronteira para verificação do passaporte. Vale a observação de que ele não era parado próximo da fronteira, mas bem dentro do território do país. Essas paradas o submetiam a frequentes humilhações. Porém, a corte decidiu que esse procedimento era permitido, mesmo com a polícia confessando que a “aparência mexicana” era uma das razões para pararem aquele motorista (Amar, 2005, pp. 252-253).

A Corte ignorou a questão da raça e considerou que a “aparência” era notada pelos policiais não como raça, mas como fator geográfico. Ou seja, a proximidade da fronteira tornaria uma aparência estrangeira algo tecnicamente significativa. Por mais uma vez, a Corte estava frente a frente com o racismo e se esforçando para ocultá-lo, dando outro nome para a discriminação: “fator de risco geográfico” (Amar, 2005, p. 253).

Estas situações nos levam até outro importante conceito nos debates sobre discriminação por raça: cegueira racial. O filtramento racial e o racismo institucional certamente não são invisíveis sob o ângulo de suas vítimas. Os que

sofrem com a violência policial também não se surpreendem quando cientistas sociais demonstram evidências chocantes de discriminação racial, executadas por ações supostamente neutras. Porém, no ponto de vista da lei, o racismo na polícia continua sendo desprezado. Os agentes sociais que teriam condições de averiguar a questão ignoram as neutralizações, mascaramentos ou deslocamentos institucionalizados de raça para qualquer outra categoria. Desta forma, as instituições de segurança não estariam atrás de minorias raciais, mas de criminosos, pobres, mal-educados, malcomportados, jovens, estrangeiros, etc. (Amar, 2005, p. 239).

Musumeci e Ramos (2005, p. 80) fizeram uma importante denúncia de discriminação procedimental na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Segundo relatos dos próprios policiais, eles usavam o jargão “elemento suspeito de cor padrão” quando precisavam se referir a um suspeito preto ou pardo.

Musumeci e Ramos (2005, pp. 38-39) observaram que os oficiais ficavam em uma posição defensiva quando eram indagados sobre o que leva um policial a considerar uma pessoa suspeita. Diante das dificuldades em articular explicações sobre isto, muitos deles recorriam a uma saída clássica (possivelmente aprendida nos cursos de formação da polícia) de que “para a PM não existe pessoa suspeita, apenas situação suspeita”. Ou então recorriam à ideia de que a polícia seria um espelho da sociedade, insinuando que os estereótipos negativos relacionados à idade, gênero, classe social, raça e local de moradia são comuns a todas as pessoas, inclusive dentro das corporações. Como se estivesse procurando uma aprovação das pesquisadoras, um oficial relatou que:

O suspeito é o biótipo que todos nós fazemos a avaliação. Avaliação que a senhora faz, todo mundo faz. É aquele biótipo quando a senhora está entrando na sua rua, a senhora observa. Não adianta, não vamos aqui forçar a barra e não vamos... todos nós somos parte da sociedade. É esse biótipo que a senhora está pensando, não adianta... (Musumeci & Ramos, 2005, p. 38)

É preciso realçar que o racismo institucional pode ser detectado em recintos sociais muito distintos. E por mais que se estude o racismo, a discriminação racial às vezes surpreende. Fonseca (2012, p. 77) relembra que o Frei Hugo Fragoso estava incomodado com os problemas que os negros enfrentavam para serem admitidos nos seminários e conventos brasileiros na

década de 1960. Inconformado com os obstáculos que os candidatos negros enfrentavam, ele mesmo colheu depoimentos de padres e reitores encarregados pela preparação religiosa e colheu uma longa lista que demonstrava o grau de preconceito dentro da instituição. Mais de vinte explicações foram dadas para justificar a discriminação dos postulantes negros e acredito ser oportuno descrever todas elas neste momento:

1. os negros não dão para a vida religiosa e sacerdotal;
2. os negros não dão para a vida de comunidade;
3. o negro é um complexado em face dos brancos;
4. o sacerdote negro teria seríssimas dificuldades no exercício do apostolado. O povo o menosprezaria;
5. o negro é muito sexual;
6. o negro não é perseverante;
7. o negro é tapado;
8. impede-se a entrada dos negros nos conventos e seminários para o próprio bem deles;
9. considerada a realidade como ela é, e não com utopias quiméricas, deve-se admitir a gente de “cor” apenas para o estado de irmãos leigos e de freiras conversas;
10. os negros serão aceitos, mesmo para o sacerdócio, mas sob a condição de irem trabalhar entre os negros da África;
11. o sacerdócio exige uma certa dignidade externa correspondente à sua posição. Que triste figura a de um negrinho vestido de padre! Que desprestígio para a posição de destaque que gozam as Ordens X ou Y no seio da Igreja e da sociedade;
12. o negro foi amaldiçoado pelo próprio Deus, quando amaldiçoou na pessoa de Cam aos seus descendentes;
13. não negamos a igualdade de todos os homens perante Deus. Porém, um total igualitarismo é quimera. Tem de haver sempre na sociedade uma certa hierarquização, fundada já na própria desigualdade dos talentos de cada um;
14. já foi tentada a experiência das vocações negras e o resultado foi um fracasso;
15. o negro quando sobe a alguma posição de mando não há quem o possa suportar;
16. os negros seriam fonte de atritos e desarmonia nas comunidades, pois haveriam de ver fantasmas de desigualdades raciais a cada passo;
17. não se trata propriamente de negros ou de brancos. É que as famílias negras são ordinariamente desorganizadas, e em tais ambientes dificilmente pode surgir uma vocação;
18. o problema não é propriamente de cor ou de raça. Trata-se, na realidade, de categorias sociais cuja existência não podemos negar, e que devem ser tomadas em consideração;
19. se é verdade que Deus escolhe a quem bem entende, é também verdade que Ele dá os requisitos a quem escolhe. E os negros não satisfazem os requisitos exigidos pelos representantes de Deus;
20. mas a própria Santa Fé insiste cada vez mais rigorosamente na exclusão de candidatos portadores de alguma tara;
21. esse termo racismo aplicado ao caso é um termo ferino, que ofende descaridamente a tantos que com boa vontade procuram solucionar o problema. (Fonseca, 2012, pp. 77-78).

Como se estivessem em um confessionário, os sacerdotes admitiram o que o mito da democracia racial brasileira tenta esconder a todo custo. Colher um testemunho de que o povo menosprezaria um religioso negro em uma sociedade como a nossa é muito relevante e quando este conjunto de depoimentos, banhado de estereótipos, parte de dentro de uma instituição como a igreja, é ainda mais alarmante.

Na década de 1950, Bastide e Fernandes (2008, p. 176) denunciavam que empresas comerciais e industriais tinham seus mecanismos para barrar candidatos negros. Diziam que os negros até poderiam preencher as vagas obtidas por concurso, mas que sempre restava o recurso do exame médico para eliminar os elementos cuja cor desse muito na vista.

Eles denunciaram também que quando a seleção de emprego era realizada por testes, ficava mais fácil recusar os negros com apoio das técnicas da Psicologia. Algumas vezes o candidato era obrigado a anexar uma fotográfica junto com a ficha de candidatura ao emprego. Ou então, os profissionais que eram responsáveis pelo processo de avaliação colocavam um sinal disfarçado para identificar os candidatos negros. O sinal não era um indicador eliminatório, mas designava que aquele candidato só deveria ser encaminhado para determinadas firmas ou para trabalhos que aceitassem negros (Bastide & Fernandes, 2008, p. 176).

Os autores ainda revelaram uma forma particular de discriminação: o preconceito estético. Destacaram que a população branca já desenvolvia na época um padrão de beleza relacionado com sua própria cor e os feios seriam todos aqueles que se afastavam destas normas. Desta forma, os trabalhadores negros seriam relegados para longe da vista do público, em serviços internos e longe de escritórios a que o público tivesse acesso (Bastide & Fernandes, 2008, p. 177).

Nenhum desses cenários é muito diferente do atual. Em 2014, fiéis da congregação de Adamantina, localizada no interior paulista, pediram que o padre Wilson Luís Ramos fosse transferido da paróquia por ele ser negro. Usaram o pretexto de que o sacerdote estava atraindo pobres e viciados em droga para

dentro da igreja. O sacerdote contou que duas senhoras chegaram a dizer que a igreja deveria trocar o galo no alto da capela por um urubu³⁷.

Figuras públicas negras estão sendo constantemente detratadas nos últimos anos. Em 2016, Maria Júlia Coutinho e Thais Araújo sofreram injúrias raciais nas redes sociais – tiveram suas aparências questionadas e sofreram rituais de humilhação e animalização (Schwarcz, 2017a, p. 143; Ferreira, 2018, p. 222).

A perspectiva que demonstra a existência de mecanismos de discriminação racial operando dentro de instituições significou um relevante avanço nos estudos sobre o racismo. Ao mesmo tempo, esta concepção aponta para mais uma significativa constatação: de alguma maneira, as regras e padrões racistas perceptíveis nas instituições estão vinculados à ordem social. E aqui reside um grande problema para os defensores do mito da democracia racial brasileira, pois é certo que as instituições são racistas porque a sociedade é racista (Almeida, 2018, p. 36).

2.3. Racismo Estrutural

O pensamento de que a discriminação racial possui uma estrutura aponta para o fato de que o racismo provém da própria estrutura social, ou seja, do modo natural com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares. Não podemos considerá-lo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Os comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2018, p. 38).

Como faz parte da ordem social, o racismo ajuda a produzir padrões de funcionamento nas instituições, que irão privilegiar determinados grupos raciais. É muito importante destacar, sem desresponsabilizar os agentes envolvidos, que o racismo não é algo criado pelas organizações, mas é reproduzido por elas. Instituições que não enfrentam as práticas discriminatórias de maneira incisiva reproduzem o racismo de forma corriqueira e naturalizada (Almeida, 2018, pp. 36-37).

³⁷ Para saber mais, acesse o link: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,transferencia-de-padre-negro-causa-revolta-em-adamantina,1601241>.

Instituições que não incentivam práticas contra discriminação estão fadadas a praticar exclusão racial ou de gênero, próprias de sociedades como a brasileira, como uma correia de transmissão de privilégios e violências raciais e sexistas. Silvio Almeida (2018, p. 37) conta que as instituições deveriam se dedicar a promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo. Poderiam também remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio.

Elas também poderiam incentivar a criação de espaços permanentes para diálogos e verificação de possíveis práticas discriminatórias da própria instituição. A última indicação do autor é que as instituições deveriam promover o acolhimento e avaliar possíveis conflitos raciais e de gênero. Além disso, ele faz outra importante consideração: o racismo não se limita à representatividade. Mesmo que fundamental, a mera presença de indivíduos negros e de outras minorias em espaços de poder e de decisão não livra a instituição de uma dinâmica racista (Almeida, 2018, pp. 37-38).

O exercício de uma vida digna depende do acesso a uma série de direitos e oportunidades. Por isso, as instituições sociais responsáveis pela garantia e proteção desses direitos precisariam tratar todas as pessoas da mesma forma. Mas o que percebemos é que falhas no ideal de tratamento igualitário estão permitindo que vários indivíduos sejam sistematicamente excluídos de oportunidades, confirmando que a discriminação racial possui uma dimensão coletiva (Moreira, 2017a, p. 136).

A discriminação estrutural acontece quando existe um acúmulo de desvantagens sociais causadas por várias formas de discriminação, gerando uma estratificação que coloca certos grupos em uma situação de subordinação durável ou permanente. A discriminação estrutural demonstra que o racismo não é apenas um ato de natureza psicológica ou individual. Processos sociais discriminatórios geram diferentes formas de desvantagens materiais. O racismo, assim como o sexismo, constrói sistemas de controle social que interferem em diferentes aspectos da vida das pessoas (Moreira, 2017a, pp. 136-137).

A discriminação contra minorias tem uma característica estrutural porque não expressam apenas atos individuais, mas sim forças sociais sustentadas por relações assimétricas de poder. Uma forma de discriminação pode ser

considerada estrutural quando faz parte do funcionamento da operação regular das instituições sociais (Moreira, 2017a, p. 137).

Moreira (2017a, p. 137) afirma que o racismo pode até ser classificado como um sistema que opera sem atores sociais. Ele não se reproduz apenas em função do efeito cumulativo de atos discriminatórios, mas pelos procedimentos institucionais que cooperam para a manutenção de relações desiguais de poder entre os grupos. E é papel das ideologias tornar estas desigualdades menos visíveis.

Racism in a Racial Democracy de Francis Winddance Twine é um excelente livro sobre a nossa ideologia. O estudo realizado em uma pequena cidade no noroeste do Rio de Janeiro³⁸ revelou situações que demonstram como o racismo estrutural afeta muitas esferas da vida dos sujeitos. Em primeiro lugar, é preciso dizer que Twine fez questão de destacar que ela é uma mulher afro-americana e isto influenciou sua pesquisa. Muitas pessoas nunca tinham entrado em contato com um estadunidense negro e sugeriam que ela era uma brasileira se passando por americana para ter credibilidade com a elite da comunidade. Ela também frisou que por ter uma pele um pouco mais clara, era considerada mulata (Twine, 1998, p. 9).

A autora destaca que **a brancura é aceita e valorizada como a norma ideal para o brasileiro**. À época de sua pesquisa, Twine (1998, pp. 89-90) afirmou que esta preferência brasileira poderia ser simbolizada por um programa de televisão – o Show da Xuxa. A atração composta pela famosa apresentadora loira e por suas Paquitas igualmente brancas era muito representativa e contrastava com a ausência de negros na maioria dos programas de televisão do país.

Nascimento (2008b, p. 248) aponta mais um clamoroso exemplo de marginalização da população negra dos programas de televisão. A população afrodescendente na Bahia é bem maior que a de brancos. No entanto, a novela *Tieta* transmitida pela Rede Globo levou ao ar uma trama que se passava no estado baiano na qual nenhum dos trinta personagens principais era negro.

³⁸ A autora não usou os verdadeiros nomes dos lugares que visitou para não revelar o nome da cidade em que realizou a pesquisa. Chamou a cidade de Vasalia e disse que o município fazia parte de uma região que historicamente cultivou café. Contou também que as famílias mais importantes da cidade descendiam de italianos ou portugueses. Chamarei os moradores da cidade de “vasalianos”.

Ao perguntar aos habitantes da comunidade de Vasalia sobre a ausência de pessoas negras em posições de poder na cidade, Twine (1998, pp. 77-78) colheu depoimentos que pregavam a inferioridade dos negros em relação aos europeus. Alguns diziam que os negros eram primitivos. Um entrevistado exemplificou que os italianos eram mais inteligentes que os negros e conseguiam economizar. Outro afirmou que os africanos capturados e trazidos para o Brasil tinham inteligência limitada e que por este motivo, os negros não conseguiam passar nos testes para emprego. Estes depoimentos³⁹ foram dados por dois homens negros, um homem de 67 e outro de 22.

Harari (2016, p. 149), vislumbrando o cenário norte-americano, adverte que a escassez de indivíduos negros em posições de prestígio pode convencer as pessoas sobre a suposta inferioridade desta população, fazendo com que os menos sensatos ignorem os mecanismos discriminatórios que contribuem de forma decisiva para esta ausência. É como se existisse um eficiente círculo vicioso capaz de exercer eficazmente duas tarefas: a primeira seria barrar os sujeitos negros de determinadas posições e em seguida, certificar a enganosa ideia da incompetência dos mesmos.

Durante as eleições, Twine (1998, p. 70) presenciou a dificuldade dos brasileiros em entender os efeitos do racismo. O único negro que se candidatara a vereador naquela ocasião declarou para a pesquisadora que não acreditava que sua cor teria influenciado no resultado final das eleições. Ele não foi eleito e afirmou que a falta de dinheiro foi o fator cabal para sua derrota⁴⁰. No entanto, Twine ouviu de seus entrevistados, de diferentes pertencimentos raciais, que não apoiariam um candidato negro porque não acreditavam que ele teria habilidades ou inteligência para esta função. Alguns entrevistados brancos diziam que “outros” eleitores brancos não votariam em um macaco. Como amostra das dificuldades que os candidatos negros passam em várias regiões do Brasil, Dagoberto Fonseca denotou que:

Nesse sentido, há exemplos flagrantes de discriminação contra esses postulantes ao Executivo de municípios e estados do país. Wagner do Nascimento, quando candidato a prefeito de Uberaba (MG), foi estigmatizado pelos partidos de oposição com o seguinte jargão:

³⁹ Twine (1998, p. 6) revela que um de seus maiores objetivos era entender como as pessoas que não estavam em posição de poder, especialmente as negras, ainda depositavam fé na democracia racial brasileira.

⁴⁰ Twine (1998, pp. 62-63) aponta que os vasalianos não reconheciam a severa escassez de políticos negros na região, nos órgãos do estado e nem mesmo no cenário nacional como uma evidência do racismo.

“Uberaba não poderia ter à sua frente um fuscão preto”. Thereza Santos, liderança do movimento negro, quando se candidatou a deputada estadual, ouviu que “lugar de negra é na cozinha da madame”. Ela não era candidata ao Executivo, mas negra e mulher; na visão machista e preconceituosa, não deveria fazer parte do “mundo dos homens brancos” – o das decisões políticas. Albuíno Azeredo, governador do Espírito Santo (1991-1995), declarou que a oposição liderada pelo seu adversário eleitoral, o senador José Ignácio Ferreira (ex-líder do governo Collor), usava um trocadilho infame: “Não votem em Albuíno, senão a situação vai ficar preta no Espírito Santo”. O ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta era chamado de “Sombra” pela equipe de marketing de sua campanha à prefeitura (Fonseca, 2012, p.106).

A socióloga escreveu que os vasalianos reconheciam que as piadas eram uma forma de humilhar os negros. Os moradores brancos confessaram que suas piadas continham ironias sobre a pele, cabelo, boca, nariz, etc. Afirmaram também que ofender os negros com a palavra macaco era o xingamento mais comum (Twine, 1998, pp. 136-137).

Uma professora negra de 29 anos contou sobre a humilhação que sentiu em um hotel quando seu próprio avô, um homem branco, afirmou em voz alta que as bananas eram a comida predileta dela. A professora contou que vários hóspedes começaram a rir, pois fizeram a associação de que ela seria uma macaca⁴¹. Twine (1998, pp. 136-137) percebeu em sua pesquisa algo que já foi mencionado neste trabalho: as piadas transmitem estereótipos raciais e pregam a superioridade de um grupo e a inferioridade de outro.

Moreira (2019, pp. 22) afirma que boa parte dos brasileiros não dá o devido valor a estas situações humilhantes e o nosso sistema jurídico demonstra tolerância quando avalia manifestações de racismo como essa. Ele conta que Maria, mulher negra, foi até um supermercado comprar frutas para o restaurante em que trabalhava. Repentinamente, uma mulher branca aproximou-se de Maria e disse que ela devia ter muitos macaquinhos em casa, porque estava comprando uma grande quantidade de bananas. A funcionária do restaurante sentiu que foi vítima de injúria racial e abriu um processo contra esta senhora.

Alguns meses depois, o Tribunal de Justiça de São Paulo alegou que o incidente não poderia ser qualificado como crime de injúria racial porque não houve intenção de ofender a dignidade ou a honra da vítima. Pelo contrário, a

⁴¹ A entrevistada, identificada como Ariana, disse que depois desse incidente no hotel deixou de inspecionar, tocar ou comer bananas em público com receio de passar por aquele constrangimento novamente. Ela também ensinou sua filha de 6 anos a evitar este tipo de comportamento.

denunciada apenas tentou de forma amistosa iniciar uma interação com Maria por meio do humor. O órgão julgador ainda aconselhou que a vítima não deveria se sentir ofendida com comentários como esse. Caso contrário, sua vida em sociedade seria mais difícil (Moreira, 2019, pp. 22-23).

Outra entrevista significativa foi a do Doutor Rodolpho. Ele era um dos quatro médicos de Vasalia e tinha o salário mais alto dentre todos os entrevistados negros da cidade. Rodolpho afirmou que não existia racismo na comunidade e que a discriminação racial nunca havia afetado sua vida pessoal. Mas depois de algum tempo, começou a relatar suas reais impressões para a investigante. Embora tenha negado ter sofrido qualquer tipo de discriminação em sua carreira, o profissional de 34 anos se queixou que os brancos diziam coisas, por vezes em tom de brincadeira, mas que havia um pouco de racismo nestas falas. Disse que quando uma pessoa compara o negro com o macaco, havia ali um tipo de discriminação (Twine, 1998, p. 138).

Giovanni e Rodolpho trabalhavam no mesmo hospital. Em uma conversa privada, Giovanni contou que seu colega era muito destrutado no trabalho. Nas ocasiões em que Rodolpho estava nervoso, a primeira coisa que os funcionários consideravam era que aquilo estava acontecendo porque o médico “era negro, um animal de nariz largo”. Nos momentos em que ele errava diziam que ele era “muito escuro ou parecido com um animal”. Giovanni testemunhou que por ser branco, não era tratado desta forma (Twine, 1998, p. 138).

Apesar de todos estes fatos, os moradores de Vasalia deram depoimentos de que não existia mais racismo na região e que isso fazia parte do passado. Esta escapadela bem brasileira sugere que o discurso sobre o racismo no Brasil sofre um corte espacial (**não aqui**) e temporal (**não mais**). Um morador afirmou que a segregação havia acabado há décadas. Este morador contou que no passado seria possível encontrar clubes de dança na cidade que não aceitavam a entrada de nenhum negro, mesmo os ricos. Os brancos pobres também não eram aceitos nestes locais e por isso, frequentavam as associações fundadas pelos negros (Twine, 1998, p. 34, grifos meus).

Esta ideia de que a cidade já não sofria mais com os infortúnios da discriminação racial também era sustentada com argumentos de que a escravidão já havia sido encerrada. A investigante testemunhou que as pessoas quase não falavam de escravidão e de seus efeitos na vida da comunidade,

mesmo sendo uma cidade reconhecida por ter se beneficiado da exploração de africanos e de seus descendentes no cultivo de café durante o período escravocrata. Durante as entrevistas, os moradores diziam que a única lição sobre a escravidão que haviam aprendido nos livros e com os professores era que a Princesa Isabel havia dado um fim no “racismo” ao proclamar a Lei Áurea em 1888 (Twine, 1998, p. 117).

Os vasalianos diziam que os negros tinham que comer nas senzalas durante a escravatura, longe das casas-grandes e que agora já podiam comer dentro das casas das famílias brancas. A socióloga salientou que aqueles que usavam este argumento ignoravam o fato de que esses negros até frequentavam as casas dos brancos, mas muitas vezes na condição de criados. Era como se para estes moradores o racismo só se comprovaria com uma exclusão completa entre negros e brancos (Twine, 1998, pp. 34-35).

Twine (1998, p. 37) destaca que uma prática corriqueira no município era a adoção de meninas negras por famílias brancas com boas condições financeiras. Muitos entrevistados proclamavam uma fala romantizada de que isso seria um sinal de altruísmo e ignoravam que essas meninas seriam usadas como domésticas desde cedo. Mesmo sendo consideradas integrantes da família, muitas destas meninas nem eram enviadas para a escola e eram treinadas apenas para trabalho doméstico, ao contrário das outras crianças brancas da casa.

Estas atitudes não eram consideradas provas de discriminação racial. Ao contrário, era a comprovação de que aquelas pessoas não eram racistas. Uma descendente de italianos observa que se uma casa de brancos adota uma garota negra e se esta criança passa a vida toda servindo estas pessoas, é sinal de que a família adotiva gosta de negros. Mas se escaparmos desses devaneios, notaremos que estas meninas só teriam reais condições de deixar estas famílias caso se casassem ou se conseguissem reunir condições financeiras para saírem de casa. Como já mencionado, a segunda alternativa seria a mais difícil, pois muitas delas foram afastadas da educação formal (Twine, 1998).

Os indícios de racismo existem, mas não são considerados como tal. Outro problema tradicionalmente apontado em pesquisas como a de Twine é que o brasileiro parece não sofrer da cegueira racial típica do racismo institucional, mas de uma espécie de hipermetropia. Nosso povo parece ter

imensa dificuldade em observar os efeitos do racismo acontecendo perto dele, mas demonstra uma perspicácia natural em apontar o racismo daqueles que estão afastados de nós.

O próprio nome da obra de Twine sugere esta divergência. Deveríamos encontrar racismo em uma democracia racial? Aí está o corte espacial da nossa ideologia. A noção de que não há racismo no Brasil é viabilizada principalmente pela tendência em comparar as nossas formas de discriminação com as de outros países, sobretudo com os Estados Unidos (Nogueira, 2007, p. 289).

Twine (1998, p. 81) relatou que os vasalianos garantiam que o racismo poderia ser vislumbrado apenas em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Diziam que os grandes hotéis destes lugares segregavam as pessoas com entradas separadas para os hóspedes e para os trabalhadores do hotel. Nota interessante: ao usarem este exemplo como evidência de discriminação racial, os moradores de Vasalia instintivamente já presumiam que os hóspedes seriam brancos e que as entradas de serviço seriam para funcionários negros.

A pesquisadora perguntou aos moradores se isso não ocorria em Vasalia pelo fato da cidade não possuir estas hospedagens de luxo, mas os entrevistados garantiram que estas situações nunca ocorreriam por lá. Curiosamente, Twine (1998, p. 81) ressaltou que durante o tempo em que esteve na capital do estado escutava dos cariocas que as piores situações discriminatórias poderiam ser notadas nas cidades do interior.

Frequentemente, os moradores de Vasalia usavam situações de discriminação racial que aconteciam em regiões afastadas da cidade para ilustrar o racismo. Citavam ocorrências de outros municípios, outros estados ou países. Ao participar da pesquisa, o prefeito agradeceu a Deus pela inexistência deste problema na cidade. Agradeceu ainda pelo fato de Vasalia ficar longe do Espírito Santo, pois era noticiado à época que a filha do governador capixaba tinha sido vítima de racismo⁴². O prefeito foi contundente ao afirmar que se aquilo tivesse ocorrido em sua comunidade ele seria o primeiro a punir este tipo de crime⁴³ (Twine, 1998, pp. 81-82).

⁴² Para mais informações sobre este caso, ver *O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a "política racial" no Brasil* em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28369/30227>.

⁴³ A pesquisadora estadunidense faz duas importantes considerações sobre a declaração do prefeito. A primeira é que de carro era possível chegar ao Espírito Santo em trinta minutos. Denotou que muitos moradores de Vasalia, incluindo os de maior poder financeiro, viajavam para as praias capixabas e por lá

Outra medida que tenta inocentar o Brasil de seus hábitos racistas é afirmar que **a raça das pessoas seria algo insignificante** para nossos concidadãos. Esta estratégia também se empenha em acusar os outros como racistas, como pode ser notado em um dos depoimentos que Twine (1998, p. 82) colheu de um jovem afro-brasileiro de 21 anos, que acreditava que a raça era algo importante para os norte-americanos, pois lá os negros eram oprimidos e que os brasileiros não prestavam atenção na raça das pessoas. O jovem afirmou também que a cor das pessoas não importava e que o sucesso estava ao alcance de todos, mas como já mencionado no caso do político negro que se candidatou a vereador naquela mesma cidade, a cor tinha sido um quesito importante para que ele não recebesse apoio nas urnas.

O discurso de que as pessoas são discriminadas pelo poder econômico e não pela cor da pele foi muito repetido pelos entrevistados. Uma vasaliana negra de 42 anos afirmou que naquela cidade, um dólar valia mais do que a cor da pele, sugerindo que se o negro acumulasse riquezas se sentiria vivendo no céu (Twine, 1998, pp. 69-70).

Na pesquisa realizada em Vasalia foi possível constatar a **negação da raça como realidade física e uma valorização da mistura racial**, mas na fala dos vasalianos era possível encontrar expressivas contradições e inegáveis discriminações racistas⁴⁴. Para ilustrar o tamanho desta incongruência, um médico branco, 41 anos, o já citado Doutor Giovanni, afirmou que: “Em minha família, eles fariam como qualquer um no Brasil falaria: que não existe racismo aqui. Todos são iguais... Mas se você namorar um negro ou se qualquer um em sua família realmente amar uma pessoa negra, a situação muda” (Twine, 1998, p. 31).

Importante sublinhar que a investigante testemunhou que ao pedir para os vasalianos definirem o que era racismo, eles comumente levavam a resposta para a esfera social e das relações amorosas. Em algumas entrevistas na cidade era confirmada uma tendência nacional em transformar aqueles que atuam

mantinham redes de relacionamentos amorosos e de amizade. Em segundo, o prefeito era um homem da classe dominante, loiro e de olhos azuis, que também afiançava o discurso de igualdade racial em sua cidade. Quatro pessoas viviam em sua casa realizando tarefas domésticas, todas elas negras.

⁴⁴ Twine (1998, pp. 57-58) confessou que ficou muito surpresa durante as entrevistas, pois nenhum vasaliano negro falou sobre a relevância dos traços físicos quando foram levados a explicar o que era racismo. De maneira oposta, muitos descendentes de europeus falaram sobre a importância de ter a pele branca, cabelo liso, lábios finos, olhos claros e de outras características europeias.

contra o racismo em uma espécie de racista⁴⁵. Segundo Twine (1998, p. 63), o maior problema desses discursos era o indício de que as pessoas eram incapazes de apontar disparidades raciais nas esferas políticas, econômicas, educacionais ou qualquer outra forma de racismo institucional.

Vasalianos negros relatavam situações em que foram desprezados por parceiros brancos. Um rapaz de 23 anos, que se autodeclarou mulato, escutou de uma jovem branca em uma festa que ela já deveria estar muito bêbada, pois estava com vontade de ficar com ele. Outros rapazes afirmavam que até começavam um romance com moças brancas, mas elas se afastavam quando as pessoas começavam a criticá-las por terem companheiros negros (Twine, 1998, pp. 47-48).

Twine (1998, pp. 48-49) frisou a entrevista de Catarina, 27 anos, afro-brasileira e solteira. Ela assegura que não há racismo no município porque não há proibição de casamento entre negros e brancos em Vasalia. Disse inclusive que possui namorado branco. Twine fez uma crítica a esta situação demonstrando que Catarina nega a existência de racismo em toda uma comunidade baseando-se exclusivamente em sua experiência pessoal: no seu romance com um homem branco e na inexistência de uma lei que impeça negros e brancos de se casarem.

A pesquisadora acentua que na cidade circulava um discurso de que os homens brancos eram apaixonados pelas mulatas. Um homem de 54 anos, neto de italianos, declara a inexistência de racismo no município afirmando que quase todos os italianos gostavam muito dos mulatos. Para comprovar esta ideia ele até rememorou que um de seus primos havia se casado com uma mulata. No entanto, ele se esqueceu de contar que depois do casamento, parte da família deixou de visitar este parente. Twine (1998, pp. 50-51) fez questão de sinalizar que as palavras dos entrevistados valorizavam as mulatas – negras com a pele mais clara – e não as mulheres negras de pele mais escura.

Mario, vasaliano de 52 anos, descendente de português, anteviu que se a pesquisadora encontrasse qualquer sinal de racismo na cidade, seria culpa dos italianos, não dos portugueses. Ele afirmou que os italianos não gostavam de negros e reprovavam o relacionamento entre estas pessoas. Disse ainda que

⁴⁵ Duas professoras negras de Vasalia acusaram Twine de ser racista anti-branco por ela ter questionado a exclusividade de crianças brancas nas fotografias e pôsteres em uma escola (Twine, 1998, p. 54).

já havia escutado os italianos contando que eram contra a mistura racial (Twine, 1998, p. 52).

Isabela, vasaliana de 34 anos, disse já ter conversado com seus familiares sobre uma fictícia possibilidade de namorar um homem negro. Ela disse que provavelmente seus parentes ficariam surpresos ao vê-la com um brasileiro de pele escura. Eles diriam que não são racistas, mas que a relação entre eles certamente mudaria. Assim como o médico Giovanni, Isabela admitia um percalço dentro de sua família caso cultivasse um relacionamento com um sujeito negro ou mulato (Twine, 1998, p. 52).

Em Vasalia também acontecia um fenômeno tipicamente brasileiro em que as crianças negras eram registradas nos cartórios como brancas, mesmo os pais tendo consciência do real pertencimento racial de seus filhos. À época, Twine (1998, p. 115) ressaltou que apesar dos dados demonstrarem um inchaço de crianças sendo registradas como brancas, o assunto não era tratado publicamente e nem despertava a preocupação da elite da cidade. Era como se todos soubessem que apesar dos dados nos registros oficiais, cada uma dessas crianças seria tratada conforme o conjunto de traços ancestrais que ela demonstrasse. Mais uma fala do Doutor Giovanni é profícua nesta hora, pois ele revelou que:

Minha avó tinha origem europeia, de pele muito clara e olhos bem azuis, uma mulher portuguesa. Ela costumava dizer que “Se Deus quisesse que as pessoas fossem tratadas de forma igual, ele deveria ter feito todas da mesma maneira. Assim sendo, se ele deu a elas cores diferentes, uma branca e outra preta, é porque ele quis que elas fossem tratadas de forma diferente. Portanto, esta era a perspectiva da minha avó. [...] Eu observo isto nitidamente: negros nos servem. Negros visitam nossa casa. Negros comem conosco, como amigos. Mas se você namorar com um negro ou se alguém da sua família se apaixonar por um negro, a situação muda. “Ah não”, minha mãe diria. Como eu vou olhar os meus netos negros. Meus netos mulatos de cabelo enrolado!”. Então ficava nítido. Eu estou tentando dizer que para amizade, para estudarmos juntos, para socialização, para trazer os negros para nossa casa para nos servir e preparar alimentos, tudo certo. Mas para entrar para nossa família, para se tornar um membro da família, não! (Twine, 1998, p. 53, tradução nossa).

Quando foram solicitadas a opinar sobre os motivos que levam as pessoas brancas a estarem nas posições de prestígio na cidade e mesmo no restante do país, outra resposta superficial foi apresentada: que o povo brasileiro era majoritariamente branco e que quase não existiam negros no Brasil. Nas entrevistas, a nata de Vasalia fazia questão de se afirmar como branca e de

reverenciar seus antepassados. No entanto, quando questionados sobre a predominância de pessoas brancas na classe alta da comunidade, discordavam desta alegação afirmando que no Brasil somos todos morenos (Twine, 1998).

Os vasalianos também **louvavam a mistura cultural ao mesmo tempo em que negavam a importância da cultura africana**. O silêncio sobre o processo escravocrata na cidade escondia o legado desse sistema de exploração no cenário social, econômico e político da região. A vida e as lutas da população negra local eram excluídas da história de Vasalia, apagando da memória coletiva a escravidão e a ligação da região com o trabalho escravo. Twine (1998, p. 133) conta que membros da elite euro-brasileira conhecem a história de escravidão nas cidades onde suas famílias se estabeleceram porque em algumas ocasiões, até dispunham dos registros com os nomes dos escravos que seus familiares possuíam. No entanto, este assunto não era abordado voluntariamente na esfera pública e nem discutido perto das crianças de suas famílias.

Twine (1998, p. 133) observou também que quando visitava os vasalianos brancos e falava sobre seus ancestrais, logo surgiam álbuns de fotos e narrativas sobre esses parentes na tentativa de estabelecer uma conexão com uma descendência europeia. O mesmo não acontecia com os moradores negros. Havia uma inclinação a esconder o passado da família quando este estava conectado com ancestralidade africana.

Os moradores brancos rejeitavam qualquer narrativa de mestiçagem. Os vasalianos negros agiam de forma inversa. Uma situação que evidenciava isso era a companhia do pesquisador que auxiliava Twine durante sua investigação. A presença de Jonathan, que tinha cabelo escuro e liso, pele branca e olhos castanhos, levava os moradores a recordarem de parentes antigos, de gerações remotas, mas esses continuavam incapazes de mencionar o nome de qualquer ancestral africano. A pesquisadora sugere que esse comportamento pode ser justificado pelos valores simbólicos conferidos aos brancos como detentores de atributos que geram admiração e riqueza, enquanto os negros são associados à pobreza e escravidão (Twine, 1998).

A investigante registrou que houve uma festa na cidade, uma espécie de desfile carnavalesco, em que vasalianos negros foram convidados para representar os *costumes tribais da África*. A socióloga reviu as fotografias do

evento e percebeu que essas pessoas pareciam constrangidas em serem associadas com os povos africanos. Era como se elas estivessem envergonhadas, como se tivessem fracassando em se afastar da associação com seus ancestrais (Twine, 1998, p. 128, grifos da autora).

Figueiredo (2002, p. 104) frisa que por ter pouco reconhecimento, a cultura negra é quase que exclusivamente identificada pela religião, culinária, música e dança, enquanto a cultura branca é associada a quase todos os aspectos da vida social (educação formal, informação, política, tecnologia, etc). Nesse sentido, a antropóloga afirma ser praticamente impossível não vivenciar cotidianamente os aspectos da cultura branca. Por conseguinte, não se embranquecer de alguma maneira é quase inevitável. Ela ainda menciona que:

Arriscaria afirmar que quase todos nós nascemos embranquecidos, visto que há uma predominância dos aspectos da cultura branca – se é que assim podemos denominá-la – em nossa sociedade, e só enegrecem ou se tornam negros ao longo dos anos os que optam por incluir em suas vidas os aspectos identificados com a “cultura negra” e se tornam curiosos em conhecer o seu passado e sua história (Figueiredo, 2002, p. 104).

Uma das últimas observações de Twine em seu livro foi sobre uma comemoração em que estavam presentes as pessoas de maior poder de Vasalia. Era uma festa na maior fazenda de café do município e a celebração já completava cem anos. Twine foi a única convidada negra que estava presente. Soube que dois outros homens negros da cidade, incluindo o Doutor Rodolpho, tinham sido chamados, mas que ambos haviam recusado o convite. Dentre quase duzentas pessoas, os únicos negros no evento eram Twine e algumas poucas crianças que eram filhas dos trabalhadores daquela fazenda (Twine, 1998, p. 151).

Twine disse que não se sentiu à vontade na festa. As pessoas não conversavam com ela e alguns não mantinham nem mesmo contato visual com a socióloga. Mesmo próxima de seu auxiliar Jonathan, as pessoas conversavam com ele e a ignoravam. Alguns convidados deduziram que a única explicação lógica para a presença de Twine era que ela deveria ser uma nova empregada da casa. Sua amiga Moema explicou para seus familiares que Twine até parecia ser uma brasileira, mas era americana e pediu que as pessoas não a tratassem como uma afro-brasileira (Twine, 1998, p. 152).

Estas vivências de Twine demonstram como as relações raciais brasileiras são inusitadas. Almeida (2018, p. 49) ensina que a ideologia pode ocultar os efeitos da discriminação racial, convencendo mesmo aqueles que não são racistas a aceitarem como normal a situação dos negros brasileiros, que muitas vezes labutam nos trabalhos mais precários e desvalorizados, que são a maioria dentro dos presídios e a maioria que vive nas ruas. Concomitantemente, os negros têm pouquíssima representatividade numérica nos escritórios de advocacia, tribunais, cursos de medicina ou nos programas de televisão. É essa mesma ideologia que nos gera a sensação de que as coisas estão fora do lugar quando vemos um morador de rua branco, loiro e de olhos azuis ou quando estamos diante de um médico negro.

Além de ser um resultado de construções políticas e históricas, o racismo é um processo de constituição de subjetividades, fazendo com que a percepção e os afetos das pessoas estejam interligados de alguma forma com as práticas sociais. Assim, o racismo só conseguirá se sustentar se primeiramente for capaz de produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação racional para as desigualdades raciais. A discriminação se perpetuará também se a sociedade for composta por sujeitos que não se abalam demasiadamente diante das evidências de discriminação e de violência e se os mesmos considerarem normal que haja pessoas sendo tratadas como **brancas e não-brancas** (Almeida, 2018, p. 49, grifos do autor).

Almeida (2018, p. 39) assegura que é preciso refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas de nossas sociedades para combatermos o racismo. Ele destaca ainda que o uso do termo estrutural não significa que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inválidas. Da mesma forma, indivíduos que cometem atos discriminatórios precisam ser pessoalmente responsabilizados.

O que o filósofo frisa é que o racismo estimula condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam sistematicamente discriminados. Mesmo que indivíduos que cometam atos racistas sejam incriminados, o olhar estrutural nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma fabricante de desigualdade racial. É importante salientar que a

compreensão de que o racismo faz parte de uma estrutura não pode servir de desculpa para a perpetuação da discriminação (Almeida, 2018, pp. 39-40).

3. Psicologia, Racismo cotidiano e práticas antirracistas

Durante o mestrado, consegui entrevistar quinze psicólogas de quatro diferentes estados do Brasil. Conheci a maioria delas em congressos que discutiam como a Psicologia poderia contribuir para a construção de uma sociedade antirracista. Elas aceitaram participar da pesquisa considerando que todos nós deveríamos discutir mais sobre as relações étnico-raciais e confirmaram que o racismo afeta suas atividades profissionais.

Tabela 1 - Perfil das participantes

| Nome | Raça | Idade | Área | Pós | Graduada há |
|---------|----------|-------|------------------------------|---------------------------|-------------|
| Akim | Negra | 26 | Clínica | - | 2 meses |
| Arara | Indígena | 26 | Clínica | - | 3 anos |
| Dandara | Negra | 29 | Clínica | Mestranda | 2 anos |
| Iara | Negra | 28 | Serviço Público | Mestre | 3 anos |
| Júlia | Negra | 23 | Clínica | Mestranda | 1 ano |
| Jurema | Indígena | 32 | Direitos Humanos | - | 20 meses |
| Lily | Negra | 39 | Clínica | Pós-Graduação / Mestranda | 18 meses |
| Luana | Negra | 41 | Clínica / Educação | Doutoranda | 8 anos |
| Luísa | Negra | 24 | Clínica | - | 4 meses |
| Maria | Negra | 30 | Clínica / Serviço Público | Pós-Graduação / Mestranda | 7 anos |
| Marlene | Branca | 25 | Educação | Mestranda | 2 anos |
| Rita | Negra | 31 | Segurança Pública | Mestre | 7 anos |
| Rosa | Negra | 28 | Serviço Público | Mestranda | 5 anos |
| Simone | Branca | 39 | Segurança Pública / Educação | Pós-Graduação | 5 anos |
| Sueli | Negra | 34 | Serviço Público | Mestranda | 7 anos |

□ Solicitei a cada uma das entrevistadas que escolhesse um pseudônimo para que mantivéssemos seus verdadeiros nomes em sigilo. No entanto, três interlocutoras solicitaram para que eu mesmo escolhesse esses nomes fictícios. Elas foram identificadas como Júlia, Luana e Rosa.

Akim era recém-formado quando realizamos a entrevista. Ele havia concluído o curso há apenas dois meses e já trabalhava. Luana já atuava há oito anos e era a psicóloga com mais tempo de experiência profissional. Akim, Luana e as outras treze psicólogas colaboraram sobremaneira para que eu tentasse compreender o objetivo principal desta dissertação: por que não estamos estudando sobre o racismo na formação em Psicologia?

Não planejei a condução de minhas perguntas por um *ethos*⁴⁶ científico, mesmo sabendo que realizaria as entrevistas com interlocutoras de uma mesma área de conhecimento. Eu almejava afastar qualquer interpretação de que eu era um pesquisador excessivamente formal, vaidoso, prepotente ou disposto a ensinar sobre o assunto que pesquisava. Ao contrário, já imaginava antes de realizar a primeira entrevista que eu iria aprender bastante com as minhas colegas de profissão. Fairclough (2016, p. 193) atesta que mudanças gerais nos valores culturais em nossa sociedade passaram a desvalorizar o elitismo profissional, dando maior relevância para a naturalidade das pessoas.

As entrevistas semiestruturadas contribuíram para um controle de tópicos a serem debatidos. Não se pode garantir que as entrevistas seguirão de forma linear o que se pretende, uma vez que as pessoas acabam conectando diferentes tópicos que o pesquisador havia planejado sem terem consciência disto (Fairclough, 2016, p. 203). Mesmo quando eu percebia que a interlocutora entrava precocemente em um tópico que eu pretendia abordar em outro momento ou se ela prolongava uma resposta, eu demonstrava a minha atenção com respostas curtas como ‘aham’ ou ‘hum’ e jamais interrompia as suas falas.

Desta forma, tentava encorajar minhas entrevistadas a falarem o quanto fosse necessário. Quando elas terminavam de responder todo o roteiro que eu havia planejado, eu ainda perguntava se elas ainda tinham alguma coisa a dizer. Em algumas ocasiões, a conversa se estendia por mais alguns minutos e assuntos muito relevantes acabavam sendo discutidos. Ao final dos diálogos, algumas se surpreendiam com a longa duração da entrevista⁴⁷.

Mesmo mantendo o controle do que seria debatido, acredito que este tipo de interação ajuda a criar o que Fairclough (2016, p. 194) chamou de “figura de bom ouvinte”. Desta forma, as entrevistas traziam discursos conversacionais⁴⁸. Em algumas entrevistas, parecia que eu estava dividindo o controle dos tópicos

⁴⁶ A definição de *ethos* engloba um ponto no qual podemos unir as diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento, que levam a construir uma versão do “eu”. Fairclough (2016, p. 217) realça que o *ethos* é manifestado pelo corpo inteiro, não só pela voz.

⁴⁷ A gravação de entrevista mais longa durou uma hora, vinte e dois minutos. A mais breve durou vinte e seis minutos.

⁴⁸ Fairclough (2016, p. 261) afirmou que marcadores explícitos de poder estão sendo removidos na relação entre os sujeitos. Ele conta que as pessoas estão inclinadas a projetarem interações típicas da esfera privada na esfera pública. Consequentemente, os discursos estão assumindo um caráter cada vez mais conversacional. Ele critica que as desigualdades de poder e de *status* podem ser percebidas facilmente nos tipos mais formais de discurso.

com minhas entrevistadas. Uma interlocutora solicitou-me inclusive que a gravação da entrevista fosse interrompida, pois ela sentiu vontade de chorar e não queria que aquele momento fosse registrado.

Elas me incluíam em suas narrativas dizendo, por exemplo, “nós negros já passamos isso” ou “você como negro sabe”. Em uma ocasião que veremos a seguir, uma psicóloga declarou que a minha pergunta era clichê. Outra admitiu humildemente que não compreendia bem o significado do item pardo nos formulários de declaração racial e pediu para que eu lhe explicasse sobre isto. Mas o roteiro de perguntas foi imprescindível para orientar as entrevistas sobre os pontos mais relevantes que eu pretendia analisar⁴⁹. As questões eram basicamente sobre:

- a rotina de trabalho de cada uma das interlocutoras;
- se estudos sobre a discriminação racial foram examinados durante a graduação;
- como o racismo afetava as atividades profissionais de cada uma;
- práticas discriminatórias nas instituições em que elas trabalhavam.

A análise dos diálogos com as psicólogas será descrita neste capítulo, dialogando com a bibliografia manuseada.

3.1. Relatos sobre as experiências pessoais com o racismo

Embora tenha iniciado a pesquisa com a intensão de compreender como psicólogas lidam com as questões raciais em suas práticas profissionais, as suas experiências particulares com a discriminação racial brasileira foram muito frisadas. Suas vivências contribuíram para que elas compreendessem os efeitos do racismo à brasileira e para que elas não subestimassem os mesmos.

Thomas (2005, p. 257) defende que a compreensão de algumas coisas, dentre elas as injustiças causadas pelo racismo, carece de experiência. As minhas entrevistadas defenderam esta ideia de uma maneira ou outra. Uma das psicólogas brancas que entrevistei frisou que a sua compreensão sobre a discriminação racial foi especialmente influenciada por situações vividas por seus parentes negros.

⁴⁹ O roteiro orientador das entrevistas está nos Anexos da dissertação.

Thomas (2005, p. 266) suscitou uma importante questão que vale a pena ser discutida aqui: por que acreditar que atos de discriminação poderiam ser facilmente eliminados por ações de raciocínio? Ele assegurou que a experiência traz um conhecimento acerca do outro que nem toda informação do mundo poderia trazer. Sublinhou também que experiências concretas, e não somente o raciocínio, podem promover mudanças no comportamento dos sujeitos.

No entanto, as interlocutoras relataram que as demandas que elas defendem são habitualmente negligenciadas ou deslegitimadas exatamente por elas pertencerem aos grupos que sofrem discriminação no Brasil. Djamilia Ribeiro (2017, p. 79) declarou que algumas pessoas desmerecem as discussões sobre racismo ou de opressão de gênero. Ela afirma que os sujeitos brancos chegam a alegar que não sabem, não conhecem, não lembram, não acreditam, ou que não estão convencidos sobre a opressão denunciada, boicotando os diálogos e mantendo certas verdades veladas.

3.1.1. Construção da Identidade

Algumas interlocutoras disseram que começaram a estudar sobre as relações étnico-raciais quando sentiram que faziam parte de grupos historicamente discriminados em nosso país. Depois de se reconhecer como indígena, Jurema contou que:

Então! Pra mim é uma vitória muito grande porque tanto para vocês negros quanto para nós [indígenas], não nos vemos dentro das teorias porque a Psicologia é infelizmente uma ciência branca, né? Então isso foi mais também o que me levantou pra fazer alguma coisa, né? Ela é branca, mas ela leva muita coisa que os indígenas não precisam. Então eu acho que eu vim pra que a gente pudesse repensar essa Psicologia voltada pros povos indígenas, né? (Jurema, 32 anos, Direitos Humanos)

Luísa contou que recebeu olhares muito desconfiados nos primeiros dias de aula no curso de Psicologia. Ela estudava em uma Universidade particular e disse que havia pouquíssimos colegas negros em sua turma. Um dia, a professora perguntou se havia alunos cotistas na sala. Ela não era cotista, mas sentiu que muitos acreditaram que ela só poderia estar ali graças às ações afirmativas.

Eu me deparei com esta realidade, assim de outra perspectiva, que é estar num ambiente acadêmico com a perspectiva de pessoas que detém conhecimento e ali ninguém era negro. Aí eu falei: "Olha, tudo o que eu sempre soube agora vai tomar uma forma, né? Vai tomar espaço". Então ficou visível, visualmente no primeiro dia e logo em seguida com este acontecimento ficou claro. (Luísa, 24 anos, Clínica)

Outras relataram que:

Porque é isso assim: a gente se dá conta de que a gente é preta a partir do momento em que uma série de ações sistemáticas são voltadas contra você. E aí você vai pra terapia e vê que isso não é um delírio e que não é uma coisa persecutória. (Sueli, 34 anos, Serviço Público)

Na verdade, algumas questões pessoais me incomodavam. Aí eu fui começar a buscar essas resoluções para essas coisas que me incomodavam. Aí então eu comecei a participar de alguns grupos nas redes sociais e aí na minha primeira especialização foi voltada nesse tema e agora eu quero estudar sobre isso. (Rosa, 28 anos, Serviço Público)

Eu alisava o cabelo desde cinco anos de idade. Então, quando eu passo por esse processo de, aí eu chamo esse processo de me tornar negra mesmo, assim como do livro, né?⁵⁰ Eu não me reconhecia enquanto uma pessoa negra. É um processo que foi marcado por muita dor. E aí no momento que eu, que eu me entendo enquanto pessoa negra eu começo a estudar sobre, a ler sobre a temática já na graduação. (Luana, 41 anos, Clínica / Educação)

Akim contou um episódio em que um motorista achou que ele era o manobrista de um bar:

Aí eu achei estranho aquilo. Naquele momento não fez muito sentido pra mim. Mas depois, naquele período ali da universidade, lendo sobre várias pessoas que passaram por situações de racismo fez sentido pra mim. E

⁵⁰ Referia-se ao livro escrito pela psicanalista Neusa Santos Souza: *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*.

aí, a partir desse momento eu passei a ler sobre, mas não como algo que tivesse no currículo formal da universidade. (Akim, 26 anos, Clínica)

Algumas profissionais disseram que começaram a estudar intensamente o racismo graças a disciplinas que abordavam o tema, mas isto só ocorreu em programas de pós-graduação, após o encerramento da formação em Psicologia:

Eu vim mesmo me atentar com estas questões agora na pós, né? De Direitos Humanos. Aí sim eu tive professoras negras que pautaram esta questão, que incentivavam mais a leitura também, a produção de conhecimento, enfim. Esta questão do racismo mesmo veio na pós-graduação. Na graduação nada. É como se a gente praticamente não existisse assim. (Lily, 39 anos, Clínica)

Não discutia isso com minhas colegas, com as outras psicólogas negras que estavam formando comigo. Não discutia em casa. Então a partir da especialização que eu comecei a questionar isso em casa. (...). Então isso ainda, foi a partir da especialização que eu comecei a ter esta dimensão, sabe? (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

Assim como em outras partes do mundo, o racismo brasileiro legitimou desigualdades, segregações atribuindo inferioridade racial ao africano e ao indígena, bem como a seus descendentes. Suas identidades carregam taxações de que são incompetentes, menos inteligentes, carentes de certas habilidades para a convivência social, inclinados à violência e ao conflito. Siqueira afirma que:

Os juízos de valor criados na perspectiva do racismo são desastrosos, pois objetivam destruir, a cada geração, a esperança desses povos e seus descendentes de se reconstruírem como pessoa, com liberdade e autoestima, pelo valor de si mesma e pelo que representa toda a história e cultura de sua família, de seus antepassados e de seus ancestrais. E é assim que se constroem e desconstroem identidades (Siqueira, 2002, p. 81).

Gomes (2017, p. 99) sublinha que o papel político de agentes como o Movimento Negro foi fundamental para transformar em emancipação aquilo que a discriminação racial construiu como regulação social. A raça e seus demais significados foram redefinidos politicamente e as categorias de cor tornaram-se

critérios de inclusão (como no caso das cotas raciais) e não de exclusão. Assim, o corpo negro recebe uma releitura política, afirmativa e identitária.

Muitas identidades culturais dos Povos Indígenas foram severamente distorcidas durante o colonialismo e continuam sendo corriqueiramente ameaçadas por interesses econômicos e estatais. Identidade cultural é o conceito que designa o conjunto de referências culturais por meio do qual uma pessoa ou um grupo se define, se manifesta e deseja ser reconhecido. A terra e os recursos existentes na natureza são a própria essência da identidade cultural dos Povos Indígenas (Chiriboga, 2006).

Este fato é tão importante que Erica-Irene Daes, antiga relatora especial sobre populações indígenas da Organização das Nações Unidas [ONU], afirmou que “o conceito de ‘indígena’ compreende a ideia de uma cultura e um estilo de vida distintos e independentes, baseados em antigos conhecimentos e tradições, vinculados fundamentalmente a um território específico” (Chiriboga, 2006). Ela afirmou ainda que:

a proteção da propriedade cultural e da identidade está fundamentalmente vinculada à realização dos direitos territoriais e da livre determinação dos povos indígenas. Os conhecimentos tradicionais sobre valores, autonomia ou auto-governo, organização social, gestão dos ecossistemas, manutenção da harmonia entre os povos e respeito à terra estão enraizados nas artes, canções, poesia e literatura que cada geração de crianças indígenas deve aprender e renovar. Estas ricas e variadas expressões da identidade específica de cada povo indígena passam a informação necessária para manter, desenvolver e, se necessário, restabelecer as sociedades indígenas em todos os seus aspectos (Chiriboga, 2006, p. 59).

A manutenção ou reelaboração de identidades racialmente discriminadas é fundamental, pois este processo interferirá na compreensão de quem são e do que sentem sobre eles mesmos. Lupicinio Íñiguez (2001) frisou esta importância ao afirmar que agimos de acordo com o que narramos sobre nós. Nossas crenças e valores vão sendo moldados quando assumimos estas identidades. Além do mais, a demonstração de que as sociedades são compostas por grupos distintos ajuda a denunciar diferentes formas de discriminação.

Lilith contou-me uma experiência pessoal muito relevante. Ela falou sobre o fato de ser uma mulher negra e lésbica. Disse que recebeu estranhos olhares durante a adolescência, como se ela tivesse sendo examinada e julgada. Lilith acreditava à época que esses olhares eram somente por causa de sua sexualidade, mas ela crê atualmente que estava sendo avaliada por ser negra.

Ela afirmou que “dentro do Movimento Negro ela é lésbica, dentro do movimento lésbico ela é negra”. Lilith relatou um caso em que não teve condições de desfilar no carnaval em uma agremiação de mulheres negras, pois o número máximo de inscrições já havia sido preenchido. No entanto, conseguiu realizar a inscrição em um bloco formado exclusivamente por mulheres lésbicas ou bissexuais. Durante um ensaio, foi surpreendida com um comentário de que ela fazia parte da cota negra neste segundo bloco, pois era uma das poucas mulheres não-brancas que estavam desfilando.

Esta é uma ilustração do que Moreira (2017b, p. 259) chama de minoria dentro de uma minoria. Ele afirma que os porta-vozes dos movimentos homossexuais são geralmente homens brancos de classe média, enquanto o movimento negro é rotineiramente liderado por homens negros heterossexuais. Desta forma, ser homossexual dentro da comunidade negra pode ser problemático, assim como ser negro dentro da comunidade LGBT. Estas minorias dentro de minorias poderão sentir que suas demandas mais específicas são colocadas em segundo plano.

A intelectual negra Patricia Hill Collins (2016, p. 111) destaca que temas em comum podem funcionar como elo entre as vidas das mulheres negras, mas eles serão vivenciados de formas distintas por mulheres negras de diferentes classes, orientações sexuais, idades, regiões. Temos que lembrar ainda que estas mulheres vivem em diferentes configurações históricas. Ela frisa que não existe uma cultura das mulheres negras que seja homogênea, mas existem construções sociais das culturas das mulheres negras que reunidas geram a sua cultura⁵¹.

3.1.2. Relação com o cabelo

As psicólogas negras expuseram várias situações em que o alisamento era considerado a solução para seus cabelos, pois seus cachos não eram tão valorizados quanto os cabelos lisos das mulheres brancas:

⁵¹ Collins utiliza as definições de cultura que constam no texto *Anthropological perspectives on the Afro-American Family*, publicado em 1986 pela antropóloga negra Leith Mullings. Ela afirmou que a cultura “não é composta de características estáticas e discretas que podem ser movidas de um local para o outro. Ela é constantemente mudada e transformada à medida que novas formas são criadas a partir das antigas”.

Eu sou de uma geração em que a tentativa, a tentativa de deixar o cabelo natural era rechaçada e, e aí a gente era punida em casa, né? Então, o cabelo era alisado com pente quente. E aí era orelha queimada, enfim. (Luana, 41 anos, Educação)

Dandara surpreendeu-me quando contou que havia deixado de alisar o cabelo há poucos anos, uma vez que ela ostentava um cabelo natural e um penteado afro singular. Perguntei-lhe se o abandono dos alisamentos havia sido tranquilo e ela respondeu que:

Ah, foi fácil não! Porque assim: o meu cabelo é uma questão que, eu nem vou falar que eu sentia raiva do meu cabelo. Eu tinha ódio do meu cabelo. (...) E tinha umas meninas que vinham jogando o cabelo pra lá e pra cá, cabelo liso pra lá e pra cá. E eu não sei se elas jogavam, porque era criança pequena também, sei lá. Não sei se elas jogavam o cabelo de uma aprendizagem delas, que elas tinham aprendido que o cabelo delas era melhor, mais bonito do que os outros. (Dandara, 29 anos, Clínica)

Dandara ainda relatou sobre seus esforços para mudar o cabelo:

Eu lembro até a primeira vez que o meu cabelo foi alisado. Eu fiquei numa alegria enorme. Eu fiquei muito feliz com meu cabelo alisado. E o meu cabelo balançava. Além do alisamento, eu usava escova e chapinha. Isso aí era todos os sábados, umas duas horas passando ferro quente no cabelo e queimando os dedos de tudo quanto é jeito, tentando abaixar aqui em cima, depois de passar um tempo do alisamento, o cabelo crescia, né? Começava a subir. E aí eu passava chapinha, chapinha, chapinha pra abaixar o cabelo. (Dandara, 29 anos, Clínica)

Rosa afirmou que os cuidados com o seu cabelo demonstravam um doloroso desejo de embranquecer:

Ó, eu tinha que alisar cabelo, eu pinte o cabelo de loiro. Eu já quis parar de andar no sol pra não ficar escura (risos). De tentar mesmo, de perguntar pra minha mãe: "olha, se eu parar de andar no sol eu vou ficar branca? Então eu não vou andar mais". Acho que tudo isso é tentar tornar-

se branca, sabe? E começou muito nova. Eu não me lembro de eu não tentando ser branca, sabe? Começou muito novinha assim, sabe? (Rosa, 28 anos, Serviço Público)

A psicóloga relembrou que seus pais formaram um relacionamento inter-racial – mãe negra e pai branco – e que foi bastante influenciada por estes diferentes contextos familiares:

Acho que aí que dava uma diferença muito forte assim na nossa família pra família por parte do meu pai que é branca, hiper-racista e preconceituosa de todas as formas. Mas a minha família da minha mãe sempre teve essa questão de alisar o cabelo. Cabelo tinha que ser escorridinho. Você não pode correr. Você não pode fazer nada assim. Ficar muito certinha. Eu acho que isso tudo foi tentando chegar a um comportamento que não era deles porque quando a gente estava em família, só nossa família, a gente podia sambar, a gente podia fazer tudo aquilo que quando a gente estava com outras pessoas não era permitido. Porque a gente estava com outras pessoas, sabe? (Rosa, 28 anos, Serviço Público)

Outra interlocutora afirmou que recebeu, dentro da própria família, apoio fundamental para enfrentar o racismo:

A minha mãe, mesmo sem saber, foi a pessoa que mais me ensinou sobre racismo. E ao mesmo tempo foi a pessoa que mais me potencializou pra que eu pudesse lutar contra ele, sabe? Assim, então eu acho assim, foi muito importante pra eu estudar, a questão da escravidão e tudo. Mas eu tinha uma referência em casa, sempre tive uma potência em casa de uma pessoa pra me dizer assim: “olha, vai ter alguém lá fora que vai te tratar diferente por causa da cor da sua pele, por causa do seu cabelo. Mas você não pode recuar diante disso”. É isso que eu escutei a vida toda. É isso que eu escutei da minha família, sabe? Por isso que eu falo que assim, que pra mim nunca fez diferença a cor da minha pele, sabe? (Rita, 31 anos, Segurança Pública)

Assim que deixou de alisar seu cabelo e passou a ostentar um estilo *black power*, uma de minhas entrevistadas passou a escutar críticas de pessoas ao seu redor:

“lara, tá com algum problema de saúde? Tá muito descuidada. lara, você virou hippie? lara, sabe? Por que isso?” E foi aí que eu me aproximei teoricamente das questões raciais. Só que não é descobrir por si. Eu acho que foi aí que eu comecei a nomear um monte de coisas que já aconteciam e eu não sabia o que era. Ensino Médio, todas as minhas amigas sempre tinham um namoradinho, sempre estavam com alguém, sempre tinham alguém pra ficar e eu sempre sem ninguém. (lara, 28 anos, Serviço Público)

As experiências de vida das pessoas negras que eu entrevistei foram muito importantes. Elas lembraram que seus cabelos foram criticados durante grande parte de suas vidas, mas tive chance de observar algo extremamente relevante: todas, sem exceção, usavam cabelos naturais. Elas ostentavam cachos longos, *black powers*, tranças, *dreads*, cabelos curtos, todos naturais.

Percebi uma enorme valorização da identidade negra na fala das minhas entrevistadas. Siqueira (2002, p. 82) afirma que nós negros estamos sujeitos a olhares impiedosos de forma permanente, independente de nossa escolaridade, fama ou classe social. Mas temos que reconstruir dentro de nós, constantemente, a força de nos identificarmos com aquilo que optamos ser. Ela diz que não é possível ser negro pela metade, temos que ser negros convencidos de que isso é nossa força, não nossa fraqueza.

3.1.3. Racismo e o trabalho das psicólogas

As entrevistadas relataram situações que comprovam como a discriminação racial interfere em suas atividades profissionais. Rosa afirmou que consegue conversar com suas companheiras psicólogas sobre racismo, mas ao mesmo tempo, conseguiu lembrar casos de discriminação e omissão de suas parceiras:

Tem muitos [casos] também (risos). Eu trabalho, o meu trabalho ele envolve às vezes assim, como é que eu posso falar, alguns julgamentos,

sabe? Então, é escancarado quando acontece também. Então acontece de um psicólogo falar na frente da família que a criança branca é mais bonita que a negra. Então, para adotar a [criança] branca. Ou de elas julgarem a negra, ou a criança ou a adolescente pela cor, sabe? (Rosa, 28 anos, Serviço Público)

Rita e Simone, psicólogas que trabalham em instituições de privação de liberdade, disseram que:

Não estou dizendo que são todas as pessoas, mas assim, de modo geral a equipe de segurança reproduz isso mais, né? Então é muito comum, é, a cor da pele ser o xingamento, sabe? O neguinho, né? No sentido pejorativo, sabe? Assim, então pra mim que sou negra, né? Então às vezes o colega pra meio que, que, fazer uma piadinha, né? Sem graça! Ele fala comigo assim: “nossa, o fulano [jovem detido] parece ser seu filho. Ou você é irmã do fulano?”. (Rita, 31 anos, Segurança Pública)

É duro demais. Eu assim, uma coisa que os outros falam: “Nó, o fulano tá lá fazendo uma macumba”; não sei o que tem... “Tivemos que jogar spray de pimenta”. Joga spray de pimenta na pessoa que de repente tá fazendo alguma coisa. Então assim, a realidade é dura, sabe? Você vai conversar com a pessoa: Não! Minha religião é essa, eu sou da Umbanda. Aí eles querem converter essa pessoa de qualquer jeito, sabe? Porque pra eles é inaceitável ele ser da Umbanda. (Simone, 39 anos, Segurança Pública / Educação)

Algumas interlocutoras revelaram que em determinadas situações, precisam racializar as experiências dos sujeitos que elas atendem, pois as consequências da discriminação racial são comumente ignoradas por alguns profissionais com os quais elas trabalham. Isto acaba gerando alguma tensão em seus ambientes de trabalho:

Tem lugares que eu não travo esta discussão, eu atuo sobre ela. Ou seja, no albergue, há uma discussão reiterada nesta cidade que não exige necessidade da gente trabalhar com esta população, porque esta população já está perdida. “Esta população só gasta dinheiro”. Esta

população, né? E no meu município tem uma prática de higienização social, né? Então as pessoas estão em situação de rua, tem um dia aí na semana, tipo sexta-feira, que passa uma Kombi, carrega todo mundo para o albergue que não coincidentemente, é fora da cidade. (Iara, 28 anos, Serviço Público)

Então quando eu estava no meio de colegas, por exemplo, psicólogos e eu levantava esta questão porque eu acho que a gente tem que pensar uma forma de trabalhar com a raça, o racismo, dentro das sessões de terapia e tal, sempre eu era vista como aquela pessoa que botava raça em tudo, que eu estava sendo extremista demais. (Luana, 41 anos, Clínica / Educação)

A minha maior preocupação em relação à Psicologia, é quando estes espaços têm profissionais da Psicologia e tem uma reprodução da violência. Muitos indígenas preferem não estar com um, que não querem falar com um psicólogo. Preferem falar com outra pessoa ou não falar. Então eu acho que é muito delicado. (Jurema, 32 anos, Direitos Humanos)

Então, por exemplo, no CRAS e no CREAS, é, enfim, essa omissão é muito presente nas políticas públicas. E às vezes eu via posturas ativas mesmo assim, de práticas racistas, de trabalhadores da assistência mesmo assim, com questões que hoje eu consigo identificar e nomear como racismo. Mas que na época, em 2017, não era possível identificar. Essa diretoria que eu trabalho hoje dá mais conta sim de nomear as questões raciais, de fazer esta interseção de raça, juventude, LGBT, mas de modo geral as políticas públicas são muito omissas. (Sueli, 34 anos, Serviço Público)

Maria contou sobre suas experiências em seminários, enquanto Marlene falou sobre uma situação ocorrida em uma escola pública infantil:

Então eu falo sempre de uma maneira mais blindada. Todo lugar que eu vou eu tento fazer de uma maneira mais blindada. Como um efeito do racismo mesmo, né? O medo que as pessoas desconsiderem aquilo. Fico com medo desse momento, aquilo de alguma forma me agredir de uma

maneira que eu não consiga resolver. (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

E aquele discurso principalmente do diretor da escola de que é aquele discurso bem baseado na democracia racial mesmo, né? De que na escola aqui todos somos iguais, a gente prega a igualdade aqui na escola. "Não tem disso aqui não. Não tem racismo aqui na escola não!". Tipo assim, como se antes da gente até escutar as outras pessoas ele já foi se apressando pra falar que ali na escola não tinha nada disso, né? (Marlene, 25 anos, Educação)

Arara, Lilith, Luísa, Dandara, Júlia e Akim falaram sobre suas experiências com a clínica. Arara, psicóloga indígena, problematizou o formato tradicional de atendimento, dentro de consultórios:

E nem sempre o formato vai ser possível. Aquele que tem uma sala, uma poltrona, ou um divã, pra alguém. Muitas vezes a conversa, ela vai acontecer durante uma caminhada na beira do Rio ou em outros espaços. Já fiz atendimento aqui na minha cidade que foi sentada debaixo de uma árvore, porque eles se sentiram mais confortáveis dessa forma. (..) Mas talvez isso poderia inviabilizar o atendimento e essa pessoa não receberia o atendimento também de outro profissional. Acho que foi um dos atendimentos que assim, que mais fluíram. Porque teve, acho que uma liberdade muito maior, porque se sentiu mais confortável com o espaço. (Arara, 26 anos, Clínica)

A maioria são estudantes universitários. A maioria é negra, né? E chegam a mim através de um que vai indicando pro outro, né? E, tem sido um trabalho bem interessante, eu estou vendo o tanto que os alunos negros estão com dificuldade dentro das universidades federais. E eu vejo como que alguns estudantes de História estão muito debilitados mesmo, porque estudar História no Brasil é muito complicado principalmente pra população negra, né? Você não vê praticamente nada do que foi a história do negro realmente dentro do país. Você tem que se aniquilar lá dentro. (Lilith, 39 anos, Clínica)

Acho que os processos da mulher negra são muito possíveis, eu acho que uma das coisas mais comuns que eu vejo assim é a questão com o cabelo e o tanto que o cabelo vem inicialmente como uma tentativa de fuga dessa rotina. E aí às vezes a gente cai numa outra prisão. Como esse cabelo vem? O que ele significa? Como que ele pode ser demonstrado? (Luísa, 24 anos, Clínica)

Uma coisa que eu tenho percebido é que as pessoas me procuram muito da questão da minha militância mesmo, sabe? E muitas pessoas negras e muitas pessoas também feministas. Pessoas que concordam com a militância me procuram. E aí eu penso em minha atuação. É contemplar bastante esta questão racial, não descartando a intersecção, mas quando eu pesquiso, né? Quando a pessoa já traz também que determinadas questões da vida dela tem a ver com racismo eu trago e aí a gente vai pensando em estratégias individuais e coletivas pra, pra enfrentar, né? (Dandara, 29 anos, Clínica)

É, mas assim, é curioso dizer que nem sempre na clínica, né? De forma geral, nem sempre isso parece como questão assim; inicial sabe? Nem sempre isso é uma questão assim. E nem sempre assim, mesmo depois de um tempo, isso é, isso é dito no lugar de algo que ocupa o sujeito, sabe? Eu acho que não dá pra generalizar (...). Mas realmente assim, já escutei algumas vezes de algumas pacientes é, dizendo olha: "eu queria que fosse com uma pessoa preta porque se não fosse eu não faria", sabe? (Júlia, 23 anos, Psicóloga Clínica)

Talvez eu fique pensando assim da prática clínica, né? Já que na universidade eu não tive tantas questões raciais pautadas, o que eu mais atendo são questões raciais. São pessoas negras absurdamente marcadas por todo esse processo histórico negativo que é a raça e que a negritude sofreu e que chegam muito traumatizadas assim. Muito fragilizadas. (Akim, 26 anos, Clínica)

As interlocutoras testemunharam sobre os efeitos típicos do mito da democracia racial brasileira em suas atividades laborais ou em suas pesquisas. Psicólogas e outras (os) profissionais com quem elas trabalham prestam serviços que favorecem pessoas brancas e prejudicam as negras abertamente:

fazem piadas racistas, agridem praticantes de religiões de matrizes africanas e negam a importância de falar sobre o racismo.

Arara e Jurema relataram que há profissionais de saúde despreparados para trabalharem nas aldeias, pois não respeitam os costumes e nem as tradições dos Povos Indígenas. Além disso, estes profissionais supervalorizam a medicalização e menosprezam a medicina tradicional. No contexto urbano, os indígenas passam por frequentes questionamentos se são realmente membros destes povos.

As psicoterapeutas revelaram ainda que clientes negros e indígenas procuram atendimento por terem vivenciado situações de humilhação racial em diferentes ambientes. Elas contaram que precisaram se preparar e se atualizar por conta própria para atenderem estas demandas, pois os estudos sobre esta forma de discriminação foram ignorados durante a formação em Psicologia. Contaram também que alguns de seus clientes tinham se decepcionado com atendimentos de psicólogas brancas.

3.2. Relatos sobre a Psicologia e a formação das profissionais

As psicólogas responderam se a discriminação racial foi um tema discutido na formação em Psicologia. Praticamente todas elas disseram que este assunto foi desdenhado durante toda a graduação. Ainda contaram explícitas situações de desconhecimento e de descaso de seus professores.

Lamentavelmente, no contexto profissional o racismo apresenta-se com maior frequência do que em nossas diretrizes curriculares. As interlocutoras falaram como o mito da democracia racial influencia a dinâmica das instituições em que trabalham ou no cotidiano dos usuários que elas atendem. Elas afirmaram que os diferentes efeitos da discriminação por raça são causados pelo nosso racismo estrutural, demonstrando consciência sobre a dimensão do problema que precisamos enfrentar.

O conteúdo das entrevistas demonstrou também que as profissionais possuem opiniões distintas sobre a participação dos Conselhos de Psicologia no combate à discriminação racial.

3.2.1. Formação em Psicologia

Indagadas sobre a graduação, as profissionais disseram que não estudaram sobre a discriminação racial no curso de Psicologia. Em determinado momento da entrevista com Luísa, discutíamos sobre como “passamos batido” por livros como *Pele Negra, Máscaras Brancas* sem nos aprofundarmos neles. Ela me corrigiu afirmando que:

Acho que você falou que a gente passou, eu acho que a gente nem passou. Eu acho que grande parte do que eu vim a ter acesso assim, que eu pego pra ler, eu fui, eu tive acesso a isso por pessoas que buscaram, procuraram conhecedores, pensadores negros e aí isso fica disponível. Porque isso não é nem uma coisa que na graduação você passa. (...) Isso não é nem cogitado. Em nenhum momento. Isso não tá ali pra eu escolher e ir por esse lado ou não. Isso não é uma escolha possível. (Luísa, 24 anos, Clínica)

Os depoimentos das psicólogas sobre a graduação foram muito valiosos. Prossigo com os depoimentos de Rita e de Maria. A primeira tentou explicar os motivos pelos quais as psicólogas não estão debatendo as relações étnico-raciais. A segunda respondeu se sentiu falta dos estudos sobre racismo na graduação:

Talvez isso seja fruto da formação inclusive, né? Nós falamos de muitas coisas, porque a gente começa a falar, a gente sai da graduação querendo falar do que a gente viu na graduação, né? Como a gente não é inquietada na graduação pra essas questões, né? Então assim, inclusive tem muito psicólogo aí segregando, reproduzindo e, claro que tem algo que, que é do próprio sujeito assim. (Rita, 31 anos, Segurança Pública)

A gente não sente falta né, Fernando? Eu diria assim que, a gente não sabe que existe, né? Assim, de fato, como sentir falta se você nem sabe que existe, né? Então, eu fui passando pela graduação. Foi sendo, como eu posso dizer, foi suprimido. A resolução [018/02] mesmo não foi alvo, né? Eu lembro que algumas vezes, uma conselheira da regional de Psicologia ia à Faculdade, dava uma palestra sobre ética, mas nunca nos

instruiu sobre como o racismo poderia atravessar a nossa prática ou até nos testes, né? Pensando ela como estrutural. Nunca foi presente, sabe? (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

É, em nenhum momento eu, eu estudei isso. Em nenhum. Em nenhum momento. Eu me lembro de uma discussão é, em uma disciplina que se chamava Psicologia Social, sobre cotas. E é isso. É isso. Não havia nada, nada mais. Eu não estudei absolutamente nada sobre isso. Eu não vi nenhuma especificidade. (Júlia, 23 anos, Psicóloga Clínica)

Eu acredito que tenha faltado um preparo pra gente lidar com as questões raciais dentro do curso porque não me lembro de ter havido nenhuma matéria específica que abordasse esse tema. A não ser quando tinha um seminário, um congresso, uma coisa assim. E muito rasamente na matéria de políticas públicas que a gente teve. (Simone, 39 anos, Segurança Pública / Educação)

Na graduação eu não tive nenhuma disciplina, não tive acesso a autoras e autores negros. Isso foi a partir de um envolvimento pessoal, né? Eu entendo que pra eu poder me desenvolver enquanto identidade negra, eu precisava acessar não só literatura, uma literatura e espaço, que tivessem outras pessoas negras como eu, para entender esse processo. Então foi muito mais uma caminhada solitária durante a graduação. (Luana, 41 anos, Educação)

Eu entrei sem o menor acesso a discussões raciais enquanto algo estrutural assim. Eu não tinha nenhuma teoria. Eu entrei com 21 anos. E a questão racial nunca foi pautada pra mim em casa porque eu sou filho de um casamento inter-racial. Meu pai é muito simplório, nunca teve esse questionamento, né? Então quando eu cheguei na universidade, num primeiro momento eu não sabia que eu ia discutir tantas questões é, raciais assim⁵². (Akim, 26 anos, Clínica)

⁵² O psicólogo confirmou durante a entrevista que chegou a estudar sobre as relações étnico-raciais na graduação, mas que isto não ocorreu dentro das salas de aula. Eu já havia descrito na Introdução desta dissertação que alguns alunos de Psicologia da universidade em que ele estudava foram liderados por uma estudante negra e organizaram um grupo de estudos para debaterem sobre o racismo no país. A

Não tive durante os cinco anos de faculdade, nenhuma aula específica do racismo. Teve uma professora em Desenvolvimento Humano I que passou um vídeo, aquele vídeo bem de internet mesmo, né? Das crianças negras com a boneca, da questão da identificação, não sei se você já viu esse vídeo. Mas foi a única vez que o racismo foi pautado durante os cinco anos. Não teve nenhuma matéria. Não teve nenhum autor negro. Não estudamos nenhuma autora negra. Um epistemicídio total, assim. (Lily, 39 anos, Clínica)

E assim, ao longo da minha graduação eu notei, assim nada sobre racismo e relações étnico-raciais. Não teve nada assim das disciplinas. (...) Em tudo que tinha eu enfiava o racismo e transtorno bipolar também porque minha mãe tinha esse diagnóstico e eu sempre fui, tinha dificuldade pra lidar com isso. Aí sempre que tinha uma brechinha eu enfiava o racismo ou o transtorno bipolar. Mas tudo assim, por conta própria. Mesmo porque a graduação não me ofereceu. (Dandara, 29 anos, Clínica)

Eu estudei numa faculdade de classe média pra classe média alta. Branca, elitizada, que não se fala sobre isso porque eles não veem isso com interesse a ser falado, eu acho. Todos os meus professores são brancos. São de classe alta. Eu era a única aluna negra na minha sala. Pra que, né? É um assunto que é: pra que falar? Pra que questionar?(...) Em nenhuma de minhas especializações também eu tive este tipo de conteúdo. (Rosa, 28 anos, Serviço Público)

Durante a graduação eu, eu, né, venho de um campus da universidade muito focada na Psicologia Social, principalmente muito nessa psicologia social assim, a partir da década de 70, mais crítica. Mas sobre racismo muito pouco. Tinha um professor negro e que discutia questões raciais vez ou outra. Numa aula sobre identidade, eu lembro da gente ter lido um texto pra discutir esta questão assim, de como que a raça sobressai sobre outras características dos sujeitos, mas era muito pouco. Muito pouco o

maioria dos estudantes que participavam deste grupo era negra. Eles também recebiam estudantes de outras áreas.

foco, não tinha um foco, uma disciplina ou uma discussão mais esquematizada sobre raça ou racismo não. (Sueli, 34 anos, Serviço Público)

Arara lembrou que além de não ter estudado sobre a discriminação racial durante a graduação, recebeu uma informação errada de uma professora.

Teve uma professora que informou que pra atender indígena era preciso especialização e tudo mais (...) eu fui pesquisar algumas coisas né, do CRP em relação aos povos indígenas, eu não consegui achar a resolução que falava isso. Aí foi quando eu entrei em contato com o Conselho e me falaram que não existe esta questão de ter uma especialização pra poder atender. Seria interessante, mas que não é obrigatório. Porque quando a professora informou, ela falou que era a única forma e que se você não tivesse a especialização você não poderia atender mesmo que aquele indígena estivesse ali na sua frente, né? E que aí isso não é real. (Arara, 26 anos, Clínica)

Somente Marlene e Lara disseram que estudaram satisfatoriamente sobre o racismo na formação em Psicologia – a primeira teve oportunidade de estudar e pesquisar sobre o tema já na iniciação científica, enquanto a segunda afirmou que embora não tenha estudado sistematicamente sobre o assunto em sala de aula, teve acesso a publicações muito importantes para compreender a discriminação racial à brasileira.

Creio eu, que eu ouvi falar sobre isso [racismo] com o Cristiano Rodrigues da UFMG.(...) Com isso eu fui encontrando outros textos, outras coisas e entendendo algumas coisas. Então, eu acho que tirando o movimento do professor Cristiano, foi muito mais de fora pra dentro. Fora da Psicologia a gente levando pra Psicologia qualquer debate que envolvia o recorte racial ou de gênero ou de questões indígenas. (Lara, 28 anos, Serviço Público)

E esse era o tema que eu queria estudar mesmo sabe? Depois que eu, que eu estudei sobre estas questões eu não me via pesquisando outra coisa, foi algo que realmente fez muita diferença na minha vida, na minha

prática profissional e em tudo, sabe? Eu passei assim, nossa, foi bem transformador mesmo. Eu passei a ver a Psicologia mesmo de uma outra forma, sabe? (Marlene, 25 anos, Educação)

Marlene recordou-se de uma importante conversa que teve com duas colegas de profissão. Uma professora que elas conheciam foi questionada por um aluno sobre como ele deveria agir caso presenciasse algum tipo de discriminação racial na instituição em que ele fazia estágio curricular. A resposta da professora foi catastrófica, mas ajuda a denunciar o descaso que vários profissionais demonstram em relação a este tema:

E aí elas me contando assim de que, de que isso aconteceu, me parece que elas estavam na roda lá de supervisão de estágio e aconteceu esta situação, né? De que ela deu algum tipo de retorno neste sentido. “Ah não, a Psicologia tem que ficar estudando sobre racismo agora?”. Isso parece que não faz parte do nosso campo, do nosso campo de estudo, sabe? (Marlene, 25 anos, Educação)

A marginalização do tema racismo na formação em Psicologia ficou evidenciada nos diálogos com as minhas interlocutoras. Botelho & Pereira (2018, p. 12) afirmaram que a discriminação racial é discutida na graduação somente de *forma diluída, em doses homeopáticas*, em alguma disciplina que trata de direitos humanos⁵³. Esta ilustração simples e bem elaborada resume as experiências das quinze psicólogas que tive chance de entrevistar. E infelizmente, estas pequenas doses não são suficientes para avançarmos na luta contra o racismo.

3.2.2. Atuação das Psicólogas para a eliminação da discriminação racial

Questionadas sobre como as psicólogas poderiam contribuir para a eliminação do racismo, as entrevistadas disseram que:

Tem a formação em Psicologia, mas nem sequer cita isso. Então, tem uma marginalização dessa profissão, de não se entender nesse lugar

⁵³ Grifos meus.

porque isso não é da Psicologia. Eu acho que a Psicologia, ela perde quando ela assume essa postura de temática, desobrigando outras áreas da Psicologia de discutir racismo. É temático, é fenômeno, é social. Então, a psicologia clínica, a psicologia organizacional, outras áreas da psicologia não têm que lidar com esse problema porque isso já tem psicólogos sociais trabalhando com esse fenômeno. (Luana, 41 anos, Clínica / Educação)

Eu acho que quando a gente começar a entender e revisitar esses privilégios de todas as pessoas e que se diga o que são esses privilégios e que se diga quem sofre e quem não sofre. Quando você chega a exemplificar, demonstrar, dizer, pontuar, mesmo que de uma forma exaustiva, quando essa crítica incide, quando essa possibilidade ela se entende enquanto possibilidade que aí então a gente tá num lugar de mudança. (Luísa, 24 anos, Clínica)

Eu não sei se isso vai ser rápido não, sabe? Porque principalmente, porque acho que a gente tem um segmento da Psicologia hoje que tem casado muito com o discurso do capitalismo que é um discurso que não quer saber disso, sabe? Que pelo contrário estimula o racismo e, e outras formas de segregação. Então assim. Acho que não vai ser rápido, mas acho que é necessário e pode ser que aconteça, sabe? (Rita, 31 anos, Segurança Pública)

Uma psicóloga demonstrou que já havia se questionado sobre o papel das psicólogas e dos psicólogos negros:

E eu saí da graduação com esse incômodo assim, sabe? De qual está sendo o papel do psicólogo negro? Eu acho que isso me incomodou. Isso foi a parte que me deixou muito perdida na graduação. De não ter referência e não achar referência, sabe? Eu acho essa questão da referência muito importante. E aí é, eu acho que eu te faço a mesma pergunta, assim. Não sei se um dia a gente vai ocupar assim, um lugar importante. Ou talvez a gente já tá ocupando e não sabe que a gente tá

ocupando, sabe? Assim esse lugar; porque quando a gente ocupa, a gente é inviabilizada também. (Rosa, 28 anos, Serviço Público)

No diálogo com Maria, perguntei qual seria o papel da Psicologia, com P maiúsculo, referindo-me à nossa área de atuação. Ela respondeu que:

Mas o racismo é algo que é um mito ainda a ser desvendado nas pessoas. Eu não acho que a Psicologia vai fazer isso sozinha. Até quando você coloca assim: a Psicologia com "P" maiúsculo, a psicologia com "p". Mas quem faz a ciência são as pessoas, né? (...) Então acho que a Psicologia com P maiúsculo é a psicologia que é, o P maiúsculo é de pessoas, sabe? O P maiúsculo é "o que a gente tá fazendo com ela", né? (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

Outra entrevistada também afirmou que as profissionais deveriam se unir e promover mudanças em nossa área e que deveríamos nos dedicar no combate ao racismo:

Existe resolução, pra trabalhar com população negra. Pouca gente a conhece. Então eu penso que é uma luta que tem que vir dos psicólogos negros mesmo, porque se a gente ficar esperando que isso venha de mão beijada não vai ter. Nada pra população negra vai vir de mão beijada se a gente ficar parado esperando. (Lily, 39 anos, Clínica)

Iara também assinalou que há a necessidade de uma mudança de conduta dentro de nossa área:

A Psicologia não é necessariamente instrumento de mudança e o papel da Psicologia, eu acho que o papel dela é evocar reflexões e evocar transformações. Não necessariamente isso acontece; porque isso também diz de, é reconhecer e abrir mão de certos privilégios e boa parte de nós não está disposto, né? Nós enquanto profissionais de Psicologia, mas como seres humanos em geral. (Iara, 28 anos, Serviço Público)

Para exemplificar como as psicólogas poderiam contribuir no combate ao racismo, Simone falou de sua própria prática contando que tentou amenizar os problemas relacionados à homofobia, misoginia e racismo dentro da unidade

penitenciária em que trabalha. Ela decidiu promover encontros para discutir sobre estes temas:

Então eu fiz um momento de conversa, a gente falou de racismo, passamos um pedacinho de um filme, a gente bateu um papo, perguntou pra eles, né? Nem tinham noção, eles nem, muitos deles, né? Alguns eram mais politizados, outros menos politizados. Uns mais conscientes, outros menos. Uns tendo consciência do que ele sofreu foi racismo, outros não tendo essa consciência, né? (Simone, 39 anos, Segurança Pública / Educação)

Jurema e Arara disseram que a Psicologia precisaria admitir suas incapacidades para trabalhar com as populações indígenas. Depois disto, as duas psicólogas disseram que a nossa área deveria se apresentar a estes Povos com uma postura de quem quer aprender, em vez de reproduzir uma posição histórica colonizadora e superior. Jurema começa destacando que o idioma não deveria ser pretexto para inviabilizar esta aproximação:

“Ah, mas não fala o mesmo idioma”. Sempre tem alguém que fala português. Porque existe uma Psicologia Indígena, só não tem esse nome. Mas se a gente chegar e falar: olha, a gente trata das emoções, trata de relacionamentos, trata do interpessoal, trata disso, isso já existe no povo indígena. Eles vão compreender, entender o que é aquilo. “Ah, é isso?!” E daí a gente pode observar como funciona essa Psicologia já existente dentro dos Povos Indígenas, tanto dentro das aldeias quanto em contexto urbano. E daí a gente pode começar a pensar no que a gente pode fazer e de que forma a gente pode fazer. Porque a gente chegar dentro das aldeias, dentro do contexto urbano e colocar nossas teorias, a gente estará impondo mais uma vez. (Jurema, 32 anos, Direitos Humanos)

Então eu acho que a Psicologia, ela precisa muito aprender com os Povos Indígenas, a pensar essa questão da coletividade. Entender esses outros contextos. Acho que respeitar essas outras lideranças, esses outros saberes e aprender também com eles, né? E é sempre trabalhar muito

uma questão dos limites. E se a gente não estuda estas questões no decorrer da graduação, depois de formado fica muito mais difícil entender qual que é o limite disso, né? (Arara, 26 anos, Clínica)

Arara comentou também sobre como o despreparo de profissionais pode afetar a vida de um indígena que procura os serviços de saúde:

Então é difícil, é muito delicado. Hoje a gente tem um número muito alto de indígenas sendo medicalizados. Mas com medicações pesadas, acho que muito por conta dessa falta de conhecimento dos profissionais, né? De não entender esses outros contextos, então você medicaliza. Que pra mim também é uma forma de dominação de corpos, né? Você vai funcionar da forma que eu acho que você tem que funcionar. E isso é muito violento. Que aí você não vai respeitar aquele lugar da medicina tradicional que existe. Que eu não quero tomar essa medicação [receitada por um médico] porque a minha avó tem um conhecimento muito grande sobre raízes, sobre ervas, então eu quero tomar o remédio que ela faz. (Arara, 26 anos, Clínica)

As normas e a ética profissional deveriam orientar a conduta de todas as profissionais. A palavra profissão vem do latim *professione* e significa ato ou efeito de professar. Assim, quem professa explicita em que acredita: crenças, valores, compromissos, etc. O profissional necessita agir sabendo o porquê, a quem está servindo, o que pretende alcançar e quais as consequências de suas ações (Passos, 2007, p. 75-76).

Passos (2007, p. 76-77) afirma que aquele que professa está anunciando o seu compromisso e se comprometendo a prestar à sociedade o serviço que ela precisa naquela área. É necessário assumir uma posição verdadeira em relação às nossas competências, pois temos relatos até este ponto da dissertação que demonstram que há aqueles que alegam ter condições de realizar determinada função sem estarem adequadamente preparados para estas atividades.

Todas as profissões precisam de percepção integral do objeto. Cada uma delas exige competências no campo científico, emocional e ético, pois todas as profissões possuem um valor social e devem ser fruto de escolhas conscientes

e comprometidas. No entanto, a sociedade espera ainda mais dos profissionais responsáveis pela assistência social, educação e saúde, considerando as mudanças que elas podem causar ao bem-estar do ser humano (Passos, 2007, p. 78).

3.2.3. Participação dos Conselhos de Psicologia

As interlocutoras falaram sobre a atuação dos conselhos de Psicologia no combate ao racismo e as opiniões das profissionais divergiram parcialmente:

Eu acho assim, que a gente vê, em relação, a gente estudando, né? Estudando assim, em relação há alguns anos atrás, eu vejo que tem avançado. Acho que de forma lenta, mas tem avançado até nos trabalhos dos Conselhos mesmo. (Marlene, 25 anos, Educação)

E eu acho que eu terminei o mestrado tendo certeza que eu queria militar nesta causa e isso tem tudo a ver com a Comissão também, né? Porque junto com o mestrado eu entrei na Comissão de Psicologia, de Psicologia e Relações étnico-raciais e tal. Eu decidi que eu queria militar nesse lugar justamente pelas ausências que esse lugar possui. Então eu quero produzir a partir dos nossos pares, mas aqui. Porque aqui a gente não pode continuar falando sozinho. Porque eu espero, pretendo, desejo, que não falemos mais sozinhos. (Iara, 28 anos, Serviço Público)

Eu sempre achava muito estranho que psicólogo dizia que Conselho não faz nada. Mas eu via que fazia alguma coisa assim, né? Não é tão assim. E aí eu sempre fui muito próxima. E as pessoas me conheciam. Acabaram me conhecendo, né? Com a minha identidade indígena. Com a minha luta. Mas é muito complicado, você trabalhar com a Psicologia branca do jeito que é. E com todo um fetiche em torno. Você como negro sabe que existe todo um imaginário. (Jurema, 32 anos, Direitos Humanos)

Então eu nunca consegui dentro da Psicologia, de grupos que eu participava, no próprio Conselho de Psicologia. Eu trabalhei lá durante dois anos, a temática da pauta racial nunca, nunca vi pauta racial no Conselho que foi no período que estive lá. Inclusive isso me fez afastar do

Conselho enquanto instituição de classe e hoje eu sei que tem uma Comissão racial lá, mas enfim. (Luana, 41 anos, Clínica / Educação)

Eu e outras psicólogas [indígenas], criamos um grupo, né? E começamos a mapear acho que comigo, 14, acho que 15 pessoas assim. Nos mais diversos estados. Porque acho que é muito simbólico isso, né? No Conselho a gente não tem aquele campo[em formulários], né? De Raça/ Cor e Etnia. A gente não consegue se mapear. A gente não sabe aonde encontrar os nossos, né? (Arara, 26 anos, Clínica)

Eu acho que a nossa história é tão velada, a gente passa por tantos processos que são morosos que isso vai sendo naturalizado, mas não imposto. Da mesma forma que você traz que há uma resolução do Conselho de Ética, que os psicólogos devem fazer parte da luta antirracismo e isso não é implantado. Isso é escrito, mas não é feito. (Luísa, 24 anos, Clínica)

E aí assim, eu vejo o Conselho se isentando assim, às vezes do que, do que é que tá, o que ele mesmo prevê, né? Da eliminação do racismo, mas ao mesmo tempo ele se isenta de dizer como é que é isso, né? De cobrar, por onde isso tem que passar. Quais autores seriam necessários nesse processo. Enfim, tá lá né? Como a sua pesquisa preconiza, né? O Conselho reconhece que é necessário, que a Psicologia tem um papel na eliminação do racismo, mas ao mesmo tempo há uma, eu percebo que há uma isenção assim de mais prática nesse processo, né? (Júlia, 23 anos, Psicóloga Clínica)

Quando iniciei a minha pesquisa, acreditava que iria encontrar uma entidade dentro da Psicologia responsável pelo descaso com as questões étnico-raciais nos cursos de graduação. Talvez o próprio Conselho Federal, ou Regional, ou um setor específico. No entanto, Maria me ensinou aquela dura lição: a Psicologia com “P” maiúsculo também é composta por pessoas.

Se a discriminação racial ainda não se tornou um tema relevante dentro da formação em Psicologia, a responsabilidade deve ser dividida entre as (os) profissionais da área. Sociologicamente, a sociedade é produzida pelas

interações entre indivíduos. Mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz. Nós estamos propensos a reproduzir exatamente o que é anterior a nós; mas uma vez que somos produtos, nos tornamos os produtores do processo que irá continuar (Morin, 2015, p. 74). A possibilidade de refazer a Psicologia pode ser a solução para esta ausência no currículo de nossa área.

3.2.4. Compreensão dos efeitos de um Racismo Estrutural

As psicólogas entrevistadas usaram continuamente a perspectiva de que o racismo possui uma dimensão estrutural. Ao identificarem as consequências de discriminação racial em contextos tão diferentes, elas confirmam o caráter sistêmico do racismo (Moreira, 2017a), que condiciona o tratamento desvantajoso a membros de determinados grupos em diversas instituições. Os testemunhos listados são muito diversos pelo fato das entrevistadas serem de campos de atuação bastante distintos, mas revelam as consequências sociais do racismo ou como estamos tentando enfrentá-lo:

Mas é outra coisa que eu vejo lá dentro da penitenciária que é a intolerância religiosa que tá muito relacionada com o racismo também, que a pessoa quando ele é evangélico dentro da penitenciária, ele tem sua liberdade de culto garantida. Mas se a pessoa tiver uma religião né, de matriz africana, for da Umbanda, do Candomblé... Porque têm pessoas, elas não tem o seu direito de culto garantido, sabe? Elas não têm liberdade de fazer seu culto. Elas não têm liberdade de fazer né, seus rituais, não pode. Os próprios internos ali não deixam. A própria segurança também não deixa. Então a laicidade do Estado dentro de uma penitenciária, junto com a intolerância religiosa e o racismo, eles impedem as pessoas de terem sua liberdade de culto do jeito que elas gostariam, né? (Simone, 39 anos, Segurança Pública / Educação)

Tem uma foto da Maju, lembrei aqui agora do dia que eu vi. Que é dela com a equipe no Jornal Nacional, que a equipe toda está com ela, rodeada dessas pessoas. E ela é a única negra, no meio de todo mundo branco ali, né? Em volta. E aí é uma foto muito legal porque faz a gente pensar nisso. É um lugar que é importante, mas o racismo não foi combatido ali.

(...) Se fosse pra combater o racismo, mexia na estrutura e a estrutura não muda⁵⁴. (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

Esse termo [racismo estrutural] especificamente, eu conheci ele vendo uma YouTuber. Na verdade três Youtubers. A Gabi Oliveira, que tem um canal, fala muito sobre questões raciais. A Nátaly Neri e o Spartakus Santiago. E algumas entrevistas da Djamila Ribeiro. Isso é recente pra mim também. Talvez tenha sido em 2015, sabe? É, e aí eu tive acesso a esse termo e a partir do acesso a esse termo eu fui entender que era estrutural. Que o racismo era estrutural naquela instituição e em várias outras. E é nesse momento que eu vou ler Silvio de Almeida. Vou ler textos da Lélia Gonzalez. (Akim, 26 anos, Clínica)

Com todos os assentamentos da questão do feminismo pra mim, as coisas foram acontecendo mais ainda assim, porque, estudando o feminismo e percebendo todas estas pensadoras e passando por isso desde o básico, né? De pegar “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir e falar de feminismo e aí circular em volta disso e me aprofundar no feminismo. E chegar no feminismo negro é muito necessário. E a partir desses estudos lá no quinto, sexto período, me deparar com tudo que eu já tinha visto sobre o feminismo branco, já ter sido escrito por uma mulher negra e não ser possível de achar assim, eu dei uma chocada. (Luísa, 24 anos, Clínica)

Eu acredito que muito pela questão também do outro lado, né? Pela questão da branquitude, dos privilégios e das pessoas não, desde que pessoas brancas não se engajem nesta discussão, né? Acreditam que isso não é uma questão delas, né? E, e com isso acabam deixando com que a discussão fique restrita, né? (...) E o racismo estrutural continua aí, né? Se reproduzindo todo dia. Continua é, dizendo quem é humano e quem não é humano. Quem pode morrer, né? Quem pode matar. (Marlene, 25 anos, Educação)

⁵⁴ A fotografia mencionada pode ser visualizada em uma das redes sociais da jornalista Maria Júlia Coutinho: https://www.instagram.com/p/B3DDz4MJG09/?utm_source=ig_web_copy_link. Realizei o acesso no dia 15/01/2020.

Eu costumo falar que tá falando sobre isso dentro da Psicologia custa muito caro. Porque custa minha saúde mental, né? A minha saúde mental, porque geralmente são os espaços que eu acho mais violento assim. E você ter que ficar afirmando e reafirmando em vários momentos quem você é, porque aquilo que você tá falando as pessoas não conseguem entender. Eu acho que é tanto preconceito, tanto racismo que existe, dessa coisa tão estrutural que durante a graduação a gente não estuda sobre, que não revê que isso se reflete nessa prática e de psicólogos não conseguirem entender a importância de se falar. (Arara, 26 anos, Clínica)

Mas assim, pensando no que a gente vê, eu não acho que o racismo diminuiu. Eu acho que ele tá arraigado, sabe? É, é, tá na estrutura, né? Vou voltar a dizer. E na psicanálise estrutura tem um significado muito interessante assim, né? Quase que a gente pensar assim que é algo, faz parte, é estrutural, faz parte. E faz parte da nossa constituição enquanto brasileiros assim, sabe? (Rita, 31 anos, Segurança Pública)

Porque a gente tá falando de um problema que é estrutural e enquanto isso, enquanto estamos conversando aqui, dois empoderadíssimos, né? Pessoas negras na Universidade Federal, o pau tá torando lá fora, né? Pessoas negras continuam morrendo, a polícia continua matando, o genocídio continua operando como ele nasceu, digamos assim. (Iara, 28 anos, Serviço Público)

E se a gente tá falando que o racismo assumiu, que o racismo é uma questão estrutural, e aí você dentro de um espaço que poderia ser um espaço interessante pra tratar destas questões, você não tem sequer uma abordagem pra tratar disso. É um outro problema. Temos teóricos brancos e brancas que estão teorizando num determinado lugar e esse determinado lugar não tem a ver com a nossa realidade. (Luana, 41 anos, Educação)

Então a lei é ótima, foi uma luta do Movimento Negro né? Mas infelizmente a gente não tem uma fiscalização efetiva pra que ela se cumpra dentro do

país. Então quando eu falo muito assim, que a gente, que a gente não mexe na estrutura mesmo do racismo. Mexer na estrutura do racismo seria fazer a Lei 10.639 ser efetiva, né? Isso ajudaria a mexer na estrutura mesmo. (Lily, 39 anos, Clínica)

Gostaria de ressaltar uma fala de Júlia. Em um curto espaço de tempo, a entrevistada citou dois outros conceitos importantes para compreendermos a discriminação racial: privilégio e lugar de fala. Outras profissionais também utilizaram estes vocábulos e trataremos sobre eles na análise dos resultados.

Então eu acho que não é só reconhecer o lugar que ocupa, o privilégio que tem. É saber que o racismo é estrutural e que ele perpassa todas as nossas relações. Acho que buscar conhecimento é muito fundamental. É isso, sabe? Se reconhecer faltoso nisso, para aí sim conseguir, né? Ter algum papel assim, né? Mas ao mesmo tempo eu acho que é, é importante falar que é preciso também que, que aja um protagonismo da pessoa preta pra dizer disso. E aí é Djamila Ribeiro, né? Lugar de fala. É preciso que pessoas negras falem sobre o racismo. (Júlia, 23 anos, Psicóloga Clínica)

Vale dizer que as interlocutoras falaram sobre figuras célebres que estão participando na luta contra o racismo. Gomes (2017, p. 70) destacou que personalidades negras têm utilizado as redes sociais e contribuído exponencialmente na busca por igualdade racial. Figuras públicas e coletivos de jovens estão escrevendo e falando sobre a experiência de ser negro em uma sociedade racista. Além de denunciar situações de discriminação, eles transmitem dicas de beleza e cuidados com o cabelo e com a pele. De forma crítica e política, eles discutem temas como apropriação cultural, colorismo e ações afirmativas.

Djamila Ribeiro foi muito lembrada nas entrevistas, assim como a perspectiva de lugar de fala. Esta visão bastante difundida pela filósofa contribuiu para que as interlocutoras avaliassem a relação entre o lugar social que as pessoas de cada grupo ocupam e as intempéries que cada uma delas sente. Este conceito nos permite afirmar que por conta de sua localização social, uma

mulher negra possui vivências diferentes de uma mulher branca. Como resultado, elas experimentarão gênero de formas distintas (Ribeiro, 2017, p. 61).

O conceito de empoderamento também foi mencionado pelas interlocutoras. Elas disseram que a ascensão social de representantes de grupos minoritários é importante, mas que isto não comprovaria qualquer sinal de “abrandamento” da discriminação racial. Berth (2019, p. 54) explica que o empoderamento individual e coletivo compõem as partes de um mesmo movimento, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser composta por sujeitos que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento.

No entanto, qualquer sujeito negro que alcance uma posição de privilégio ou que esteja em mobilidade social ascendente, carregará as marcas de sua negritude. Conseqüentemente, o vínculo social com a coletividade negra não será rompido. Enquanto esse grupo não se empoderar, ele permanecerá exposto às violências que atingem toda esta coletividade (Berth, 2019, p. 55).

3.3. Relatos sobre a luta antirracista

Nesta categoria, analisamos as falas relacionadas ao enfrentamento do racismo nacional. Poderemos observar que elas defenderam que negros e indígenas devem protagonizar a luta contra a discriminação, mas não excluíram os brancos de participarem desta empreitada. Ao contrário, da mesma forma que elas valorizaram suas próprias experiências por pertencerem aos grupos historicamente discriminados, elas disseram que os brancos deveriam falar sobre os seus privilégios em uma sociedade racista.

Com isso, as entrevistadas tentaram reforçar uma face do racismo que é constantemente ignorada. Os mecanismos que discriminam os grupos negros e indígenas podem ser identificados de forma flagrante mesmo em uma sociedade que tenta se mostrar livre de preconceito. Reconhecer-se beneficiário de um sistema racista pode ser tão difícil quanto assumir que existe racismo no país, pois exigiria dos grupos privilegiados a compreensão de que suas conquistas, supostamente baseadas em mérito, são desmedidamente influenciadas pela discriminação racial.

Diante deste panorama de desigualdades, humilhações e de injustiças, as psicólogas valorizaram estratégias de combate ao racismo como as Ações

Afirmativas, lembraram pessoas que as influenciaram, valorizaram o Movimento Negro e Indígena, depositaram suas fichas na Educação e em nossas batalhas diárias contra a ideologia da democracia racial brasileira.

3.3.1. Mudança na formação profissional das Psicólogas

As profissionais falaram acerca da formação em Psicologia e sobre as relações étnico-raciais. Maria destacou a importância de uma alteração do currículo da nossa área:

As escolhas do que se põe no currículo, né? Então o que vai pra lá também é político, né? A psicologia é política, né? Não tem como a gente pensar, os corpos são né, assim, vistos de maneira fragmentada. É um sinal que a gente tem que investir em uma psicologia antirracista é no currículo, sabe? (...) As pessoas tem uma autoridade pra poder dizer disso em qualquer lugar, de qualquer maneira e a gente se desdobra pra poder estar aqui. Incomoda um pouco de fazer uma discussão rasa, né? (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

Outras profissionais também acreditam que a Psicologia precisa avançar em discussões e produções sobre as relações étnico-raciais:

Então a gente vai, por enquanto, buscando esses autores que estão em outras áreas, trazendo esses autores com a psicologia e com uma fé, uma esperança que daqui a alguns anos a gente tenha material. Porque tem sido produzido, né? Teses e dissertações que estão pensando racismo na clínica, racismo institucional a partir de uma perspectiva social ou da psicologia clínica ou da psicologia organizacional. (Luana, 41 anos, Educação)

Agora enquanto questões de produção mesmo, eu penso é que a gente pode é se juntar e começar a escrever, sabe assim? (risos). Na moral mesmo, eu penso que a gente precisa também perder o medo, sabe? E produzir mais, Grada Kilomba que o diga, né? Maravilhoso o livro⁵⁵. Eu

⁵⁵ Referia-se ao livro escrito pela psicanalista Grada Kilomba: *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*.

penso que esta tradução ter chegado agora ao Brasil vai ser muito importante para os próximos anos da Psicologia. Vou falar assim, foi a primeira pessoa que me fez gostar de Freud (risos). Que me fez conseguir gostar de psicanálise porque até então eu não conseguia enxergar psicanálise em alguma coisa que servisse pra mim, né? (Lily, 39 anos, Clínica)

É muito diferente trabalhar com os Povos Indígenas porque é isso: o fato de você já ter trabalhado com um [povo] vai te dar uma base, mas não vai acontecer, ou vai acontecer de outra forma em outro lugar. E o que eu percebo assim na Psicologia é que a gente busca muito o comodismo. De ter aquela coisa que pode ser aplicada pra todo mundo. E acho que isto [compreender os muitos Povos Indígenas] te tira da zona de conforto. (Arara, 26 anos, Clínica)

Eu acho que a questão da formação é muito importante. Eu estou vendo que aqui na Federal que eu estudo tá melhorando. Tem tido mais discussões sobre diversidade e relações étnico-raciais, gênero e etc. E isso é muito bom porque vai instrumentalizar a gente pra trabalhar com estas questões, né? E não deixar essas questões passarem despercebidas, né? (Dandara, 29 anos, Clínica)

Acho que tinha que ter [uma disciplina], é igual, eu esqueci qual o número da lei assim. É igual aquela lei que obriga o ensino das Culturas Afro-brasileiras nas escolas⁵⁶. É claro que tem muitas falhas, até na execução disso, mas olha que lei importante! Olha que obrigatoriedade importante pra que a gente consiga de alguma forma correr atrás assim, disso aqui. Disso que já nos marcou, né? Então eu acho que, os próprios psicólogos também, né? (Júlia, 23 anos, Psicóloga Clínica)

O estudo das relações raciais na formação e na pesquisa em Psicologia pode contribuir com diversas áreas de nossa categoria. Somos compostos por uma maioria de profissionais brancas e para elas, seria oportuno lidar com as implicações da branquitude – identidade racial da pessoa de pele branca. As

⁵⁶ Referia-se à Lei 10.639/03.

psicólogas que atuam em instituições de saúde precisam saber sobre os diferentes agravos e formas de adoecimento dos membros da população branca, negra, indígena e amarela (Santos & Schucman, 2015, p. 121).

Usuários dos serviços de saúde podem deixar de buscar atendimento se tiverem a sensação de que não são bem recebidos ou se forem discriminados (Santos & Schucman, 2015, p. 121). As psicólogas que trabalham com psicoterapia devem estar preparadas para atender as queixas sobre o racismo, pois elas estarão reproduzindo o mito da democracia racial dentro de suas salas de atendimento se não reconhecerem ou se menosprezarem as violências causadas pela discriminação racial (Tavares & Kuratani, 2019).

Vale lembrar que a Lei nº 9.836/99 estabeleceu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde [SUS]. A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas exigiu a adoção de um modelo diferenciado e complementar de organização de serviços dirigidos para a proteção, promoção e recuperação da saúde, garantindo aos Povos Indígenas o exercício da cidadania nesse campo. Um dos objetivos desta lei foi promover uma rede de serviços nas terras indígenas, de forma a superar as deficiências de cobertura, acesso e aceitabilidade do SUS para esta população (Brasil, 2002, p. 6).

Uma ação realizada pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial [SEPPIR] contribuiu para a criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Esse instrumento visa combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no SUS, além de almejar promover a equidade em saúde da população negra. Ela é resultado da luta incansável de movimentos sociais, em especial do Movimento Negro (SEPPIR, 2007, p. 9).

3.3.2. Ações Afirmativas

As entrevistadas demonstraram apoio às políticas de ação afirmativa que reservam vagas para indígenas e negros em universidades públicas. Disseram que foi um avanço para inclusão desses grupos nas universidades e fizeram outras considerações relevantes sobre as instituições de ensino:

Eu acho que a cota ela é um mínimo, um mínimo, princípio do que pode ser feito, né? Pra uma reparação histórica e por todo o processo de genocídio que nós sofremos até hoje. Só que assim, ela é só porta de entrada. Problema é que ela parou na porta de entrada, né? Porque como eu te disse, tem muitos indígenas que entraram na faculdade, só que não permanecem, né? Por questões financeiras, por questões de adaptação. Por questões de deslocamento. Aqui mesmo, lá na faculdade, tinha alunos que saiam às quinze horas da aldeia pra chegarem duas horas da manhã. (Jurema, 32 anos, Direitos Humanos)

Eu acho, eu acho que são fundamentais. Tanto que a gente tem, tem tido um número muito maior de pessoas indígenas ingressando na universidade, né? Na Federal aqui, se eu não me engano, nesse último semestre, tiveram acho que oitenta calouros. Enfim, é um número expressivo. Eu acho fundamental estes programas de ações afirmativas. Eu não vou saber como é direito, como que é essa questão das cotas. Porque, por exemplo, porque diferente das cotas para os negros, na Universidade Federal da minha cidade, são os programas, por exemplo: tem o de Psicologia, de Biologia, enfim. São os institutos que abrem vagas. Então não é para todos os cursos. Você faz a prova e depois você pode escolher para qual curso você quer ir. É quase que quais são os cursos que estão dispostos a acolher esses estudantes indígenas, né? E acolher muito entre aspas. Porque é só abrir as vagas. Porque esse acolhimento nem sempre é completo. É assim, a universidade fala muito na diversidade, nas ações afirmativas, mas se manter lá é muito caro, né? E nem é um "caro" financeiramente, eu acho que é um "caro" de um modo geral, porque é um adoecimento muito grande. (Arara, 26 anos, Clínica)

Eu acho que as ações afirmativas são extremamente importantes, foi uma estratégia genial que a gente encontrou para ocupar alguns espaços. Interpelar os espaços com as nossas ocupações, inclusive. Porque a gente entra, que a gente fala coisas: o negócio dessa Psicologia aí está meio estranha, né? Esse negócio dessa Antropologia ou de qualquer outra área, inclusive causa bastante incômodo, né? Em bastantes campos. (Iara, 28 anos, Serviço Público)

Uai! Eu acho que foi, para mim, ações afirmativas na minha vida é possibilidade. Sem dúvida nenhuma. Se não tivesse ações afirmativas eu não teria entrado na Universidade, para começar. Porque eu sou cotista, quando eu entrei na Universidade onde estudei. E também no mestrado. (Júlia, 23 anos, Psicóloga Clínica)

E aí eu entendo que hoje, com uma maior entrada devido às políticas afirmativas, né? Às cotas, que é algo muito positivo, permitiu que a gente entrasse mais nesse, nesse lugar, na academia. E aí falando especificamente na Psicologia, eu acho que pessoas negras que compreendem fenômeno racial, elas têm aumentado a produção, a leitura, as questões acerca disso. (Akim, 26 anos, Clínica)

Então eu vejo que esta especialização que eu fiz, também como uma política afirmativa, que ali eu consegui entender que era muito mais complexo do que a minha posição. Do que eu achava. Não importava só o que eu achava. É uma dívida histórica, né? Não importava como aquilo me atravessava, atravessava a minha família, as pessoas que eu via, quem estava ali no curso. Era uma coisa muito maior. (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

Simone contou que cursou Psicologia em uma instituição particular e que teve dificuldades em pagar seus estudos. Em determinado momento, acreditou que as cotas que reservavam vagas para aprendentes negros no curso superior eram injustas, principalmente quando uma de suas amigas negras acessou a universidade utilizando este mecanismo de inclusão social. Disse que mudou de ideia após entender qual seria o propósito desta ação do Estado.

Aí eu fui falando: “não, mas deixa eu entender o que é esse negócio de cota”. “Por que ela ganhou e eu não ganhei?”. E aí eu fui estudando, fui lendo e fui percebendo. Fui percebendo que eu ainda que pobre, eu ainda sou privilegiada. Quando eu vou estudar mais a fundo a questão do racismo eu percebo que a mulher negra dentro de uma estrutura assim, de uma hierarquia de quem que são as pessoas que mais sofrem as

consequências do racismo, a mulher negra é a que mais sofre. (Simone, 39 anos, Segurança Pública / Educação)

Lilith destacou a importância das ações afirmativas, mas que o alunado negro não deveria se acomodar dentro destas instituições. A psicóloga afirmou que seria um erro permanecer dentro das universidades sem participar da luta antirracista:

Aí para mim não serve. Ou entra para fazer enfrentamento e tentar mudar pra que outros também consigam entrar e também fazer enfrentamento. Essa questão do epistemicídio, por exemplo, dentro das universidades quer dizer o que? A gente passa cinco anos dentro da universidade sem estudar nada da gente e a gente passa como se nada tivesse acontecendo? É, o que é que está faltando então? Vai entrar dentro desses espaços para que? (Lily, 39 anos, Clínica)

Em suma, as psicólogas consideraram que as ações afirmativas são importantes, pois podem impulsionar uma transformação social em uma sociedade estruturalmente racista. Disseram que grupos racialmente discriminados necessitam de representatividade em lugares sociais relevantes e de tomada de decisões. Almeida (2018, p. 84) afirma que a representatividade se refere à participação de minorias em espaços de poder e de prestígio, incluindo a academia e os meios de comunicação, por serem importantes centros de difusão ideológica.

3.3.3. Brancos

Como exposto na introdução deste trabalho, eu participei de seminários e debates que discutiam o racismo em nosso país. Estes espaços eram frequentados majoritariamente por pessoas negras. Achei importante indagar às minhas interlocutoras sobre como as pessoas brancas poderiam contribuir na luta antirracismo no país. Iara, depois de chamar a pergunta de clichê, respondeu que:

Então o que eu respondo para essa pergunta, é o que eu sempre respondo nas palestras, né? Eu acho que a gente precisa, as pessoas precisam pensar uma forma de atuar que não seja salvar as pessoas

negras porque a gente não quer ser salvo. Nem representar as pessoas negras, porque se a gente não está lá, é que o sistema de opressão opera tão bem que a gente não consegue chegar nestes lugares. E nem entrar nessa bolha: “Ai, somos as piores pessoas”. Começam a chorar e “que culpados estamos”, “na-nan-na-nan”. Eu acho que precisam ser pensadas outras ações. (Iara, 28 anos, Serviço Público)

A psicóloga indígena Arara falou algo bem parecido:

Acho interessante essa pergunta por que em vários momentos isso é um incômodo para mim. Não sei se para você é da mesma forma. Mas parece que a gente tem que pensar para eles [brancos]. Como indígenas a gente tem que pensar pela questão indígena e também tem que pensar para que esse outro consiga entender que ele tem parte nesse processo. Então tem que pensar por mim, tenho que pensar por ele, porque geralmente é, tem que ser tudo muito mastigado, porque não conseguem ir no Google e fazer uma pesquisa sobre autores indígenas, né? (Arara, 26 anos, Clínica)

Luana, refletindo sobre sua experiência conjugal, contou que:

Eu vejo que ainda é um movimento muito singelo. Eu acho que ainda fica muito no discurso, sabe? Eu tô num relacionamento inter-racial, né? Meu marido é um homem branco. Então ele é a pessoa que eu mais debato hoje. Em relação à temática racial, né? Ele é a primeira pessoa que eu converso sobre, ele é a primeira pessoa que eu brigo, né? Ele é a primeira pessoa que eu acordo tá ali, um homem branco, enfim. Quando eu o conheci, ele era um cara muito racista. Muito preconceituoso em relação a gênero. Muito machista. E eu fiquei muito incomodada por ter me apaixonado por aquele ser branco, enfim. E quando a gente começou a namorar, eu tive uma conversa muito franca com ele sobre o quanto me incomodava aquilo e eu não sabia o que eu ia fazer com aquilo. Se eu realmente queria levar aquela relação pra frente por conta disso. (Luana, 41 anos, Clínica / Educação)

Ela completou dizendo que:

Muito provavelmente se ele não estivesse comigo, ele nunca faria uma discussão racial. Ele nunca se preocuparia sobre crianças negras que estão pra adoção, né? Adoção tardia. Isso nunca seria um assunto na vida dele. Eu acho que nós, pessoas negras, a gente precisa estar nos espaços e com as pessoas brancas. É a única forma de a gente tentar modificar alguma coisa. (Luana, 41 anos, Clínica / Educação)

As demais psicólogas responderam que:

Nossa (riso)! É... Nossa! Nem sei como responder assim, mas eu penso que o branco ele teria, não é uma obrigação, sabe? Mas ao mesmo tempo assim, é uma obrigação de militar contra o racismo, assim. Porque ainda que o branco não seja racista, ele é fruto disso assim, sabe? Não há ninguém, não tem brasileiro que, de alguma forma, não tenha em si a raiz do racismo, sabe? (Rita, 31 anos, Segurança Pública).

Às vezes essas pessoas nunca tiveram contato com pessoas negras. Não sabem se tem diferença de ser negro ou ser branco. Que estão num nível de distanciamento disso, né? Das suas formações, de que universidades que elas frequentaram. E assim: de pessoas de outros países que elas, que elas se relacionam. Aí você pergunta: quem eram as empregadas da sua casa? Que cor que elas tinham? Quem são as pessoas que frequentavam a sua escola, né? [...] Não tô reduzindo eles a uma esfera cognitiva, mas as pessoas vivem num ciclo tão homogêneo, tão igual ali de semelhança, que ela não consegue deslocar nada, né? (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

O padrasto da minha mãe era negro e todos os irmãos da minha mãe são negros. Só minha mãe que é branca. Então assim, os irmãos da minha mãe, eles, eu vi muito de perto, sabe? Então assim, eu vi muito de perto o sofrimento da minha família, eu vi o que eles passaram também. Então assim, o meu sentimento de empatia, eu acho que eu teria esse sentimento de empatia mesmo se eu não fosse isso, porque vem de mim, né? (Simone, 39 anos, Segurança Pública / Educação)

E como você fala de uma coisa que você, não tem como você conhecer, sabe? Então, eu acho que assim, é, foi um avanço a gente ter esse tanto de gente negra falando hoje, mas eu acho que é uma luta de todos, sabe? Se eu não tiver branco falando também do lugar dele eu não vou conseguir andar muito assim. Eu acho que todo mundo tem que falar. Mas é do lugar que tá falando, sabe? O branco tem que falar sim do lugar dele. Ele tem que participar da nossa luta contra o racismo, mas depende do lugar dele, do papel que ele tá fazendo nessa luta, sabe? (Rosa, 28 anos, Serviço Público)

Acho que a primeira coisa é admitir que existe racismo e não sei. Não sei responder quais outras atitudes que os brancos poderiam ter em relação à luta antirracismo. E, e, talvez assim, respeitar essa lógica do lugar de fala, sabe? (Sueli, 34 anos, Serviço Público)

Particularmente eu cansei de ver pessoas brancas falando sobre a experiência da negritude como se fosse uma verdade absoluta. Sem escutar o próprio negro. Durante muito tempo isso existiu, né? Então eu acho importante, mas eu acho importante eles pensarem como são privilegiados, só pelo fato de serem brancos, não é? (Akim, 26 anos, Clínica)

Então, papel das pessoas brancas, é, eu acho que passa muito pelo reconhecimento do privilégio sabe? Reconhecer que você tá num lugar de privilégio. Reconhecer o tanto que assim, as ações afirmativas são importantes. E eu acho que dá para somar na luta também, né? Assim, não é só reconhecer, passa também por uma, assim, pra gente se juntar pra tentar mudar essa realidade. (Júlia, 23 anos, Psicóloga Clínica)

Primeiro papel que o branco tem é de estudar a branquitude. Porque o que a gente mais vê é gente branca querendo estudar racismo e aí racismo parte de que a única raça que existe é a raça negra, que branco não é raça, né? Então, primeiro, primeiro eu penso que tem que sair do lugar de privilégio, né? Dar um passinho pra trás mesmo e sair do lugar de privilégio. Entender que eles também são uma raça. E que no Brasil,

na verdade, nem maioria são. Então se querem estudar racismo, comecem por eles mesmos e não por nós. (Lily, 39 anos, Clínica)

Pessoas brancas em geral né? E Psicólogos trazendo pra nossa área, né? Tem um papel importante na, na luta antirracista sim. No sentido assim de se reconhecerem, se posicionarem, se implicarem nesta discussão, né? Entenderem que também tem cor e raça; entender que eles também são racializados, né? Muitos não se veem como pessoas [racializadas], se veem neutros, né? Assim: "não vou discutir isso porque isso não é uma questão minha". Isso diz respeito ao outro, né? (Marlene, 25 anos, Educação)

Essa pergunta é polêmica, né? É, eu acho que quando a gente fala de lugar a gente está concedendo espaço. Então pra mim, dentro do Movimento Negro não cabe espaço pra pessoas brancas porque quando a gente fala de Movimento Negro a gente tá falando de movimento negro de pessoas negras para outras pessoas negras. (Luísa, 24 anos, Clínica)

Dandara relembrou um caso em que um professor branco a convidou para falar sobre o racismo e sobre o Movimento *Hip-Hop* em uma escola para jovens. Ela elogiou a postura do educador, pois ele estava reconhecendo sua inabilidade com o tema a ser discutido com os alunos:

E aí ele falou da seguinte forma: que ele enquanto branco ele não poderia falar sobre, né? Não é que ele não poderia, ele não deveria, não seria tão adequado. Mas o que ele poderia fazer, já que ele queria trabalhar com a questão racial era trazer uma pessoa que vivencia mesmo o racismo e que tá na luta, trazer pra dentro da escola pra que ela pudesse falar. (Dandara, 29 anos, Clínica)

Jurema e Arara revelaram experiências muito diferentes em relação às outras psicólogas. Ao falarem sobre a luta dos Povos Indígenas, elas tentaram demonstrar qual deveria ser a contribuição dos não-indígenas nesta empreitada:

No Movimento Negro, alguns têm assim a sensação de que conseguem entender sobre tudo. E tem coisas assim que, da questão do Movimento

Indígena e de pessoas indígenas que a gente vai conseguir caminhar juntos. Mas tem momentos que são coisas completamente diferentes, né? Forma de sentir diferente, forma de lidar diferente. Acho que a forma como o racismo afeta a saúde mental das pessoas negras vai ser de uma forma diferente da Psicologia Indígena. Tem alguns profissionais que eu já encontrei ao longo desse caminho que tem muito esta questão. Eu já passei por uma situação onde a gente tava indo pra um encontro pra discutir a formação e racismo e na mesa não tinha pessoas indígenas. E aí eu questionei as pessoas que estavam ali o porquê que não tinha nenhum representante indígena, já que estavam falando de racismo. E um dos psicólogos negros que estava ali disse que ali não era lugar pra discutir isso. Então qual vai ser o lugar pra discutir, né? E sobre o racismo contra os Povos Indígenas? E teve outro psicólogo negro também que disse: “Não. Eu acho que é importante. Concordo com você”. (Arara, 26 anos, Clínica)

Uma coisa que sempre me incomodou, é uma coisa que acontece aqui. De experiências que eu tive. Eventos que acontecem, relacionados a Povos Indígenas que branco ou negro falam. Mas você olha não tem um indígena pra falar. Então, eu mesmo me incomodo muito quando eu tenho que falar sobre o seu povo. Por que? Porque a representatividade é sua, eu nunca senti sua dor, né? Eu sei das minhas lutas, mas o seu povo, o sofrimento e toda luta, você tem propriedade pra falar. Esse mês aconteceu um caso atípico, porque eu tive que fazer um evento daqui, voltado pro Novembro, né? Um evento da Consciência Negra. Mas assim, antes eu pedi permissão pra um monte de amigo porque eu me senti realmente incomodada. Porque aqui essa prática é normal. Pra falar de indígena não precisa de indígena. Então já tá errado aí, né? (Jurema, 32 anos, Direitos Humanos)

A discussão sobre os privilégios da população branca nacional foi classificada como fundamental para que as relações brasileiras sejam mais justas. A omissão e a naturalização das hierarquias sociais também foram condenadas pelas interlocutoras:

Numa luta antirracismo ou antirracista, como um movimento contrário a esta estrutura, né? Assim: um movimento, a roda está girando de um jeito, então eu quero que ela mude, né? (...) Como que a naturalização dos lugares de brancos e negros, né? A omissão deles perpetua que essa roda não gire ao contrário. (Maria, 30 anos, Clínica / Serviço Público)

Mas o quanto que todo esse processo histórico traz benefícios. E pra mim que não são os benefícios, né? Mas eu acho que tá sempre, é conscientizar que é sempre uma posição muito defensiva, né? “Eu preciso defender esses privilégios sempre”. Então qualquer pessoa que vá colocar em xeque, que vá apontar esses privilégios e eu vejo muito isso com as pessoas que tão trabalhando com essas coisas e que conseguem fazer essa discussão até certo ponto. E sempre se colocando fora dela, né? (Arara, 26 anos, Clínica)

Carreira (2018) afirmou que as pessoas brancas deveriam pensar em suas responsabilidades na luta antirracista. Ela assevera que para superarmos o racismo precisaremos muito mais do que o apoio da população branca aos movimentos Negros e Indígenas. Afirmou que os brancos deveriam ser:

sujeitos e parceiros políticos dessa construção protagonizada historicamente por aquelas e aqueles que sofrem as consequências do racismo – mas nunca como expropriadores dessa luta, nunca para desqualificar, invisibilizar e negar o protagonismo desses sujeitos, reafirmando as armadilhas e lugares de poder da branquitude acrítica. Por outro lado, como outra armadilha da branquitude, não se pode cair no lugar confortável, passivo e acomodado, protegido dos conflitos, de que somente os sujeitos negros e indígenas tem o que dizer sobre como enfrentar o racismo. É fundamental construir espaços de negociação e de confiança política, com base em princípios acordados conjuntamente, para que possamos aprender a construir estratégias políticas junto com os sujeitos negros e indígenas (Carreira, 2018, p. 135).

Maria Aparecida Silva Bento (2014, p. 156) certifica que pessoas brancas são obrigadas a analisar suas antigas experiências de vida e o presente quando participam de discussões sobre as relações raciais. Ao notarem que podem ter sido favorecidas por processos discriminatórios contra pessoas negras, muitas delas demonstram agressividade, sentem raiva, culpa e impotência. Estes

comportamentos evidenciariam uma *fragilidade branca*⁵⁷, um estado em que até uma quantidade mínima de estresse racial torna-se intolerável, provocando uma série de movimentos defensivos (Carreira, 2018, p. 130).

3.3.4. Passado Coletivo

Por vezes, as interlocutoras utilizaram nomes que evocavam uma noção de união ou parentesco para se identificarem racialmente. O intuito desta ação é reforçar a perspectiva de que o racismo continua causando experiências muito particulares para cada grupo e que seus membros deveriam se mobilizar contra estes efeitos. As primeiras falas demonstram o desgosto de duas profissionais em terem que explicar a importância do combate ao racismo para pessoas que não compreendem as consequências da discriminação:

Eu acho que a gente tem feito muito a tarefa pra estas pessoas [brancas], né? Inclusive essa: dizer o que elas farão e como elas têm que fazer. (...) Agora eu também não vou, eu não quero gastar energia de dar a resposta certa pra estas pessoas. De dizer: “olha fulano, você tem que fazer isso, isso, isso e aquilo, nan-nan-nan-nan”. Entendeu? Eu quero gastar energia com os meus e com os nostros. (Iara, 28 anos, Serviço Público)

E pensando não só na relação com as pessoas brancas, o tanto que em vários momentos, a relação com pessoas negras também é muito complicada, porque a sensação que eu tenho e que é compartilhada com alguns outros parentes é que, por fazerem parte de movimentos, como por exemplo, o Movimento Negro, alguns têm assim a sensação de que conseguem entender sobre tudo. (Arara, 26 anos, Clínica)

Outras psicólogas disseram que:

Não tem isso “no meu povo”. Mas a mesma dor que tem o meu parente, é a minha dor. É o mesmo povo, né? É, então é aquilo que eu te falei. O indígena não tem essa visão individualista. São todos um com o outro. Somos todos parte de um grande povo, entendeu? Então é preciso que

⁵⁷ Denise Carreira utiliza a obra *White Fragility: why it's so hard for white people to talk about racism* de Robin Diangelo para falar sobre o assunto. O livro utilizado por ela é de 2018.

sempre se trate como parente. Quando eu falo assim: ah, eu falo com minhas primas, porque são da minha família, são indígenas também. (Jurema, 32 anos, Direitos Humanos)

E a gente fala sobre, vai dando alguns conselhos, sabe? Para as meninas, tipo não andar na rua sozinha; andar com outras meninas. Que o certo seria não precisar disso, né? Mas a gente acaba querendo mudar o mundo demais. E no fim eu falo dessa questão das crianças. Que a transformação do futuro não pode ser pensada sem levar em consideração a criança e a educação. E aí é isso, e no início as oficinas também, nas escolas, palestras. (...) E aí eu fico tentando enquanto mulher negra de periferia estar nos dois lados. Tanto na universidade, ocupando espaços e tentando construir um conhecimento que me ajude a aplicar no mundo, né? E na periferia, onde a gente tem que tá com, com os nossos também, né? (Dandara, 29 anos, Clínica)

Outra perspectiva utilizada com entusiasmo e que também demonstra a necessidade de reconstruir uma identidade positiva para indígenas e negros, foi a ideia de ancestralidade.

A gente estuda influência grega, egípcia, europeia, americana, até de uma forma muito intensa, né? Mas não as questões da África, aquilo que é bom: a matemática, a física, tudo aquilo que vem de lá assim, que marca toda a sociedade. Como a gente tem uma ancestralidade potente, né! Como que isso foi invisibilizado? (Akim, 26 anos, Clínica)

Então a gente tem que pensar nesse coletivo. Nos Povos Indígenas como fala, né? Pensar nos meus me motiva muito. Mas tem assim com as pessoas que estão mais próximas mesmo. Ou com a minha família na aldeia. Passa muito por isso, né? Tanto que a questão da ancestralidade ela é muito forte. Porque o que eles trazem não vem de agora, né? Nessa caminhada junto com os outros povos. (Arara, 26 anos, Clínica)

E aí toda a discussão de ancestralidade; toda a nossa história, sabe? De, enfim, de sequestro de África pra cá, não tem como tirar. Essas são referências também. E aí de ancestralidade eu penso muito nas mulheres

da minha família, né? Porque é isso, discutir feminismo a partir de referências acadêmicas fadas, filosóficas, ok. Mas é discutir também o feminismo negro a partir das práticas dessas mulheres assim, dessas guerreiras que estão no nosso cotidiano. (Sueli, 34 anos, Serviço Público)

Então eu aplico o que o meu pai me disse sobre nossos ancestrais assim, né? Dos textos que a gente lê e das coisas que a gente escuta desde o período da escravização e tal. Eu acho que é, primeiro a força e a resistência de continuar tentando, mas também de ser estratégicos como fomos quando inventamos a capoeira, mandinga, as religiões, né? (Iara, 28 anos, Serviço Público)

Então, a principal referência que eu tenho são meus ancestrais, né? E são pessoas que prepararam pra mim, pra que eu estivesse aqui. A minha principal, o meu principal motivo de luta e de ser uma representante, né? É o meu povo que enquanto eu tô falando com você, tem alguém morrendo em algum lugar, né? (Jurema, 32 anos, Direitos Humanos)

Grada Kilomba (2019, p. 208), psicóloga e psicanalista portuguesa, analisou a diáspora africana e denotou que o uso de expressões como as anteriormente frisadas está ligado ao passado coletivo de povos que foram escravizados e separados. A utilização destas palavras evidenciaria a tentativa de reconstrução de um passado coletivo das pessoas, independente se elas se conhecem ou não, pois o objetivo principal é superar os danos históricos, as feridas que ainda causam sofrimento.

3.4. Resultados e discussões

Síntese dos resultados encontrados⁵⁸

Categoria 1

A experiência pessoal com o racismo

- Psicólogas negras e indígenas narraram situações em que passaram por constrangimento por causa de seus fenótipos e/ou pertencimento racial.
- Relataram situações de discriminação racial em seus ambientes de trabalho.
- Frisaram que debates sobre o racismo são prejudicados quando as falas e reivindicações são menosprezadas ou ridicularizadas.
- A compreensão de suas identidades raciais permitiu um melhor entendimento quanto a formas de discriminação anteriormente subestimadas.
- Entrevistadas consideraram as piadas racistas como uma forma de humilhação e de discriminação que deve ser combatida.
- As interlocutoras se posicionaram contra o mito da democracia racial brasileira e não subestimaram os efeitos do nosso racismo.

Categoria 2

Psicologia e formação das profissionais

- As profissionais revelaram que o racismo e seus efeitos não foram abordados satisfatoriamente durante a graduação e por isso, tornou-se relevante para quase todas as profissionais após o término do curso.
- Relataram casos de explícito descaso com o tema dentro do curso de Psicologia.
- O papel das profissionais em Psicologia foi frequentemente questionado.
- Psicólogas apontaram problemas relacionados a um racismo estrutural, demonstrando um avanço na compreensão sobre os agentes responsáveis pela discriminação racial.

Categoria 3

Conexões para uma sociedade antirracista

- As psicólogas posicionaram-se a favor do protagonismo de negros e indígenas nas discussões sobre o racismo.
- As interlocutoras apoiaram a participação de pessoas brancas na luta antirracista, mas ressaltaram que elas não deveriam deixar de falar sobre seus privilégios dentro de nossa sociedade.
- Ações afirmativas foram consideradas fundamentais para combater alguns efeitos causados pelo racismo brasileiro.
- A Educação e a Lei 10.639/03 foram muito valorizadas como aliadas contra o racismo.
- Demonstraram preocupação e valorização com a luta dos grupos historicamente discriminados e que estão resistindo ao racismo à brasileira.

⁵⁸ Encontrei o *layout* do painel acima na análise dos resultados de Mônica Feitosa Santana, presente em sua dissertação intitulada “*Muito além da cor da pele*”: *Psicologia, Saúde Mental e relações étnico-raciais em serviços públicos de saúde do município de Suzano, São Paulo*. Pedi autorização da intelectual para a construção deste quadro, pois achei o padrão que ela utilizou muito intuitivo e apropriado para exibição dos meus dados.

3.4.1. Análise da Categoria 1 – A experiência pessoal com o racismo

Os relatos sobre as experiências pessoais com o racismo resultaram na primeira categoria de análise, chamada de *A experiência pessoal com o racismo*. Os dados analisados nesta categoria demonstraram que as interlocutoras não menosprezam os efeitos do mito da democracia racial brasileira. Longe disso, denunciaram várias situações de discriminação que ocorrem diariamente no país.

Delataram, por exemplo, que jovens indígenas são mal recebidos dentro de Instituições de Ensino Superior. Jurema e Arara contaram que alguns alunos podem ter dificuldades com a língua portuguesa já nos processos de seleção, pois a língua portuguesa não foi o primeiro idioma que aprenderam. Se estes estudantes tiverem sotaque e passarem pelas convocações iniciais, poderão ouvir chacotas pela forma que pronunciam as palavras.

Uma das mais importantes marcas da cultura é a linguagem e não foi por acaso que muitos Estados adotaram a máxima de “uma só nação, uma só língua”. Isto propiciou a perda paulatina dos idiomas indígenas e a consequente desvalorização de suas identidades culturais. Desta forma, a imposição de uma língua nacional garantiu um privilégio aos que falam o idioma oficial, enquanto aqueles que aprenderam uma língua materna diferente da “escolhida” pelo Estado terão que enfrentar esta desvantagem muito significativa (Chiriboga, 2006, p. 55).

As psicólogas indígenas ainda contaram que a cultura⁵⁹ de seus povos é constantemente depreciada e disseram que há grandes possibilidades destes alunos serem questionados se são realmente indígenas, como se esta população já tivesse desaparecido do território brasileiro.

As interlocutoras falaram sobre a violência e suspeição policiais, realizadas principalmente contra a juventude negra. Simone e Rita, psicólogas que trabalham em sistemas de segurança pública, contaram sobre como o racismo interfere em suas práticas profissionais. Disseram que os agentes

⁵⁹ A UNESCO definiu cultura como o conjunto de traços espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que distinguem e caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os valores, as tradições e as crenças (Chiriboga, 2006, p. 44).

penitenciários fazem piadas racistas de forma corriqueira, com o objetivo de humilharem os detentos. Simone chegou a relatar abusivas ações de intolerância religiosa dentro destas instituições – os policiais com os quais ela trabalhava interrompiam os cultos das religiões de matrizes africanas de forma brutal.

De mais a mais, as psicólogas comentaram sobre uma das consequências mais visíveis e relevantes do racismo – a ausência de pessoas negras e indígenas em posições de prestígio e de poder. Falaram sobre a falta de representantes destes grupos em programas de TV, nas capas de revistas, no corpo docente das universidades, etc.. Bryan Stevenson, importante advogado que combate a pena de morte e outras injustiças motivadas por discriminação racial, falou sobre este fato quando visitou o Brasil na década de 1990:

Eu fiz uma palestra ontem à noite para os Promotores Públicos e não consegui ver nenhum negro entre eles. E hoje eu fui para a Universidade de São Paulo, e lá também eu não consegui ver nem professores nem alunos negros. E amanhã à noite eu vou falar para os juizes, e por alguma razão eu estou também imaginando que não vou encontrar muitos negros lá. Você pode chamar do que quiser, mas quando os negros são excluídos das posições de poder é porque existe racismo (Stevenson, 1991, p. 13).

Este conjunto de relatos ajuda a ilustrar as quatro principais formas com que o racismo institucional atua. Ele ocorre quando pessoas não têm acesso aos serviços de uma instituição, quando os serviços são oferecidos de forma discriminatória, quando as pessoas não conseguem ter acesso a postos de trabalho dentro de determinadas instituições ou quando as chances de ascensão profissional dentro delas são influenciadas por causa da raça/etnia dos sujeitos (Moreira, 2019, p. 50).

As psicólogas falaram ainda sobre situações vexatórias que elas precisaram enfrentar em suas empreitadas contra a discriminação. É profícuo destacar o conceito de microagressões para analisarmos estes casos, pois a sofisticação das mensagens proferidas nestas ocasiões é típica do racismo brasileiro. As microagressões causam um tipo de dano às pessoas porque comprometem o desempenho e a confiança que elas têm em si mesmas. Elas são ofensas sutis dirigidas a minorias e são concebidas a partir de estereótipos raciais. Podem manifestar-se em um olhar de desprezo ou em falas que insinuam que indígenas precisariam ser civilizados (Moreira, 2017a, p. 159).

Os diálogos com as profissionais demonstraram que o combate ao racismo está sujeito a constantes rituais de microagressão, que podem levar-nos a um desgaste emocional nos debates sobre o mito da democracia racial brasileira. O tipo de microagressão mais repetidamente relatado pelas quinze entrevistadas foram as microinvalidações, que são tentativas de excluir, negar ou invalidar a importância da experiência, das opiniões, da condição mental e dos sentimentos de minorias raciais (Moreira, 2017a, p. 160).

Assim, psicólogas negras e indígenas disseram que tiveram experiências em lugares de debate sobre racismo, onde suas denúncias e reivindicações foram classificadas como “*mimimi*”⁶⁰. Relataram também que eram afrontadas, chamadas de raivas e que eram acusadas de estarem criando problemas que os demais não conseguiam perceber. Estes episódios aconteciam tanto no trabalho quanto em seminários que elas participavam.

Vale a pena sublinhar que Marlene e Simone (profissionais brancas) revelaram algumas situações em que pessoas que participavam de discussões sobre a discriminação racial consideravam a questão irrelevante e que não deveria ser debatida, mas não relataram nenhuma ocasião em que elas foram alvo de zombaria ou agressão por estarem falando sobre racismo.

Momentos que caracterizam os microinsultos também foram relatados. O microinsulto nomeia discursos que expressam atitudes negativas de um membro do grupo social majoritário em relação a minorias. Essas comunicações revelam indiferença ou repulsa pela identidade étnica ou racial de uma pessoa. Mesmo que a pessoa que profere este conteúdo ofensivo não consiga notar o insulto na fala, ele certamente ofende a pessoa que o escuta (Moreira, 2017a, p. 160).

Assim, um conjunto de estereótipos pode levar uma pessoa a se surpreender com negros ou indígenas ocupando lugares de prestígio ou frequentando determinados espaços. Jurema contou que já chegou a conversar com Arara sobre os olhares que elas recebem quando vão a reuniões e congressos de Psicologia utilizando seus cocares, como se elas fossem representantes de um povo exótico.

⁶⁰ “*mimimi*” é uma expressão que tem sido comumente utilizada para desvalorizar o conteúdo de falas, de acusações e de manifestações, como se as queixas fossem apenas um choro irrelevante. Este processo acaba prejudicando o debate sobre desigualdades sociais.

Rita, psicóloga negra, contou que ouviu um lamento ao assumir uma vaga na prefeitura de sua cidade. Ao invés de dar boas-vindas à Rita, uma funcionária branca lastimou a entrada da nova concursada daquele departamento, pois precisava de uma pessoa para trabalhar em sua casa e achou que a minha entrevistada poderia assumir esta atividade. A psicóloga condenou o comentário, pois sentiu que sua companheira estava insinuando que o trabalho doméstico, ofício severamente desvalorizado em nosso país, seria o mais adequado para mulheres negras. Schwarcz (2017b) afirma que:

Trabalho doméstico é ocupação tradicionalmente dotada de baixo valor social e nicho de mulheres e meninas negras e também de pobres. Por isso, nesse local, reúnem-se traços persistentes da nossa herança do sistema escravista e patriarcal na sociedade brasileira e na manutenção de uma situação de desigualdade (p. 152).

Os microassaltos, outra forma de microagressão, designam um tipo de ação depreciativa de natureza verbal ou não verbal que tem a intenção de ofender alguém de diferentes formas. Pode ocorrer pelo uso de termos racistas, por meio de ações que pretendem evitar interação racial ou por atos abertamente discriminatórios. Acontecem ainda quando palavras de caráter insultante ou expressões que desconsideram a especificidade da identidade cultural de um sujeito são utilizadas. Os microassaltos se manifestam também quando os discriminadores mantêm distância física de forma proposital, deixam de estender a mão, ignoram a presença de alguém ou dão tratamento prioritário para brancos. Estas situações acontecem geralmente em ambientes privados, dificultando a identificação dos autores desses atos (Moreira, 2017a, p. 160).

Para exemplificar situações de microassalto, poderíamos lembrar que Jurema e Arara condenaram veementemente a utilização de termos depreciativos como bugre e índio substituindo a palavra indígena. Rosa afirmou que as crianças brancas que ela atende em um órgão de serviço público recebiam tratamento diferenciado por serem consideradas mais belas que as negras, interferindo de forma cabal na dinâmica desta instituição.

Algumas interlocutoras negras e indígenas relataram que a construção de suas identidades raciais estimulou a compreensão dos efeitos do racismo brasileiro. Jurema contou que teve dificuldades em assumir sua identidade indígena, pois este processo acabava sendo influenciado pelos estereótipos sobre seus ancestrais, impossibilitando-a de reconhecer-se como eles.

Algumas interlocutoras afrodescendentes relataram problemas semelhantes para se reconhecerem como negras e disseram que durante boa parte de suas vidas se autodeclaravam como morenas. Outras assumiram que entenderam tardiamente o quanto o racismo prejudicava suas oportunidades de vida e suas relações pessoais.

Ao não se perceberem como integrantes dos grupos socialmente discriminados, as interlocutoras acreditavam que a única discriminação que sofriam era a de classe. No entanto, a lucidez sobre a discriminação racial e das distintas formas com que as pessoas são tratadas foi bastante importante para que elas se envolvessem mais intensamente na luta contra o racismo.

Thompson (2011, p. 86) afirmou que relações de dominação podem ser fundadas e sustentadas através da construção, a nível simbólico, de uma forma de unidade que agrupa indivíduos em torno de uma identidade coletiva em que todos são tratados de forma supostamente igualitária. É por esse motivo que o racismo brasileiro tenta simular a imagem de uma sociedade justa e harmônica. Esta unidade irreal precisa ser continuamente reafirmada para manter hierarquias sociais vergonhosas e desumanas.

As piadas racistas foram arduamente reprovadas pelas psicólogas. Em algumas ocasiões, elas mesmas foram alvo de gozações, tanto no ambiente familiar quanto no profissional. Moreira (2019, p. 180) afirma que o racismo recreativo é um mecanismo de discriminação característico da sociedade brasileira que utiliza o humor como veículo de hostilidade racial. A ideia de que o humor racista é algo positivo compromete a reputação de minorias raciais, autorizando práticas discriminatórias em todos os aspectos da vida social.

Moreira (2019, p. 180) ainda destaca que membros do grupo racial dominante podem conseguir satisfação psicológica ao afirmarem sua suposta superioridade através de piadas, mantendo uma imagem social de sujeitos que não são racistas. Concomitantemente, esse tipo de humor causa prejuízos psicológicos e sociais às suas vítimas (p. 78).

3.4.2. Análise da Categoria 2 – Psicologia e formação das profissionais

As falas colhidas demonstraram que a maioria das entrevistadas não debateu sobre qualquer assunto relacionado às relações étnico-raciais durante

a graduação em Psicologia. A experiência das psicólogas que entrevistei ilustram as conclusões realizadas em outras publicações que avaliaram as discussões sobre discriminação racial durante a formação em Psicologia (Castelar & Santos, 2012, p. 76; Mayorga, Donato, Borges & Souza, 2013, p. 258; Santana, 2017, p. 102). As considerações realizadas nesses estudos frisam que esta ausência é recorrente em diversas universidades brasileiras.

Algumas profissionais denunciaram os efeitos do epistemicídio dentro do curso de Psicologia. Sueli Carneiro (2005, p. 324) afirmou que aos negros foi negada a condição de sujeitos de conhecimento, tanto nos instrumentos pedagógicos quanto nas relações sociais no cotidiano escolar. Há ainda a desvalorização sistemática dos saberes dos negros sobre o mundo e sobre si mesmos. Além disso, as diversas contribuições das culturas africanas ao patrimônio cultural da humanidade são ocultadas ou rejeitadas, favorecendo a promoção do embranquecimento cultural. Estes processos juntos compõem um epistemicídio.

Ela sublinha que o aparelho educacional está envolvido com o epistemicídio de forma quase absoluta. Com isso, o desenvolvimento da autoestima e da capacidade cognitiva dos membros da população negra pode ser prejudicado. Ela frisa ainda que esses saberes sobre as identidades raciais podem produzir efeitos de poder para uns e subjetividades conformadas para outros, pois todos passam por processos disciplinares e de normalização capazes de consolidar hegemonias e subalternidades segundo o pertencimento racial de cada sujeito (Carneiro, 2005, pp. 325-326).

Contudo, Sueli Carneiro destaca que uma resistência é gerada para enfrentar os aparatos disciplinares e normalizadores característicos deste processo. Esta resistência recusa os mecanismos de submissão característicos do epistemicídio e é guiada por uma prática educadora que produz subjetividades autônomas e que combatem a anulação e morte instigadas pelos dispositivos de racialidade/biopoder⁶¹. Assim, Sueli afirma que as práticas de resistência oferecem um sentido para a vida dos sujeitos, convidando-os para que desloquem a noção do cuidado de si para o cuidado com os outros e fixando

⁶¹ Sueli Carneiro utilizou a concepção de dispositivo de sexualidade apresentado por Michel Foucault para elaborar o conceito de dispositivo de racialidade, demonstrando que nele, como em qualquer outro dispositivo de poder, encontram-se saberes sobre as racialidades das pessoas (Carneiro, 2005, p. 323).

como meta a emancipação coletiva de grupos historicamente ameaçados (Carneiro, 2005, pp. 324-325).

Curiosamente, as duas entrevistadas que estudaram sobre relações étnico-raciais durante a graduação examinaram o tema no mestrado. Iara afirmou que seu entusiasmo pelos estudos sobre a discriminação racial surgiu logo depois que conheceu os trabalhos do professor Cristiano dos Santos Rodrigues⁶², da UFMG. Marlene fez pesquisas com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros [NEAB] da universidade em que estudava e começou a analisar o potencial e as dificuldades para a execução da Lei 10.639/03.

Algumas interlocutoras também narraram situações em que os docentes de Psicologia demonstraram inaptidão e negligência ao falarem sobre o racismo. Quando os professores eram questionados sobre a ausência de disciplinas ou de discussões sobre o assunto, davam respostas evasivas e não se comprometiam em tratar sobre o tema dentro de sala.

Sem saber dar uma resposta correta sobre como a Psicologia poderia prestar atendimentos de qualidade para a população indígena, uma professora chegou a embromar dizendo que existe uma especialização específica para instruir as profissionais sobre esta demanda. Outra professora, quando questionada sobre como um estagiário deveria agir se presenciasse discriminação racial em determinada instituição, perguntou se o racismo era um assunto a ser analisado pela Psicologia.

O Artigo 17 do Código de Ética Profissional da Psicologia afirma que “caberá às psicólogas docentes ou supervisoras esclarecer, informar, orientar e exigir dos estudantes a observância dos princípios e normas contidas neste Código” (Romaro, 2014, p. 25). Os incidentes narrados acima demonstram o quanto professoras e professores podem prejudicar a preparação de futuras profissionais.

As entrevistadas contaram situações em que psicólogas negligenciavam as sequelas do racismo nas demandas das instituições públicas nas quais trabalhavam. Relataram que alguns usuários que elas atendiam já haviam se decepcionado com profissionais brancas (os), pois eram incapazes de reconhecer os impactos do racismo na vida de sujeitos indígenas e negros.

⁶² Para saber mais sobre o Professor Cristiano Rodrigues, acesse o link: <http://www.fafich.ufmg.br/nepem/equipe/cristiano-rodrigues/>

Importante sublinhar que as (os) profissionais que se comprometem a realizar uma tarefa para a qual não tem a necessária competência estão sendo desonestas (os), enganando e desonrando a confiança que lhes foi concedida. Consequentemente, estão oferecendo um serviço de qualidade duvidosa e de pouca valia (Passos, 2007, pp. 82-83). Esta postura descumpra a segunda alínea do Artigo 1º das Responsabilidades da psicóloga, que afirma que a profissional deve “assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitada pessoal, teórica e tecnicamente” (Romaro, 2014, p. 18).

Além disso, em um contexto mais amplo, o envolvimento das psicólogas no combate ao racismo também foi indagado. Neste momento, acho oportuno recorrermos às responsabilidades das psicólogas e dos psicólogos, salientando que o aprimoramento profissional foi muito importante durante a carreira das entrevistadas:

Nos Princípios Fundamentais é focado o respeito pelo outro e por sua integridade, com destaque para a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade. Ao psicólogo é atribuída a função social de promover a saúde e a qualidade de vida, de promover a análise crítica das situações e da realidade que o rodeia e de ser *agente de transformação*. A importância da formação, da responsabilidade profissional e do aprimoramento pessoal e profissional também é destacada (Romaro, 2014, p. 36, grifos meus).

Vale a pena dizer que as psicólogas recorreram regularmente ao conceito de racismo estrutural para analisarem os efeitos de nossa suposta democracia racial. Com isso, foi perceptível que elas se tornaram ainda mais comprometidas com o combate ao racismo quando perceberam o grande impacto desta forma de discriminação em nossa sociedade.

A compreensão de que o racismo é consequência de uma discriminação estrutural afasta-nos de teorias que sugerem que injustiças raciais são causadas por atos de natureza psicológica e individual, revelando uma variedade de atores sociais que reproduzem formas de exclusão, incluindo instituições do próprio Estado, agentes públicos e privados (Moreira, 2017a, p. 194).

As interlocutoras disseram reiteradamente que o Brasil ainda possui uma enorme dívida com seus cidadãos indígenas e afrodescendentes. Suas falas são compatíveis com a perspectiva que reconhece que injustiças raciais se sustentam graças a influências históricas e/ou atuais (Blum, 2005, p. 77; Moreira, 2017a, p. 194).

3.4.3. Análise da Categoria 3 – Conexões para uma sociedade antirracista

O ponto de maior destaque nesta categoria foi que as psicólogas sublinharam a necessidade de que negros e indígenas contem suas próprias experiências no combate ao racismo. Praticamente todas fizeram considerações sobre o **lugar de fala**. Djamila Ribeiro, possivelmente a maior propagadora deste conceito nos dias de hoje, afirmou que políticas públicas são pensadas para todos, desconsiderando grupos de maior vulnerabilidade social, sobretudo a situação das mulheres negras. Ela resgata a necessidade de se nomear as desigualdades produzidas por uma sociedade que não quer falar sobre o assunto, considerando que “se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (Ribeiro, 2017, p. 41).

A filósofa e feminista negra afirma ainda que devemos olhar criticamente para a situação de grupos historicamente discriminados, fugindo assim de análises simplistas e universalistas. Ela frisa que quando pessoas negras reivindicam o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida (Ribeiro, 2017, 43). Estas mesmas considerações podem ser aplicadas às necessidades e lutas dos Povos Indígenas.

Djamila Ribeiro afirma que o conceito de lugar de fala que ela propõe não tem a ver com a ideia de que somente o negro deveria falar sobre racismo, mas reforça a perspectiva de que o lugar que ocupamos socialmente nos proporciona experiências e perspectivas distintas sobre as situações que vivenciamos. Ela denota que por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam duramente as opressões, elas não deixarão de ser favorecidas por uma estrutura que oprime os membros de outros grupos incessantemente (Ribeiro, 2017).

As interlocutoras destacaram que os brancos também deveriam se dedicar na luta contra o mito da democracia racial brasileira, mesmo sendo os mais favorecidos com este modelo vigente de discriminação. Denotaram que estas pessoas deveriam discutir seus privilégios e assumir que existe racismo no país. O privilégio é um mecanismo de exclusão social capaz de garantir vantagens para os membros de grupos majoritários. Ele existe porque os mecanismos de discriminação são utilizados para apregoar a suposta

inferioridade de grupos minoritários e para sustentar vantagens sociais nas mãos de grupos dominantes (Moreira, 2017a, p. 146).

Na prática, o privilégio se manifesta por meio da combinação de fatores como raça, sexo, classe e sexualidade. Em sociedades como a nossa, este mecanismo confere ao homem branco heterossexual de classe alta, a condição de norma para o acesso a oportunidades sociais. Esta seria a referência de conduta moral, de comportamento sexual mais adequado e de exemplo de inteligência pessoal (Moreira, 2017a, p. 147).

As vantagens estão garantidas a pessoas privilegiadas apenas em função do *status* que elas possuem. Uma das mais maléficas consequências deste tipo de discriminação é que muitos membros destes grupos afirmarão que estão em certos lugares de destaque apenas por mérito pessoal. Assim, as situações adversas de membros dos grupos discriminados serão consideradas mera falta de esforço, ideia que funda e sustenta o mito da meritocracia (Moreira, 2017a, p. 146).

Muitas vezes, os sujeitos dos grupos privilegiados utilizarão a negação ou outras reações defensivas para manter este delicado sentimento de superioridade, pois o reconhecimento e a compreensão desses privilégios podem causar frustrações emocionais. De mais a mais, alguns sujeitos dos grupos historicamente discriminados podem ser influenciados pelos estereótipos e acabarem vendo a si mesmos como incompetentes, podendo expressar formas de racismo, sexismo, heterossexismo e um profundo sentimento de pavor a seu próprio grupo (Moreira, 2017a, p. 149).

As entrevistadas posicionaram-se a favor das ações afirmativas, pois elas impulsionaram a inclusão de grupos raciais historicamente discriminados nas instituições de ensino superior. Reconheceram que foi uma importante conquista, mas não deixaram de denunciar as dificuldades que estes alunos enfrentam dentro das universidades. Recordaram situações em que cursistas negros e indígenas foram destratados dentro de salas de aula. Seus pertencimentos raciais foram questionados e em alguns momentos foram explicitamente interrogados sobre o que eles estariam fazendo na Universidade, como se aquele espaço não fosse adequado para eles.

Algumas salientaram que o principal propósito das ações afirmativas é tentar restituir uma dívida histórica e que as diferenças de oportunidades entre

indígenas, brancos e negros fazem parte do legado da escravidão. O filósofo estadunidense Lawrence Blum condena a perversidade em se negar as consequências de um processo tão opressor quanto o regime escravocrata. Contestou ainda a difusão da ideia de que as desigualdades entre grupos raciais existem apenas pela falta de esforço individual:

Suponha, por exemplo, que, nacionalmente, os norte-americanos de ascendência japonesa tenham uma renda substancialmente maior que os de ascendência lituana. Isso não é razão para preocupação, desde que (1) não haja sugestão de injustiça nos processos que produziram esse resultado, e (2) os norte-americanos de ascendência lituana não estejam passando por dificuldades. O mesmo ponto vale para grupos raciais, embora neste caso, seja mais provável que haja injustiça presente. A razão por que, por exemplo, o nível de desempenho escolar e o nível de riqueza dos afro-americanos são (ou deveriam ser) uma questão que inspira preocupação não é simplesmente por serem inferiores que a dos norte-americanos brancos, mas sim porque esses níveis são, por si sós, insatisfatórios e são, ao menos em parte, produto de discriminação e opressão passadas, assim como discriminação atual (Blum, 2005, p. 77).

As profissionais disseram que uma disciplina deveria ser instituída na graduação em Psicologia para que as (os) alunas (os) tivessem chance de discutir as relações étnico-raciais. Elas enaltecem a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos dos ensinos fundamental e médio. Vale realçar que a Lei 11.645/08, também promoveu uma mudança no Art. 26-A da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB]. A mudança foi impulsionada pelas articulações dos Povos Indígenas e ficou estabelecida a obrigação de estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todas as modalidades de ensino e níveis de educação⁶³ (Nogueira, 2014, p. 17).

Importante ressaltar que o Conselho Nacional de Saúde aprovou a minuta das novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia em setembro de 2018. O documento discursava sobre uma proposta complementar para a Formação de Professores de Psicologia, recomendando que o curso articule estudos e práticas em torno da História da África e História Indígena, almejando a ampliação dos conhecimentos relativos à história e cultura

⁶³ O Movimento Negro e vários especialistas em educação das relações étnico-raciais reconhecem que a Lei 10.639/03 foi formalmente substituída pela Lei 11.645/08, mas apontam que os marcos simbólico e político da Lei 10.639/03 não devem ser esquecidos (Nogueira, 2014).

brasileiras, para que sejam utilizados no enfrentamento aos efeitos do racismo (CFP, 2018, p. 134).

Seguindo neste contexto, as profissionais queixaram-se da ausência de debates sobre as obras de intelectuais negras e negros durante o curso de Psicologia. Djamilia Ribeiro (2017) destacou que quando uma sociedade elege determinado conhecimento como o único conhecimento válido, a valorização das demais experiências é rejeitada. Como este reconhecimento está nas mãos de quem possui privilégio social, o modelo de epistemologia mais valorizado em nossa sociedade é de uma ciência de superioridade eurocristã (branca e patriarcal). Conseqüentemente, a visibilidade e a legitimidade das produções de autoras e autores negros ficam prejudicadas.

Os dados demonstraram que as interlocutoras se preocupam bastante com a situação dos grupos historicamente discriminados no Brasil, mas enobreceram os esforços que eles têm feito para resistirem aos efeitos da discriminação racial a que são expostos. A influência do Movimento Negro através das artes, especialmente do *Hip-Hop*, foi reverenciada. Elogiaram a importância de coletivos organizados em periferias ou dentro de universidades, além de exaltarem a ação dos poucos professores que estão comprometidos com a luta antirracismo.

A luta dos Povos Indígenas também foi engrandecida. Arara e Jurema testemunharam sobre as intempéries a que seus Povos estão sujeitos. Disseram que ações do Estado têm interferido na permanência de estudantes indígenas dentro das universidades e os próprios jovens têm criado espaços para discussão deste e de outros problemas. Ressaltaram que os indígenas precisam defender suas terras incessantemente e lembraram que fazendeiros foram acusados pela utilização de um avião de pulverização com pesticida contra comunidades indígenas, atingindo adultos e crianças⁶⁴. Frisaram ainda que o governo atual tem sido um grande adversário desses povos.

Além disso, as profissionais negras e indígenas usaram nomes particulares para se identificarem, invocando uma ideia de ligação entre elas. As psicólogas negras demonstraram preocupação com “os nossos”, enquanto as duas profissionais indígenas entrevistadas disseram, por exemplo, que discutiam

⁶⁴ Para saber mais, acesse o link: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/aviao-agricola-e-flagrado-jogando-veneno-em-terra-indigena-em-mt-diz-ong-veja-video.ghtml>

sobre nossa área de atuação com outras “primas”. Falaram também que as dores de seus “parentes” de diferentes etnias também são suas.

Grada Kilomba (2019, p. 211) analisou este assunto ao destacar que africanos da diáspora podem usar os vocábulos “irmã” e “irmão” para se identificarem, indicando o reconhecimento de uma ancestralidade comum. O intuito deste gesto é recriar um sentimento de unidade, ilustrando o continente africano como uma família mutilada. A inserção deste senso na linguagem e na saudação seria uma espécie de tentativa de trabalhar o trauma colonial da separação.

Kilomba (2019, p. 211) afirma que “trocar saudações torna-se um momento curto – o momento de dar um sorriso – no qual se constrói um cenário para superar a perda e o isolamento racial e, ao mesmo tempo, de desenvolver um sentimento de pertencimento”. Eliane Potiguara, professora, ativista e escritora indígena, fez um belo e grandioso relato que evidencia o significado desta reunificação:

Nasci com uma mancha roxa no olho direito. A sociedade me discriminava, principalmente os homens, que diziam que eu havia tomado um soco no olho ou tomado uma surra do marido e que eu era marcada pela polícia. Eu me sentia muito mal, com todos esses preconceitos.

Por ocasião da vinda de uma delegação de Kaiapós e outras etnias ao Rio de Janeiro, organizada pelo escritor negro Joel Rufino, na época diretor de um museu na Gávea em parceria com a Fundação Palmares através do antropólogo Olímpio Serra, pude compreender algo muito profundo e que definitivamente incorporei em minha vida. A mancha que tenho é uma grande folha de jenipapo que foi identificada pelos Kaiapós, quando eu os encontrei. Choramos verdadeiramente juntos, como se eu encontrasse uma família ancestral e os Kaiapós me chamaram de prima, colocaram a mão direita em meu ombro e choraram copiosamente pelo reencontro. Eu, que ainda não havia entendido, busquei uma resposta. A resposta foi muito singular. Eles disseram que eu era parente deles porque trazia uma marca de jenipapo com significado espiritual, igual à pintura que eles fazem no corpo, me disse um Kaiapó, completamente desprovido de preconceitos e intolerâncias (Potiguara, 2004, pp. 99-100).

4. Considerações Finais

Começo a parte final desta dissertação relembro uma importante instrução da Resolução 018/2002 do CFP. Acredito que só cheguei até aqui graças a esse documento, que anuncia que devemos empregar o nosso conhecimento para refletirmos sobre o preconceito e contribuir para a eliminação do racismo.

Fiquei incomodado desde que li esta declaração, pois comecei a me questionar sobre a utilização deste suposto conhecimento que nem víamos nas universidades. As entrevistadas confirmaram que não estudaram sobre o racismo durante a formação, realidade já analisada e denunciada por outras pesquisadoras (Mayorga, Donato, Borges & Souza, 2013; Botelho & Pereira, 2018, p. 12).

Algumas das minhas entrevistadas sentiram falta de ensinamentos sobre o tema já na graduação, enquanto outras notaram a necessidade de se aperfeiçoar nessa tônica quando já exerciam a profissão. Por isso, elas defenderam enfaticamente a necessidade de se discutir os efeitos da discriminação racial brasileira desde a formação profissional.

Sobre as formas de racismo que afetam a vida da população negra, as interlocutoras repudiaram veementemente as piadas racistas, pois elas são uma das formas de humilhação e de propagação de estereótipos mais corriqueiras de nossa sociedade. Falaram também sobre a discriminação no mercado de trabalho, nas diferentes instituições de ensino e nos meios de comunicação.

Elas destacaram a violência policial contra a juventude negra, constantemente justificada em nome da Ordem. Pontuaram que o filtramento racial que os policiais realizam acaba livrando muitos jovens brancos de serem revistados e acusados com a mesma frequência do que os negros. Ainda falaram sobre o genocídio de jovens negros no Brasil, ação que conta com uma coparticipação fundamental do Estado.

As psicólogas indígenas destacaram que muitos dos seus parentes sofrem com atendimentos de saúde desrespeitosos, pois há profissionais que não aceitam os costumes e as tradições dos Povos Indígenas. Disseram que indígenas em contexto urbano têm suas identidades questionadas, como se

todos os indígenas brasileiros já tivessem sido mortos. Além disso, a cultura de seus povos é depreciada publicamente.

Em nome do Progresso, políticos, ruralistas e defensores do agronegócio estão inclinados a praticar vários crimes contra os Povos Indígenas e a violar quaisquer direitos que estas pessoas possuem. O governo atual passou a apoiar abertamente a exploração comercial de recursos naturais em território indígena demarcado, incluindo o garimpo. Além disso, o atual presidente da república afirmou reiteradas vezes que a proteção ambiental e os direitos dos Povos Indígenas são um obstáculo ao desenvolvimento econômico (*Human Rights Watch*, 2019a).

As psicólogas também falaram sobre a interseccionalidade. O termo surgiu a partir da luta de intelectuais negras que notaram que as demandas levantadas pelos líderes dos movimentos negros, quase todos homens, desconsideravam a especificidade da experiência das mulheres negras (Moreira, 2017a, p. 110).

Estas intelectuais demonstraram que não devemos considerar que as pessoas são prejudicadas por um único fator de discriminação. Denunciaram que os homens negros sofriam as consequências da discriminação racial, mas que eram beneficiados por um sistema patriarcal, o que os diferenciava das mulheres negras. Alegavam também que mulheres negras e brancas sofrem os efeitos do sexismo, mas as últimas compartilham os privilégios de serem brancas. Com isso, a interseccionalidade denuncia que a experiência social da mulher negra é marcada pela ação conjunta do racismo e sexismo (Moreira, 2017a, p. 112).

Acho importante sublinhar que quando terminei as entrevistas, concluí algo aparentemente banal, mas que revela o quanto o racismo é negligenciado pelas (os) docentes nos cursos de formação. Todas as quinze psicólogas que entrevistei concluíram o curso na década de 2010, treze delas disseram que não estudaram nada sobre o racismo no curso. O que me incomodou é que já tínhamos um conjunto considerável de obras já publicadas que poderiam ter sido observadas durante a graduação.

Tornar-se Negro, da psicanalista Neusa Santos Souza, foi lançado no começo da década de 1980. *Significações do Corpo Negro*, tese escrita por Isildinha Baptista Nogueira foi publicada em 1998. Ricardo Franklyn Ferreira

lançou *Afrodescendente: Identidade em Construção* em 2000. A primeira publicação de *Psicologia Social do Racismo* é de 2002. No mesmo ano, Maria Aparecida Silva Bento defendeu sua tese, *Pactos narcísicos no racismo*. Elisa Larkin Nascimento lançou *O Sortilégio da Cor* um ano depois⁶⁵.

Tive oportunidade de ler as seis obras mencionadas. Elas poderiam ter estimulado importantes diálogos sobre o racismo durante a nossa graduação. Listei rapidamente apenas algumas obras de psicólogas (os) ou psicanalistas que li e nem foi preciso recorrer a livros de outras áreas para demonstrar que tínhamos um número suficiente de publicações para estudarmos na formação em Psicologia⁶⁶.

A falta de preparo sobre como lidar com a discriminação racial afeta consideravelmente a qualidade dos serviços que prestamos (Nascimento, 2003; Santana, 2017; Tavares & Kuratani, 2019). No entanto, senti que as profissionais que eu entrevistei estavam bem preparadas para lidar com estas questões, pois muitas buscaram estudar sobre o tema depois que se formaram.

Todas elas contaram fatos que comprovavam que o preconceito e a discriminação racial interferiam muito em suas atividades, mas mesmo assim, alguns de seus companheiros de trabalho subestimavam os efeitos do racismo. As interlocutoras disseram também que o tema é habitualmente desvalorizado nos debates acadêmicos que elas participam. Relataram que em alguns casos, elas mesmas eram alvo de chacotas ou de ações que as constrangiam.

A pesquisa de Mônica Santana, realizada com nove psicólogas (os) que trabalhavam em serviços de saúde em uma cidade de São Paulo foi uma das mais relevantes que eu li. De forma resumida, ela concluiu que as (os) profissionais não haviam estudado sobre as questões raciais na graduação; havia provas de que os profissionais negros passavam por situações de discriminação nos seus ambientes de trabalho e de que não havia narrativas sobre qualquer intervenção ou planejamento para eliminação de práticas preconceituosas e discriminatórias nestes ambientes (Santana, 2017, p. 11).

⁶⁵ Elisa Nascimento, viúva do militante Abdias do Nascimento, não é graduada em Psicologia, mas possui Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo.

⁶⁶ *Pele Negra, Máscaras Brancas*, do psiquiatra Franz Fanon, foi mencionado com frequência pelas entrevistadas. A obra original é da década de 1950.

Importante sublinhar que havia evidências de que funcionários da equipe de saúde eram discriminados nas instituições em que trabalhavam. Mesmo assim, isto não conseguiu mobilizar as equipes a tomarem medidas para mudar este panorama. Oito profissionais de Psicologia entrevistadas (os) eram brancas (os) e apenas uma era negra. A pesquisadora fez outra observação que considero muito pertinente.

O Governo Federal havia elaborado uma tática de combate ao racismo que foi boicotada pelos profissionais do município estudado. Nenhum serviço de saúde visitado pela pesquisadora apresentava os cartazes informativos do “136”, linha de atendimento telefônico criada pelo Ministério da Saúde para denunciar casos de discriminação racial, apelidado de Disque Racismo (Santana, 2017, p. 126).

A investigadora destacou ainda que os cartazes, confeccionados com a intenção de enfrentar o racismo institucional no SUS, exibiam profissionais negras (os) com as frases: “*Não fique em silêncio. Racismo faz mal à saúde. Denuncie, ligue 136!*”. Ela relatou que alguns destes anúncios foram recortados e que ironicamente, os cartazes pareciam estar solicitando apenas “silêncio” (Santana, 2017, p. 126).

Figura 1 – Não fique em silêncio / Silêncio.



A discussão sobre o silêncio em relação ao racismo é bastante oportuna. Em agosto de 2014, o goleiro Aranha disputava uma partida no Rio Grande do Sul. O Grêmio era o time da casa naquela ocasião e Aranha vestia a camisa

santista. Com a bola rolando, o atleta negro solicitou que o árbitro parasse a partida, pois a torcida gremista estava o insultando com ofensas racistas. Pelé, o maior ídolo da história do Santos, se pronunciou sobre o caso:

O Aranha se precipitou em querer brigar com a torcida. Se eu fosse querer parar o jogo cada vez que me chamassem de macaco ou crioulo, todos os jogos iriam parar. O torcedor grita mesmo. Temos que coibir o racismo. Mas não é num lugar público que você vai coibir. O Santos tinha Dorval, Coutinho, Pelé... todos negros. Éramos xingados de tudo quanto é nome. Não houve brigas porque não dávamos atenção. *Quanto mais se falar, mais vai ter racismo* (Verissimo, 2017, p. 234, grifos meus).

A postura de Pelé, conhecido como um dos maiores atletas da história, não é incomum. Na prática, é possível imaginar que este silêncio só contribuiria para a manutenção de disparidades raciais e de atos discriminatórios⁶⁷. Bento (2002) afirma que existe um pacto narcísico entre os brancos, que implica na negação, uma desconformidade com o problema, na esperança de que isto mantenha os privilégios raciais desta população.

Bento sublinha que o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco nas desigualdades raciais no Brasil possui um forte componente de autopreservação. Ela aponta que a afirmação de que há desigualdades raciais, mas que não há discriminação é outro traço deste pacto (Bento, 2002).

Almeida (2018, p. 40) destaca que ainda que não se possa culpar juridicamente o sujeito que prefere se calar diante do racismo, uma vez que o racismo faz parte da estrutura social, o silêncio certamente torna o indivíduo ética e politicamente responsável pela manutenção desta forma de discriminação. A mudança da sociedade depende sobremaneira da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.

Além disso, o silêncio provoca profunda aflição aos sujeitos que são prejudicados nas relações raciais, pois eles podem se sentir desamparados por pessoas mais próximas ou pela sociedade. Eles ainda podem ser considerados complexados e culpados pela situação de humilhação que sofreram (Munanga, 2017, p. 40; Cavalleiro, 2017, p. 100). A psicóloga e psicanalista Maria Lúcia da

⁶⁷ O Grêmio foi eliminado da Copa do Brasil daquele ano, decisão inédita no futebol brasileiro. O clube recebeu ainda uma multa de 50.000 reais. O árbitro da partida, Wilson Pereira Sampaio, também foi multado, pois não descreveu o episódio na súmula da partida. O Grêmio já havia sido punido em março daquele mesmo ano, pois o zagueiro Paulão, do arquirrival Internacional, havia sido chamado de macaco por vários torcedores do time gaúcho.

Mais informações em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/04/deportes/1409847233_297463.html

Silva relembra um depoimento compartilhado com ela e que ilustra a banalização desse intenso sofrimento:

das humilhações, do desprezo, da violência física e moral, do medo e da solidão que tantas vezes senti, pelos olhares, pelos xingamentos; várias vezes eu passava o recreio sozinha no pátio ou me trancava no banheiro para chorar.

Eu lembro que um dia fiquei triste, porque fui calcular os dias em que me xingavam e[...] praticamente eram todos os dias [...]. Eu fiquei triste porque todos os dias tinha que lidar com as mesmas coisas. Minha mãe dizia que se a gente não desse bola, eles paravam. Quase nunca funcionava. Eu só tinha sete anos (Silva, 2017, p. 81).

O silêncio em relação ao racismo, visto como bálsamo por alguns ou como a grande solução para outros, é incapaz de reduzir os problemas provocados pela discriminação⁶⁸. Ao contrário, impede qualquer transformação da sociedade e contribui para manutenção das desigualdades baseadas na noção de raça. O silêncio seria assim, uma espécie de remédio pior do que a doença.

Quanto a Psicologia, vale a pena recordar que as primeiras turmas de profissionais começaram a ser formadas entre o final da década de 1950 e início dos anos 60. Era uma área com forte tendência para avaliação de problemas educacionais e vários dos professores eram oriundos de outros países (Romaro, 2014, p. 28).

A década de 1960 acompanhou o crescimento da Psicologia Social no país. Ainda que concomitantemente estivesse ocorrendo uma crise teórica internacional, atmosfera que abalou os estudos do campo psicossocial, a psicologia cresceu dentro de empresas e em outras instituições. As práticas de dinâmica de grupo e de intervenções psicossociológicas que privilegiavam relações interpessoais, terapêuticas e empresariais ganharam destaque. Isso causou um aumento de cursos de psicologia em território nacional (Bomfim, 2003, p. 136).

Mas foi apenas na década de 80 que aconteceu um aumento de práticas psicossociais, que lidavam com problemas concretos da sociedade. Trabalhos estavam sendo realizados em comunidades pobres, com grupos sociais desprivilegiados, em instituições prisionais, hospitais, organizações de amparo

⁶⁸ *“Como um bálsamo, o silêncio abrandava as dores da alma”* é o nome do último subcapítulo do livro *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar*, de Eliane Cavalleiro. Ela faz severas críticas ao trabalho de algumas educadoras que entendiam que o silêncio de alunos negros e de suas famílias seria o melhor posicionamento contra o racismo que ocorria dentro das escolas. Obviamente, as crianças continuavam passando por repetidos rituais de humilhação.

a jovens, etc. Nesta década surgiria também a Associação Brasileira de Psicologia Social [ABRAPSO] (Bomfim, 2003, p. 139). Importante frisar que

A ABRAPSO, desde sua origem, na década de 1980, teve como princípio ético o desenvolvimento de uma Psicologia Social que abordasse a realidade brasileira em suas plenas contradições e que criasse novos espaços de participação social e mobilizações interventivas, com o objetivo de enfrentar desigualdades e fortalecer os processos de emancipação social (Mayorga, Pereira, Rasera, 2014, p. 10).

Mesmo assim, o racismo ainda não tem o merecido destaque na formação das Psicólogas. E por que continuamos não dando a devida atenção aos estudos sobre racismo durante os cursos de graduação? Não há uma resposta fácil para esta questão, mas vou tentar usar outra Resolução do Conselho de Psicologia para tentar analisar esta situação.

As resoluções do CFP foram criadas para ressaltar as normas e procedimentos que norteiam e legislam a atuação profissional. Foram redigidas também com o intuito de acompanhar demandas emergentes da sociedade, pois elas exigem um repensar de métodos, de técnicas e posicionamentos das profissionais (Romaro, 2014, p. 45).

Uma dessas regulamentações, a Resolução 001/1999, estabeleceu as normas de atuação para as psicólogas em relação à questão da Orientação Sexual. Uma das considerações do documento diz que “na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, a psicóloga é *frequentemente* interpelada por questões ligadas à sexualidade” (CFP, 1999, grifos meus).

Na Resolução 018/2002, não foi mencionada a regularidade que as profissionais são chamadas para falarem sobre o racismo. Será que as psicólogas estão sendo chamadas para contribuir para a superação da discriminação racial em nosso país? O mito da democracia racial estaria fazendo com que as psicólogas e os psicólogos ignorem os efeitos do racismo? Por isso, acho bom falarmos minimamente sobre o papel social da Psicologia⁶⁹.

Os princípios fundamentais da profissão asseveram que as psicólogas deverão trabalhar visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas

⁶⁹ Os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais. Assim, os papéis organizariam nossas funções dentro de determinada sociedade (Castells, 2002, p. 23). Por isso, as pessoas levam veículos com problema para mecânicos (as) e crianças com febre a pediatras, não o contrário.

e das coletividades e contribuirão para a eliminação de quaisquer formas de negligência, **discriminação**, exploração, violência, crueldade e opressão (Romaro, 2014, p. 17, grifos meus).

Os princípios versam ainda que as profissionais trabalharão com responsabilidade social, **analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural**. É importante realçar ainda que é responsabilidade das profissionais atuarem com fundamentos da ciência psicológica, da ética e da legislação profissional (Romaro, 2014, p. 18, grifos meus).

Os debates sobre o racismo não deveriam ser irrelevantes dentro de nossa profissão. Não há brechas em nossos princípios capazes de justificar esta postura. As minhas interlocutoras disseram reiteradamente que a Psicologia é uma profissão branca e talvez esta seja uma causa para o habitual descaso com a discriminação racial.

O próprio Conselho Federal afirmou recentemente que um dos motivos que pode estar contribuindo para que a Psicologia não esteja discutindo ou pesquisando as consequências da branquitude é que a maioria de suas profissionais é branca. Isto acaba impedindo que os efeitos do racismo sejam analisados, desvelados e posteriormente combatidos (CFP, 2017, p. 103).

Além disso, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 184) já havia destacado que a perspectiva de que a raça, ou outra diferença correlata, influencia a maioria das sociedades ainda é muito refutada. Por isso, a construção de um consenso sobre a importância da luta antirracista por profissionais e instituições pode ser imensamente árdua.

Agora que tenho condições de rever toda a trajetória da pesquisa, constato um fato que me incomoda bastante. Consegui entrevistar dez mulheres negras, duas mulheres brancas, duas mulheres indígenas e um homem negro. Através da técnica de bola de neve, eu tive a chance de ao menos conversar com outras cinco mulheres negras, uma branca e dois homens negros. Ou seja, cheguei a entrar em contato com vinte e três profissionais, mas em nenhum momento na produção desta dissertação eu tive a oportunidade de entrevistar um homem branco, psicólogo e que tivesse envolvido na luta antirracista.

Nos anos de 2018 e 2019, participei de pelo menos sete debates sobre a discriminação racial e estive presente em algumas reuniões das Comissões de

Psicologia e Relações Étnico-Raciais de Minas Gerais, recebi outros contatos telefônicos das profissionais que eu entrevistei e realmente não tive oportunidade de entrevistar nem sequer um psicólogo branco que tivesse empenhado na superação do racismo brasileiro. Vale frisar que a hierarquia de privilégios estabelecida na nossa sociedade beneficia aqueles que mais se aproximam do modelo da identidade do homem, branco, heterossexual e rico (Carneiro, 2000, p. 321).

As profissionais que eu entrevistei me ajudaram a responder se o pertencimento racial interferiria na participação das psicólogas no combate ao racismo. Muitas psicólogas negras disseram que se motivaram a compreender e a combater o racismo quando perceberam que faziam parte de grupos historicamente discriminados. Algumas disseram que acreditavam que a discriminação que sofriam era apenas de classe e que não era motivada pela cor de suas peles ou pertencimento étnico. Ao concluírem que suas experiências pessoais eram profundamente impactadas pelo preconceito racial, passaram a se envolver na luta pela superação do racismo.

As interlocutoras negras disseram que tinham dolorosas memórias, principalmente sobre a forma com que seus cabelos eram constantemente criticados. Por isso, muitas delas disseram que alisaram os cabelos durante quase toda a vida e só abandonaram este processo ao passarem por uma reelaboração e aceitação de uma identidade negra positiva. Sobre este tema, Grada Kilomba afirmou que:

Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. *Dreadlocks*, rasta, cabelos crespos ou “*black*” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação à “raça”, gênero e beleza (Kilomba, 2019, p.127).

As psicólogas indígenas relataram que suas identidades precisam ser constantemente explicadas. São questionadas se são realmente indígenas ou se são “apenas descendentes”. E é por este motivo que elas fazem questão de participarem de eventos da Psicologia utilizando seus cocares e pinturas, mesmo sabendo que podem ser vistas erroneamente como pessoas exóticas.

Contaram que o uso da saia de palha e de outros símbolos tradicionais que fazem parte do patrimônio cultural dos Povos Indígenas continua motivando

críticas das pessoas que moram nas cidades. Ao mesmo tempo, os indígenas também são reprovados quando são vistos vestindo as roupas consideradas próprias do contexto urbano em suas aldeias.

Mesmo tendo consciência de que falar sobre o racismo exige a recordação e partilha de memórias muito dolorosas, as psicólogas afirmaram que compartilhar experiências pode ser impactante para todos os envolvidos, desde que estes sujeitos se respeitem. Thomas (2005, p. 267) afirma que nem toda informação do mundo pode fazer uma pessoa se engajar no combate ao racismo, mas que o aprendizado em conjunto pode ser realmente transformador, pois pode mudar a dedicação de um compromisso por princípio em uma realidade empírica.

Thomas atestou que os atos de justiça e injustiça não são determinados exclusivamente pelo afetivo, mas o afetivo pode influenciar corretamente o nosso comportamento (2005, p. 258). A psicóloga Maria Aparecida Silva Bento tem estudado as relações raciais entre brancos e negros e afirma que mesmo diante de grandes desafios, ela assegura que a vivência com o tema tem revelado que esta é uma genuína experiência de formação política (Bento, 2014).

Ela afirmou que não achava correto culpar as pessoas pelo que aprenderam sobre racismo e preconceito em suas famílias, meios de comunicações ou na escola, mas que os sujeitos precisariam assumir a responsabilidade de notar e interromper seus comportamentos discriminatórios e opressivos à medida que adquirem uma maior compreensão sobre o racismo. As pessoas devem ouvir exemplos que demonstrem que a mudança, individual ou institucional, é possível. Além disso, torna-se importante o destaque de que essa transformação deve ser encarada como um processo contínuo (Bento, 2014, p. 156).

Acredito que eu esteja inclinado a encerrar esta dissertação com certo otimismo, pois eu acreditava que a dificuldade que enfrentávamos era de uma ciência psicológica incompleta, mas acho que o problema é de postura política frente ao problema. Precisamos continuar a pesquisar o racismo incessantemente. Mas percebo que já há profissionais que seriam capazes de debater sobre o tema e de lecionar com propriedade sobre uma disciplina que se dedicasse ao racismo.

Há muitas formas de discriminação em nossa sociedade. Compreendo que a racialização das experiências das interlocutoras foi importante, mas acho imprescindível que futuras pesquisas não deixem de articular gênero e raça. Algumas entrevistadas deram ênfase sobre as desigualdades e violências de gênero e assim como Djamila Ribeiro (2017, p. 71), afirmaram que essas opressões agem de forma combinada e que por isso precisam ser combatidas de forma indissociável.

Collins (2016, p. 121) destacou que as feministas negras defendem que a simultaneidade de opressões não pode ser negligenciada, pois é uma questão que influencia negativamente nosso sistema econômico e nossa sociedade. Por este motivo, qualquer exame sobre mecanismos discriminatórios do mercado de trabalho, estruturas organizacionais, mobilidade ocupacional ou diferença salarial que não leve em conta as questões de raça e gênero são menos abrangentes e conseqüentemente, podem ser questionadas⁷⁰.

As colegas de profissão que me concederam entrevista utilizaram metáforas que sugeriam o enfrentamento à discriminação. Disseram que estão envolvidas na “luta” contra o racismo, que é necessário “atacar a estrutura”, que ainda precisam “chutar portas” ou “colocar o dedo na cara” para conseguirem avançar nos debates. Fairclough (2016, p. 251) realça que a militarização do pensamento é também a militarização da prática social.

Fairclough (2016, p. 126) afirma que as ideologias podem naturalizar posições hierárquicas e sustentar relações desiguais de poder, mas que os sujeitos são capazes de agir criativamente para realizar conexões particulares para enfrentar os investimentos ideológicos a que são expostos e de reestruturar práticas e estruturas hierárquicas.

Ele garantiu ainda que a mudança discursiva exige formas de transgressão, cruzamento de fronteiras, discussão de temas em lugares geralmente proibidos (Fairclough, 2016, p. 133). Esta transgressão de barreiras parece uma das estratégias de minhas interlocutoras. Jurema, uma de minhas

⁷⁰ Relembro um importante registro de Kimberlé Crenshaw (2002, p. 187), destacando que o documento *Women 2000* do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pedia atenção especial aos direitos de mulheres vulneráveis. Mesmo assim, este órgão não fez nenhuma consideração sobre a raça, cor, etnia ou de qualquer eixo de identidade que influencia a discriminação de mulheres marginalizadas. Ela sublinha sua apreensão com esta situação, pois esse grave desleixo aconteceu em um contexto em que se pretendia promover maior inclusão.

entrevistadas indígenas, ilustrou sua estratégia dizendo que antes era dura como pedra, mas que percebeu que era necessário “ser como a água, que com toda a leveza dela, passa por todas as pedras. E a pedra, se bate de frente com outra pedra, ela quebra”.

As profissionais demonstraram compreensão de que os efeitos do racismo que precisamos enfrentar são causados por uma estrutura que sustenta a discriminação. Por reconhecerem um leque de problemas gerados pelo nosso preconceito racial, elas mantiveram o diálogo focado em nossa realidade, sem buscar qualquer distração que sugerisse que o racismo brasileiro é “melhor” do que outros.

Se pensarmos em nosso racismo estrutural, vemos um panorama preocupante, pois o Estado age constantemente contra as minorias raciais brasileiras. Em 2019, a *Human Rights Watch* fez considerações importantes sobre os riscos que a democracia corria ao redor do mundo. A organização declarou que lideranças autocratas estavam sendo eleitas em vários países e contribuindo para a deterioração da democracia. O Brasil foi citado durante a análise deste problema (2019b, p. 1).

Estes líderes são eleitos democraticamente e assim que assumem o poder, culpam minorias por uma série de “problemas nacionais” com a finalidade de obter apoio popular. O Estado de Direito, as organizações de Direitos Humanos, a imprensa e grupos da sociedade civil também são alvos destes governantes (*Human Rights Watch*, 2019b, p. 1).

Essas considerações divulgadas pela entidade no início de 2019 poderiam ser consideradas praticamente um roteiro do que aconteceu no Brasil durante os últimos meses. O novo relatório frisa que o Estado assumiu uma postura contra os direitos humanos no primeiro ano do presidente Bolsonaro, atitude que colocou em risco populações que já se encontravam em situações de maior vulnerabilidade (*Human Rights Watch*, 2020, p. 83).

Além disso, o relatório sublinha que ditaduras e ditadores recebem elogios de membros e aliados do atual governo. Torturas são vistas com bons olhos e torturadores são considerados heróis nacionais⁷¹. Ressalta ainda que figuras relevantes no cenário político nacional têm incentivado os policiais a matarem

⁷¹ As ponderações do Observatório de Direitos Humanos podem ser encontradas em português em <https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/337663>

qualquer suspeito. O próprio presidente afirmou que os criminosos deveriam morrer como baratas nas ruas (*Human Rights Watch*, 2020).

No estado do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel tem encorajado os policiais a matarem “suspeitos” armados. No entanto, em abril de 2019, soldados do exército abriram fogo contra uma família negra dentro de um carro, matando o motorista. Um civil que tentou acudir as pessoas no veículo também foi morto. A polícia não encontrou nenhuma arma de fogo com os passageiros. A morte da garota negra Ágatha Félix foi um dos casos mais emblemáticos da violência policial no Rio. A criança, morta por um policial durante uma operação em setembro, tinha somente oito anos.

O relatório também aponta que os defensores do Meio Ambiente estão enfrentando sérios problemas desde o início do mandato do atual presidente. Redes criminosas que promovem a extração ilegal de madeira na Amazônia contam com a impunidade e com declarações imprudentes de nossos governantes, que acabam promovendo um panorama aterrorizante para os Povos Indígenas, moradores de comunidades locais e defensores públicos comprometidos com a proteção das florestas (*Human Rights Watch*, 2020, p. 89).

De mais a mais, se permanecermos em silêncio enquanto estereótipos racistas são propagados sem censura, se continuarmos a desprezar os efeitos do racismo na vida da população e a ignorar as práticas discriminatórias no interior das instituições, só haverá um vencedor no combate à democracia racial brasileira: o mito.

Referências Bibliográficas

Alexander, M. (2017). *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução: Pedro Davoglio. 1 Ed. São Paulo: Boitempo.

Almeida, S. de. (2018). *O que é racismo Estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento.

Amar, P. (2005). Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In Musumeci, L. & Ramos, S. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 229-281.

Bastide, R. & Bergue, P. V. den. (2008). Estereótipos, Normas e Comportamento Inter-racial em São Paulo In Bastide, R. & Fernandes, F. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4 Ed. rev. São Paulo: Global, 293-302.

Bastide, R. & Fernandes, F. (2008). *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4 Ed. rev. São Paulo: Global.

Benedito, M. de S. (2018). *A relação entre Psicologia e Racismo: as heranças da clínica psicológica*, São Paulo. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresarias e no poder público*, São Paulo. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo, SP, Brasil.

Bento, M. A. S. (2014). Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro In Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 147-162.

Berth, J. (2019). *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen.

Blalock, H. M. Jr. (1982). *Race and Ethnic Relations*. New Jersey: Prentice-Hall.

Blum, L. (2005). O que as explicações de "Racismo" causam? In Levine, M. P. & Pataki, T. (Orgs.). *Racismo em Mente*, Tradução: Fábio Assunção Lombardi Rezende, São Paulo: Madras, 71-94.

Bomfim, E. M. (2003). Contribuições para a história da psicologia social no Brasil In Jacó-Vilela, A. M., Rocha, M. L. & Mancebo, D. (Orgs.). Psicologia social: relatos na América Latina. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

Borges, A. C. (2007). De Jim Crow a Langston Hughes: “Quando a música começou a ser outra”. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras do Departamento de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa, Portugal.

Botelho, P. S. & Pereira, A. A. (2018). Psicologia pra que? Psicologia pra quem? Sobre Relações étnico-raciais e educação antirracista In Revista Akeko. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1. Recuperado em 04 dezembro, 2018, de <https://revistaakeko.com/pagina-inicial/>, 11-24.

Brasil, Fundação Nacional de Saúde (2002). Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2 Ed. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado em 13 novembro, 2019, de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf.

Brasil, Presidência da República (1945). Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945. Rio de Janeiro-RJ. Recuperado em 13 fevereiro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7967.htm

Brito, R., Lopes, D. & Vala, J. (2015). Expressões dos racismos em Portugal [documento eletrônico]. 2 Ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cardoso, L., Costa, E. S. & Schucman, L. V. (2012, julho/agosto/setembro/outubro). Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: Paridade e Assimetria Racial In Revista da ABPN. Volume 4, nº 8, 15-29.

Carlin, J. (2009). Conquistando o Inimigo: Nelson Mandela e o jogo que uniu a África do Sul. Rio de Janeiro: Sextante.

Carneiro, S. (2000). Estratégias legais para promover a justiça Social In Guimarães, A. A. S. & Huntley, L. Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz & Terra.

Carneiro, A. S. (2005). A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Carone, I. (2014). Breve Histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira In Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.) Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 13-24.

Carreira, D. (2018). O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista In *Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, v. 15, n. 28. Recuperado em 29 abril, 2019, de <https://sur.conectas.org/o-lugar-dos-sujeitos-brancos-na-luta-antirracista/>, 127-137.

Carvalho, J. J. (2005). Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB In *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, Ano 11, n. 23, pp. 237-246. Recuperado em 14 dezembro, 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a18v1123.pdf>.

Castelar, M. & Santos, C. C. de O. (2012). Relações Raciais no Ensino de Psicologia In *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*. Salvador, 75-86, dez.

Castells, M. (2002). O Poder da identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Castro, R. D. de. (2017). "Nós queremos reitores negros, saca?": trajetórias de universitários negros da classe média na UFMG. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Cavalleiro, E. (2017). Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6 Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto.

Chiriboga, O. R. (2006). O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano In *Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, v. 3, n. 5. Recuperado em 22 julho, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n5/v3n5a03.pdf>, 43-70.

Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro In *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1. Recuperado em 10 dezembro, 2018, de <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>, 99-127.

Conselho Federal de Psicologia. (1999). Resolução CFP N.º 001/1999 de 22 de março de 1999. Recuperado em 20 fevereiro, 2019, de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.

Conselho Federal de Psicologia. (2002). Resolução CFP N.º 018/2002. Recuperado em 30 outubro, 2017, de <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-cfp-18-2002/>.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Recuperado em 04 dezembro, 2019, de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.

Conselho Federal de Psicologia. (2017). Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP. Recuperado em 30 janeiro, 2018, de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (2018). Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia /Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia/Associação Brasileira de Ensino de Psicologia/ Federação Nacional dos Psicólogos. Recuperado em 16 setembro, 2018, de <https://site.cfp.org.br/relatorio-final-ano-da-formacao-em-psicologia/>.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero In Revista Estudos Feministas, vol.10, n.1, pp.171-188. Recuperado em 12 outubro, 2019, de <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

Demo, P. (2009). Metodologias Alternativas – Algumas Pistas Introdutórias In Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 229-257.

Dias, F. V. (2011). “Sem querer você mostra seu preconceito!”: um estudo sobre as relações raciais entre jovens estudantes de uma escola de Ensino médio. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Dutra, J. C. O. & Mayorga, C. (2019). Mulheres indígenas em movimentos: Possíveis articulações entre gênero e política In Psicologia: Ciência e Profissão, 39(n.spe). pp. 113-129. Recuperado em 14 dezembro, 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v39nspe/1982-3703-pcp-39-spe01-e221693.pdf>

Fairclough, N. (2016). Discurso e mudança social. 2 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Fazzi, R. de C. (2012). O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Ferreira, R. F. (2009). Afro-descendente: identidade em construção. 1 Ed. Rio de Janeiro: Pallas.

Ferreira, P. (2012). Mãe denuncia racismo contra filha de 4 anos; aluna é xingada de ‘preta horrorosa’. Recuperado em 10 junho, 2016, de <https://www.geledes.org.br/mae-denuncia-racismo-contra-filha-de-4-anos-aluna-e-xingada-de-preta-horrorosa/>

Ferreira, F. L. (2018). Democracia Racial Brasileira: uma piada sem graça In *Mediações*, Londrina, v. 23, n. 1, pp. 193-242. Recuperado em 07 julho, 2019, de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24520>.

Figueiredo, A. (2002). *Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume / Sociedade Brasileira de Instrução / Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

Fonseca, D. J. (2012). *Você conhece aquela? a piada, o riso e o racismo à brasileira*. São Paulo: Selo Negro.

Fry, P., Maggie, Y., Maio, M. C., Monteiro, S. & Santos, R. V. (Orgs.) (2007). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gaskell, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer & G. Gaskell. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes, 2 ed, Petrópolis: RJ, 64-89.

Góes, J. R. P. de (2007). O racismo vira lei In Fry, P., Maggie, Y., Maio, M. C., Monteiro, S. & Santos, R. V. (Orgs.) *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 195-199.

Gomes, N. L. (2005). Educação e relações raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação In Munanga, K. (Org.) *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 143-154.

Gomes, N. L. (2017). *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. 3ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes.

Guimarães, A. S. A. (2001). Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito In *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. XX, n. 61, 147-162.

Guimarães, A. S. A. (2009). *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3 Ed. São Paulo: Editora 34.

Guimarães, A. S. A. (2012). *Classes, Raças e Democracia*. 2 Ed. São Paulo: Editora 34.

Harari, Y. N. (2016). *Sapiens: uma breve história da humanidade*. 12 Ed. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre, RS: L&PM.

Hobbes, T. (2009). *Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução: Rosna D'Angina. São Paulo: Martin Claret.

HUMAN RIGHTS WATCH. (2019a). Máfias do Ipê: Como a Violência e a Impunidade Impulsionam o Desmatamento na Amazônia Brasileira. Recuperado em 19 setembro, 2019 de <http://www.hrw.org/pt>.

HUMAN RIGHTS WATCH. (2019b). World Report 2019: Events of 2018. Recuperado em 10 abril, 2019 de <https://www.hrw.org/pt/world-report/2019>.

HUMAN RIGHTS WATCH. (2020). World Report 2020: Events of 2019. Recuperado em 19 janeiro, 2020 de <https://www.hrw.org/world-report/2020>.

Íñiguez, L. (2001). Identidad: De lo Personal a lo Social. Um Recorrido Conceptual In Crespo, E., *La constitución social de la subjetividade*, 209-225. Madrid: Catarata.

Kilomba, G. (2019). Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1 Ed. Rio de Janeiro: Cobogó.

Lacerda, J. B. de. (1912). O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e comentarios. Museu Nacional, UFRJ. Recuperado em 17 dezembro, 2016, de <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/0023.html>

Mamigonian, B. G. & Bissigo, D. N. (2018). População de Origem Africana In Rocha, I. de O. (Org.) Atlas Geográfico de Santa Catarina: população - fascículo 3. Florianópolis: Editora UDESC. pp. 70-89. Recuperado em 25 abril, 2019 de <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/mapas/-2/1254--454/file>

Mayorga, C. & Prado, M. A. M. (2010). Democracia, instituição e a articulação de categorias sociais In Mayorga, C. (Org.). *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: UFMG, 46-70.

Mayorga, C., Donato, C. R., Borges, L. A. & Souza, L. M. (2013). Psicologia social do racismo e a formação em psicologia In Revista Eureka - Revista Científica de Psicologia, v. 10, 254-270.

Mayorga, C., Pereira M. S. & Rasera, E. F. (2014). Psicologia social: sobre desigualdades e enfrentamentos. 1 Ed. 4ª reimpressão. Curitiba: Editora Juruá.

Mazama, A. (2009). A afrocentricidade como um novo paradigma In Nascimento, E. L. (Org.); Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 111-128.

Moreira, A. J. (2016). Miscigenando o círculo do poder: ações afirmativas, diversidade racial e sociedade democrática. Revista da Faculdade de Direito UFPR, 61(2), 117-148.

Moreira, A. J. (2017a). O que é discriminação? Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, Justificando.

Moreira, A. J. (2017b). Cidadania Sexual: estratégias para ações inclusivas. Belo Horizonte: Arraes Editores.

Moreira, A. J. (2019). Racismo Recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen.

Morin, E. (2015). Introdução ao Pensamento Complexo. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Suliana.

Munanga, K. (1986). Negritude – usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática.

Munanga, K. (2011). Por que ensinar a História do Negro na escola Brasileira? In NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, Londrina, v. 1, 62-67.

Munanga, K. (Org.) (2005). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Munanga, K. (2014). Prefácio In Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.) Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 9-11.

Munanga, K. (2017). As ambiguidades do Racismo à Brasileira In Kon, N. M.; Abud, C. C. & Silva, M. L. da (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. 1 Ed. São Paulo: Perspectiva, 33-44.

Musumeci, L. & Ramos, S. (2005). Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Nações Unidas no Brasil. (2017). Pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil. Recuperado em 14 fevereiro, 2018 de <https://nacoesunidas.org/vidasnegras/>

Nascimento, A. do (1978a). O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Nascimento, A. do (1978b). Abdias do Nascimento In Cavalcanti, P. C. U. & Ramos, J. (Orgs.) *Memórias do Exílio, Brasil 1964 – 19??*. São Paulo: Editora Arcadia, 23-52.

Nascimento, E. L. (2003). O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro.

Nascimento, E. L. (Org.); (2008a). *A Matriz Africana no Mundo*. São Paulo: Selo Negro.

Nascimento, E. L. (Org.); (2008b). *Cultura em movimento: matrizes Africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.

Nogueira, O. (1998). *Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Nogueira, O. (2007). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil In *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, pp. 287-308. Recuperado em 30 agosto, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>

Noguera, R. (2014). *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. 1 Ed. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional.

Norvell, J. (2001). *A branca desconfortável das camadas médias brasileiras* In Maggie, Y. & Rezende, C. B. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Paixão, M. (2005). Antropofagia e racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais In Ramos, S. & Musumeci, L. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 283-318.

Passos, E. (2007). *Ética e Psicologia: teoria e prática*. São Paulo: Ed. Vetor.

Pena, S. D. J. (2007). *Ciências, Bruxas e Raças* In Fry, P., Maggie, Y., Maio, M. C., Monteiro, S. & Santos, R. V. (Orgs.) *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 43-48.

Pena, S. D. J. (2008). *Humanidade sem raças?* São Paulo: Publifolha.

Pereira, A. D. (2012). *A revolução sul-africana: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional?* São Paulo: Editora UNESP.

Pires, M. F. C. (2014). *Docentes negros na universidade pública brasileira: docência e pesquisa como resistência e luta*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, Brasil.

Potiguara, E. (2004). *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global.

Ribeiro, D. (2017). O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento.

Romaro, R. A. (2014). Ética na Psicologia. 4 Ed. 3ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes.

Roudinesco, E. (2010). Retorno à questão judaica. Tradução: Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Sansone, L. (1996). As Relações Raciais em Casa-Grande & Senzala Revisitadas à Luz do Processo de Internacionalização e Globalização In Maio, M. C. & Santos, R. V. (Orgs.); Raça, Ciência e sociedade. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz/CCBB, 207-218.

Santana, M. F. (2017). “Muito além da cor da pele”: psicologia, saúde mental e relações étnico-raciais em serviços públicos de saúde do município de Suzano, São Paulo. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Santos, I. A. A. dos. (2013). Direitos humanos e as práticas de racismo. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara.

Santos, A. de O. dos, Schucman, L. V. & Martins. H. V. (2012). Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais In *Psicologia, Ciência e Profissão*, 166-175.

Santos, A. de O. dos, Schucman, L. V. (2015). Desigualdades, relações raciais e a formação de psicólogos(as). In *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, Vol. 6, nº 2, jul-dez, 117-140.

Schwarcz, L. M. (2012). Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1 Ed. São Paulo: Claro Enigma.

Schwarcz, L. M. (2017a). Raça, Cor e Linguagem In Kon, N. M.; Abud, C. C. & Silva, M. L. da (Orgs) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. 1 Ed. São Paulo: Perspectiva, 91-120.

Schwarcz, L. M. (2017b). Um presente tomado de passado: questão racial, um déficit na nossa cidadania In Botelho, A. & Starling, H. M. (Orgs.) *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 141-162.

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2007). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Recuperado em 14 novembro, 2018, de

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf

Silva, C. D. (1995). *Negro, qual é o seu nome?* 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições.

Silva, M. L. (2017). Racismo no Brasil: Questões Para Psicanalistas In Kon, N. M.; Abud, C. C. & Silva, M. L. da (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. 1 Ed. São Paulo: Perspectiva, 71-89.

Siqueira, M. L. (2002). Identidade e racismo: a ancestralidade africana reelaborada no Brasil In Vários Autores. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

Spink, M. J. P. (2015). Clientes, cidadãos, pacientes: sobre as múltiplas lógicas de cuidado na atenção à saúde” In *Saúde Social*, vol. 24, 115-123. Recuperado em 04 maio, 2018, de <https://scielosp.org/pdf/sausoc/2015.v24suppl1/115-123/pt>

Stevenson, B. (1991). Debate: Não à pena de morte In *NÃO à pena de morte*. São Paulo: Geledés.

Tabacof, H. (2017). Dessemelhanças e Preconceitos In Kon, N. M.; Abud, C. C. & Silva, M. L. da (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. 1 Ed. São Paulo: Perspectiva, 45-55.

Tavares, J. S. C. & Kuratani, S. M. de A. (2019). Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras” In *Psicologia: Ciência e Profissão* [online], vol. 39. pp. 1-13. Recuperado em 16 julho, 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v39/1982-3703-pcp-39-e184764.pdf>.

Thomas, L. (2005). Igualdade Invertida: Uma Resposta ao Pensamento Kantiano In Levine, M. P. & Pataki, T. (Orgs.). *Racismo em Mente*, Tradução: Fábio Assunção Lombardi Rezende, São Paulo: Madras, 250-269.

Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Twine, F. W. (1998). *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy*. New Brunswick, Rutgers University Press.

Vergne, C. M., Vilhena, J., Zamora, M. H., & Rosa, C. M. (2015). A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas... In *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 516-528.

Veríssimo, T. G. (2017). O Racismo Nosso de Cada Dia e a Incidência da Recusa no Laço Social In Kon, N. M.; Abud, C. C. & Silva, M. L. da (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. 1 Ed. São Paulo: Perspectiva, 233-249.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto In *Temáticas*, Vol. 22, Nº 44, ago-dez, 203-220.

Anexos I e II – Roteiro das Entrevistas e TCLE**ROTEIRO ORIENTADOR DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

| |
|---|
| Experiências profissionais e pessoais com o racismo. Sofrimento e Enfrentamento. Psicologia e combate à discriminação racial. |
| 1) Como é a sua rotina? Fale-me sobre sua prática como psicóloga (o). |
| 2) Durante a graduação em Psicologia recebeu orientação ou participou de debates sobre a Resolução 018/02? |
| 3) Você acredita que houve suficiente diálogo e estudo de material bibliográfico para que tivesse conhecimento de formas para combater o racismo? |
| 4) Já presenciou profissionais de Educação ou de Psicologia hesitando em falar sobre a temática racial? |
| 5) Necessitou se atualizar ou se capacitar melhor sobre o racismo depois que encerrou a graduação? |
| 6) Você tem notado a busca por profissionais de Psicologia para atender sofrimento causado por discriminação racial? |
| 7) Já presenciou profissionais de Psicologia ou de outro setor se omitir em relação à práticas de racismo? |
| 8) Já foi discriminada ou já se percebeu reproduzindo dinâmicas de discriminação? |

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Psicologia e Afrocentricidade contra o racismo no Brasil.

Pesquisador responsável: Professora Doutora Cláudia Andrea Mayorga Tel.: (31) 34- -

Pesquisador auxiliar: Fernando Lana Ferreira Tel: (31) 986- -

Instituição Responsável: Departamento de Psicologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais.

Contatos: a) Profa. Dra. Cláudia Andrea Mayorga, Departamento de Psicologia – FAFICH – UFMG.

Av. Antônio Carlos, 6627 - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – 4º andar – Sala 4034 – Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Pampulha – Belo Horizonte – MG, 31270- - . Tel.: (31)34- - . b) COEP

– Comitê de Ética em Pesquisa – Av. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005 – Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Pampulha – Belo Horizonte – MG, 31270- - . Tel.: (31) 34- - .

Prezada (o) senhora (senhor),

Esta pesquisa faz parte de um trabalho de Mestrado em Psicologia e tem como objetivo principal compreender como psicólogas (os) tem contribuído em discussões e no combate contra o racismo. De forma mais específica, busca-se identificar e analisar como profissionais de psicologia que estudam as questões raciais adquiriram conhecimento sobre o racismo e sobre o combate a esta forma de discriminação. Busca-se identificar também em quais frentes as (os) psicólogas (os) tem se dedicado em práticas antirracistas. Essas informações podem ser importantes para fundamentar futuros projetos de pesquisa e de intervenção relacionados à capacitação de educadores e profissionais de Psicologia. Gostaríamos de convidá-lo a participar dessa pesquisa através de uma entrevista semiestruturada que será gravada e, posteriormente, analisada pela equipe de pesquisa. O tempo médio de duração da participação é de 40 minutos. A presente pesquisa oferece riscos mínimos aos sujeitos participantes, relacionados a exposição de suas opiniões. Para minimizar tais riscos, a entrevista será realizada conforme sua disponibilidade e em local de sua escolha. Além disso, está garantido o seu anonimato, através de sua não identificação. Também lhe é garantida a liberdade sem restrições de se recusar a participar, ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que disso resultem quaisquer tipos de consequências. Os dados obtidos com essa entrevista serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e elaboração de projetos de intervenção psicossocial associados ao Departamento de Psicologia/FAFCH/UFMG. Todos os produtos gerados por essa entrevista (transcrições) ficarão armazenados no Departamento de Psicologia/FAFCH/UFMG por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade do professor responsável por essa pesquisa (Profa. Dra. Cláudia Andrea Mayorga). Informamos também que a sua participação, caso concorde com ela, tem caráter voluntário e não resultará em qualquer tipo de ressarcimento ou remuneração.

Eu _____ (nome do participante), RG _____, Órgão Emissor _____, declaro ter COMPREENDIDO as informações prestadas neste Termo, DECIDO conceder a entrevista solicitada e AUTORIZO sua utilização no Projeto de Pesquisa intitulado “Representações Sociais de profissionais de medicina da área da ginecologia e/ou obstetrícia sobre o aborto”.

Estando de acordo, assinam o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Participante

Pesquisador Auxiliar

Pesquisador responsável

Belo Horizonte/MG, _____ de _____ de 2019.

